



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

Ralfo Matos

EDITORAufmg

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Clélio Campolina Diniz

Vice-Reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora: Antônia Vitória Soares Aranha

Pró-Reitora Adjunto: André Luiz dos Santos Cabral

Diretor do Centro de Apoio à Educação a Distância: Fernando Selmar Rocha Fidalgo

Coordenador da UBA/UFMG: Wagner José Corradi Barbosa

Coordenador Adjunto da UBA/UFMG: Hormindo Pereira de Souza Júnior

EDITORA UFMG

Diretor: Wander Melo Miranda

Vice-Diretor: Roberto Alexandre do Carmo Said

Conselho Editorial

Wander Melo Miranda (presidente)

Antônio Pinho Luiz Ribeiro

Flavio de Lemos Carsalade

Heloisa Maria Murgel Starling

Márcio Gomes Soares

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Roberto Alexandre do Carmo Said

RALFO MATOS

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

Belo Horizonte
Editora UFMG
2012

©2012, Ralfo Matos
©2012, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

M433g Matos, Ralfo.
Geografia da população / Ralfo Matos. –
Belo Horizonte : Editora UFMG, 2012.
164 p. : il. – (Educação a Distância)

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7041-905-7

1. Geografia. 2. Demografia. 3. História.
4. Economia. I. Título. II. Série.

CDD: 918
CDU: 911

Elaborada pela DITTI - Setor de Tratamento da Informação Biblioteca Universitária da UFMG

Este livro recebeu apoio financeiro da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS DE GEOGRAFIA: Valéria Amorim do Carmo

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Danívia Wolff

ASSISTÊNCIA EDITORIAL: Eliane Sousa e Euclídia Macedo

COORDENAÇÃO DE TEXTOS: Maria do Carmo Leite Ribeiro

PREPARAÇÃO DE TEXTOS: Nathalia Campos

REVISÃO DE PROVAS: Beatriz Trindade e Juliana Santos

COORDENAÇÃO GRÁFICA: Cássio Ribeiro

PROJETO GRÁFICO E CAPA: Eduardo Ferreira

FORMATAÇÃO: Heleno R F

PRODUÇÃO GRÁFICA: Diêgo Oliveira

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Ala direita da Biblioteca Central - Térreo
Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG
Tel.: +55 (31) 3409-4650 - Fax: +55 (31) 3409-4768
www.editora.ufmg.br - editora@ufmg.br

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Reitoria - 6º andar
Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG
Tel.: +55 (31) 3409-4054 - Fax: +55 (31) 3409-4060
www.ufmg.br - info@prograd.ufmg.br - educacaoadistancia@ufmg.br

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que busca promover inserção social pela disseminação de meios e processos de democratização do conhecimento. A meta é elevar os índices de escolaridade e oferecer uma educação de qualidade, disponibilizando uma formação inicial e/ou continuada, em particular a professores que não tiveram acesso a esse ensino.

Não se pode ignorar que é fundamental haver, sempre, plena conexão entre educação e aprendizagem. A modalidade a distância é um tipo de aprendizagem que, em especial na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), já está concretizada como um ensino de qualidade. Hoje, a aprendizagem tornou-se, para todos os profissionais dessa universidade envolvidos no programa de Educação a Distância, sinônimo de esforço e dedicação de cada um.

Este livro visa desenvolver no curso a distância os mesmos conhecimentos proporcionados num curso presencial. Os alunos estudarão o material nele contido e muitos outros que lhes serão sugeridos em bibliografia complementar. É importante terem em vista que essas leituras são de extrema importância para, com muita dedicação, avançarem em seus estudos.

Cada volume da coletânea está dividido em aulas e cada uma delas trata de determinado tema, que é explorado de diferentes formas – textos, apresentações, reflexões e indagações teóricas, experimentações ou orientações para atividades a serem realizadas pelos alunos. Os objetivos propostos nas aulas indicam as competências e habilidades que os alunos, ao final da disciplina, deverão ter adquirido.

Os exercícios indicados ao final das aulas possibilitam aos alunos avaliarem sua aprendizagem e seu progresso em cada passo do curso. Espera-se, assim, que eles se tornem autônomos, responsáveis, críticos e decisivos, capazes, sobretudo, de desenvolver a própria capacidade intelectual. Os alunos não podem esquecer de que toda a equipe de professores e tutores responsáveis pelo curso estará, a distância ou presente nos polos, pronta a ajudá-los. Além disso, o estudo em grupo, a discussão e a troca de conhecimentos com os colegas serão, nessa modalidade de ensino, de grande importância ao longo do curso.

Agradeço aos autores e à equipe de produção pela competência e pelo empenho e tempo dedicados à preparação deste e dos demais livros dos cursos de EAD. Espero que cada um deles possa ser valioso para os alunos, pois tenho certeza de que vão contribuir muito para o sucesso profissional de todos eles, em seus respectivos cursos, e na educação em todo o país.

Ione Maria Ferreira de Oliveira

Coordenadora do Sistema Universidade Aberta do Brasil
(UAB/UFMG - jan. 2006 a abr. de 2010) / CAED - set. 2009 a abr. 2010)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1	Exploração do cobre no Oriente Médio, 8000 a 4000 anos	19
Figura 1.2	As origens das plantas e dos animais	20
Figura 1.3	O crescente fértil e as origens da agricultura.	23
Figura 1.4	Reconstrução experimental de casas do povoamento neolítico de Çatal Huyuk.	28
Figura 1.5	O antigo Oriente Médio, 12000 a 31000 a.C.	30
Figura 1.6	O povoamento das Américas 13000 a.C.	35
Figura 2.1	O mundo romano, 264 a 44 a.C.	43
Figura 2.2	A perseguição aos judeus na Europa Medieval	47
Figura 2.3	Sudoeste da Europa ao fim do Império Romano do Ocidente, 476 d.C.	50
Figura 2.4	População da China em 2 d.C.	53
Figura 2.5	Principais cidades da Índia entre 750 e 950 d.C.	55
Figura 2.6	Crescimento demográfico.	57
Figura 3.1	Extensão da disseminação da Peste Negra	61
Figura 3.2	Distribuição das raças.	76
Figura 3.3	Crescimento e deslocamento populacional de 1815 a 1914.	78
Figura 3.4	As grandes migrações	87
Figura 4.1	Esquema conceitual da transição demográfica – Evolução aproximada das taxas de mortalidade e natalidade nos países desenvolvidos e não desenvolvidos	107
Figura 4.2	Ritmo de crescimento da população mundial, regimes demográficos e produção de riqueza – Esquema teórico-conceitual.	114
Figura 4.3	Trajetórias da mortalidade em países pobres e ricos	117
Figura 4.4	Taxas específicas de fecundidade	120

Tabela 3.1	Principais países americanos receptores de imigrantes até 1914.	83
Tabela 4.1	Exemplos de taxas brutas de mortalidade em 1976 (por 1.000).	117
Tabela 4.2	Estimativas de taxas brutas de mortalidade para o Brasil entre 1840 e 1970 (por 1.000)	117
Tabela 4.3	Taxa Bruta de Mortalidade, Taxa de Mortalidade Infantil e Esperança de Vida dos continentes.	119
Tabela 4.4	Taxas específicas de fecundidade e fecundidade total do Rio Grande do Sul em 1980	121

SUMÁRIO

AULA 1 Os primórdios da distribuição da população mundial: os ecúmenos e os anecúmenos e a longa pré-história do homem.	13
1.1 Introdução	13
1.2 Ecúmeno e anecúmeno na atualidade	14
1.2.1 Os sete subcontinentes	15
1.3 A longa pré-história do homem e as inéditas oportunidades no Holoceno	17
1.3.1 O Holoceno e a revolução agrícola.	18
1.4 A expansão demográfica resultante da difusão da agricultura	24
1.4.1 As cidades surgem nos sítios onde se praticava a agricultura.	25
1.5 As primeiras populações do Novo Mundo, os sítios arqueológicos da América do Sul e do Brasil e a difusão independente da agricultura	31
1.5.1 A nova hipótese da chegada pelo mar.	34
1.5.2 Sobrevivência, assentamentos humanos e a lógica da dispersão populacional na América do Sul.	36
AULA 2 Aspectos econômicos, geográficos e populacionais relativos às grandes civilizações eurásianas; da Antiguidade ao século XI	41
2.1 Introdução	41
2.2 Gregos e romanos: matrizes civilizacionais de longa duração.	41
2.2.1 Economia e população	45
2.2.2 O declínio do judaísmo e a ascensão do monoteísmo cristão e islâmico.	46
2.2.3 Os sucessores dos romanos na Europa Medieval	49
2.3 Civilizações chinesa e indiana	52

AULA 3	Expansão demográfica, reestruturações econômicas e migrações internacionais sob uma perspectiva histórica	59
3.1	Introdução	59
3.2	Das grandes navegações aos primórdios da Revolução Industrial	62
3.2.1	Uma nova ordem econômica	64
3.2.2	Os primórdios do capitalismo industrial	66
3.2.3	Condições para a arrancada industrial.	67
3.2.4	Os novos cultivos e a revolução agrícola no Noroeste europeu.	70
3.2.5	As pressões demográficas, a França dos privilégios e a revolução das revoluções.	71
3.3	A industrialização e a circulação de ideias, pessoas e mercadorias.	73
3.3.1	Expansão europeia e migrações.	74
3.4	Expansão demográfica no século XIX, migrações e neocolonialismo	75
3.5	Novecentos: guerras, crises, progresso e “explosão” demográfica.	80
3.5.1	A importância das migrações internacionais, a América e o Brasil	82
3.6	Condições de vida, migrações e a problemática demográfica da atualidade.	86
AULA 4	Mortalidade, natalidade e dinâmica demográfica em mudança na modernidade	93
4.1	Grandes mudanças na dinâmica demográfica na modernidade	93
4.1.1	As crises da mortalidade e sua superação	94
4.1.2	Contextos socioespaciais desiguais e diferenciais da mortalidade	97
4.1.3	Da alta natalidade ao imperativo do filho como custo na modernidade.	99
4.2	A teoria de Malthus, suas críticas e a ameaça insepulta da fome.	101

4.3	A transição demográfica, a teoria e suas limitações	107
4.3.1	A teoria	108
4.3.2	O exemplo brasileiro e a transição em regiões não desenvolvidas	110
4.4	Por um esforço de síntese	112
4.5	Conceitos e medidas técnicas de mortalidade e natalidade.	115
4.5.1	Crescimento vegetativo	115
4.6	Medidas usuais no estudo da mortalidade	116
4.6.1	Taxa Bruta de Mortalidade (TBM)	116
4.6.2	Taxa Específica de Mortalidade (TEM)	117
4.6.3	Taxa de Mortalidade Infantil (m)	118
4.6.4	Esperança (ou expectativa) de vida	118
4.7	Medidas usuais no estudo da natalidade.	119
4.7.1	Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	119
4.7.2	Taxa Específica de Fecundidade (TEF)	120
4.7.3	Taxa de Fecundidade Total (TFT)	121

AULA 5 Migrações internas: aspectos teóricos e considerações sobre o caso brasileiro 123

5.1	Introdução	123
5.2	O estudo da migração interna e suas bases teóricas	124
5.2.1	O enfoque da modernização.	125
5.2.2	O enfoque histórico-estruturalista	126
5.2.3	A contribuição de Paul Singer	126
5.2.4	A emigração rural	128
5.2.5	Aprofundando o debate teórico: outras referências	129
5.2.6	Espaços que atraem, espaços que repelem	135
5.2.7	Efeitos da migração sobre áreas de origem e destino	137

5.2.8	Fatores objetivos e subjetivos que motivam movimentos migratórios.	138
5.2.9	A migração como componente da dinâmica populacional . . .	140
5.3	Migrações, crescimento demográfico e mudanças espaciais no Brasil.	141
5.3.1	Concentração e desconcentração populacional no Brasil e as migrações internas.	144
5.3.2	A migração em Minas Gerais	148
5.3.3	Insuficiências teóricas, questões que o tema suscita: da migração a não migração	151
	Apêndice	155
	Definições, conceitos e técnicas relativas às migrações internas	155
	Referências	159
	Sobre o autor.	163

Os primórdios da distribuição da população mundial: os ecúmenos e os anecúmenos e a longa pré-história do homem

1.1 - INTRODUÇÃO

Pretende-se nesta aula estudar e examinar, de forma resumida, as populações humanas modernas na pré-história considerando suas trajetórias nômades por diferentes localizações geográficas; compreender as grandes alterações com o fim do Pleistoceno e a emergência do Holoceno, ao final da última Era Glacial, e entender por que o surgimento da agricultura foi tão decisivo na alteração das dinâmicas social e demográfica dos povos que a adotaram como forma de produção e reprodução econômica.

A noção mais precisa do que seja uma população humana não é tão evidente ou livre de controvérsias quanto a princípio parece. Contudo, é consensual considerar que o *Homo sapiens sapiens* inaugura a linhagem dos humanos modernos. Suas datações arqueológicas mais antigas remontam ao intervalo de tempo de 150 a 200 mil anos atrás. Mas, antes disso, muita coisa aconteceu. Eventos trágicos e complexos, em sua maioria pouco conhecidos até os dias de hoje, marcaram a longa trajetória de nossos ancestrais “quase” humanos.

Ao longo da evolução das populações pré-humanas deve-se ter em conta o longo período que compreende a chamada pré-história. Nesse período, no qual ocorreram cinco glaciações, tentaram sobreviver diversos tipos de hominídeos, desde fins do Terciário (há cerca de 2.500.000 anos) até a primeira parte do Quaternário, ao final da última Era Glacial, há cerca de 10 mil anos.

Em todos esses momentos é possível discernir condições geográficas que favoreceram a reprodução e a fixação de grupos humanos em determinadas regiões, mesmo que o planeta tenha submetido

essas populações a milhares de anos de frio intenso, particularmente nas maiores latitudes continentais. É evidente que ao longo de tanto tempo os melhores espaços para a reprodução humana sempre pertenceram ao continente africano, por causa da presença de calor, energia e complexidade de vida animal e vegetal, mesmo durante as eras glaciais. Lá os ecúmenos sempre foram mais abundantes.

1.2 - ECÚMENO E ANECÚMENO NA ATUALIDADE

As porções superficiais da crosta terrestre suscetíveis de serem habitadas – o ecúmeno – equivalem a 2/3 das terras emersas na atualidade, o que representa aproximadamente 100 milhões de km². No passado mais remoto, em períodos glaciais, as evidências científicas contemporâneas demonstram que o ecúmeno encolhia-se em face da ampliação das calotas polares. Isso tornava as condições de sobrevivência de nossos predecessores muito mais penosas em determinadas latitudes, o que explica as grandes migrações de grupos de caçadores-coletores em busca de lugares dotados de caça e vegetação capazes de assegurar a dieta das comunidades errantes. Como nesses períodos a solidificação de grande volume de águas do planeta fazia baixar o nível dos oceanos em até 200 metros, inúmeras passagens terrestres liberavam-se, especialmente aquelas que permitiam a interligação da Ásia com a América e do Japão com a Indonésia, Nova Guiné e Austrália. Grande parte do processo de difusão do *Homo sapiens* pelo planeta se fez por meio dessas pontes naturais, que se desfaziam ao final de cada glaciação.¹

Em contraste com o ecúmeno há o anecúmeno. Nele as condições de fixação de seres humanos são adversas, mas em determinados subespaços ainda encontram-se pequenas comunidades, geralmente nômades, sobrevivendo, “a duras penas”, dos poucos recursos naturais disponíveis.

O Quadro 1.1 expõe exemplos de anecúmenos, como os que se referem aos desertos frios nas regiões polares, aos desertos tropicais e subtropicais e aos grandes “maciços montanhosos”, onde as altas declividades, a temperatura, altitude e sequeidão constituem fortes impedimentos à fixação humana. Nas zonas temperadas,

¹ Ressalte-se que a “deriva dos continentes” é fenômeno que pertence a eras geológicas que precederam o Quaternário, portanto muito anteriores à presença do homem no planeta. Homens e hominídeos experimentaram tão somente os contragolpes sísmicos derivados do contínuo movimento das placas continentais. Por outro lado, grande parte da fauna e da flora desenvolveu-se durante as últimas fases da deriva continental (no Paleozoico, Mesozoico e Cenozoico), o que viria a afetar sensivelmente sua distribuição zonal na superfície terrestre.

serve de exemplo o sistema alpino que vai dos Alpes ao Himalaia e corta a grande Diagonal Árida, separando subcontinentes. Nos trópicos, ao contrário, os grandes sistemas montanhosos oferecem “terras frias” apropriadas aos assentamentos humanos. De toda forma, a maior parte dessas regiões é inóspita e barra a penetração humana. O anecúmeno é muito extenso, enquanto o subecúmeno é pouco expressivo.

Outras áreas naturais onde há (ou havia) obstáculos significativos à ocupação humana são as florestas equatoriais densas, como a Amazônica com seus cinco milhões de km²; a floresta Guinéu-Congolesa com 2 milhões de km², e, secundariamente, as florestas que vão do Sudeste Asiático à Nova Guiné, que alcançam cerca de 2 milhões de km².

QUADRO 1.1
Vazios humanos, regiões e extensões do anecúmeno e subecúmeno

Vazios Humanos	Regiões	Extensão (km ²)
Desertos frios	Antártida, Groelândia, Norte do Siberiano e Americano	26 milhões
Grande Diagonal Árida do Velho Mundo	Do Saara ao Gobi	13 milhões
Desertos tropicais e subtropicais	Rochosas, Andes, Naníbia, Austrália	10 milhões

Fonte: Breton, 1990, p. 30-31. Elaboração: Ralfo Matos.

No interior das frações continentais das terras emersas há os chamados subcontinentes, espaços resultantes de condições climáticas e orográficas mais favoráveis à reprodução da espécie humana, os quais dividem-se em outros tantos compartimentos, mais ou menos estanques, nos quais a humanidade se desenvolveu.

1.2.1 - Os sete subcontinentes

As zonas climáticas que cortam obliquamente os continentes, ao provocarem determinados padrões de ventos e precipitações, produziram associações equilibradas no âmbito da biosfera a ponto de influírem nas condições e qualidades dos solos, no número e nas espécies endêmicas da fauna e da flora. Estas grandes unidades naturais *biogeográficas*, dotadas de caracteres comuns, os *biomas*, materializam-se em onze formas básicas relativamente adequadas à ocupação humana. Para facilitar sua identificação, sublinhamos essas formas de paisagens naturais, conforme descrição de Breton (1990, p. 30).

A zona ártica e subártica caracteriza-se pelo *campo ártico* (tundra) e pela *floresta boreal de conífera*. A zona temperada, [caracteriza-se] pela *floresta de árvores frondosas*, os *campos de solos negros* (estepe russa, campos canadenses, pampas) no interior, onde é menor a precipitação, a *paisagem mediterrânea* de verão seco às margens sudoeste dos continentes e as *paisagens chinesas* sem estação seca, de floresta subtropical úmida, às margens sudeste. A zona tropical, segundo a umidade crescente, [caracteriza-se] pelos *desertos quentes*, as *matas de árvores espinhosas*, as *savanas*, as *florestas rarefeitas* (de monção etc.) e a *floresta densa, chuvosa, equatorial*.

Já os subcontinentes funcionam como os nichos ecológicos mais importantes à reprodução humana. Foram separados ou ligados por elementos geográficos estratégicos, o que permitiu a difusão étnico-racial e os contatos entre diferentes povos. Esses elementos são: 1) as estepes eurasiáticas; 2) os planaltos desérticos e os passos do Irã; 3) o Vale do Nilo e as trilhas do Saara; 4) os vales indochineses; 5) os estreitos do Leste indonésio; 6) o Estreito (istmo) de Bering; 7) o Istmo do Panamá e o Colar das Antilhas. Suas características básicas estão sintetizadas no Quadro 1.2:

QUADRO 1.2
Características básicas dos subcontinentes

Subcontinentes	Características
1. Mediterrâneo europeu	Florestas ao norte e oeste, estepes a sudeste, estendendo-se até o centro da Ásia
2. Extremo Oriente	Clima de montanha (China ao norte, Coreia e Japão temperados, a floresta subtropical da China Meridional e as florestas tropicais da Indonésia)
3. Indiano	Dominado por florestas de monção, é limitado pela Diagonal Árida a oeste, pelo Himalaia ao norte e pelas florestas do Sudeste Asiático
4. Florestas africanas rarefeitas	Arco das matas, savanas e florestas do Cabo Verde ao Cabo da Boa Esperança passando pelos Grandes Lagos
5. Americano Norte	Grandes planícies de bosques ou de pastagens da América do Norte até os planaltos amenos mexicanos
6. Andes	Conjunto de terras altas desconexas e contínuas, do Planalto tropical brasileiro e dos pampas temperados
7. Austrália	As margens Norte (tropicais), Sudeste e Sudoeste (temperado) da Austrália

Fonte: Breton, 1990, p. 30-31.

1.3 - A LONGA PRÉ-HISTÓRIA DO HOMEM E AS INÉDITAS OPORTUNIDADES NO HOLOCENO

O *Homo habilis*, que viveu há cerca de 2 milhões de anos, é tido como o mais antigo representante do gênero *Homo*, embora a condição mais claramente bípede do *Homo erectus* sugira uma demarcação temporal relevante, a de 1,5 milhão de anos.

Mesmo que o domínio do fogo por esses ancestrais remotos recue a perto de 500 mil anos atrás, a marca dos 300 mil anos parece ser um outro indicativo temporal de destaque, por se referir à possível extinção do *Homo erectus* e surgimento do *Homo sapiens*, com a presença do *neandertalense* na Europa. Daí até ao surgimento do *sapiens sapiens* mais 1.000 séculos passariam.

Estudos derivados de pesquisas com DNA mitocondrial revelam que o homem anatomicamente moderno, a espécie que colonizaria todo o planeta, originou-se da África subsaariana há não mais de 200 mil anos. Seus vestígios mais remotos indicam a marca dos 150 mil anos.

Se o desenvolvimento da linguagem foi uma conquista primordial na evolução das comunidades primitivas de *Homo sapiens*, com o surgimento da espécie biologicamente mais evoluída – o *sapiens sapiens* – gradativamente foram desenvolvidas uma série de técnicas revolucionárias, como as de tecelagem, cerâmica, construção (de acampamentos), estocagem e preparo de alimentos e navegação. Tudo isso bem antes da agricultura. Essas técnicas, por seu grau de complexidade, passaram a exigir maior organização de vida coletiva, mais interdependência entre os membros, o que resultou em aumentos da natalidade e maior capacidade de colonizar ambientes relativamente inóspitos. Essas particularidades não eram as mesmas entre os *neandertalenses* e isso deve ter influenciado em sua baixa reprodutividade e precária capacidade de construir grupamentos sociais mais complexos, aspectos que ajudam a explicar a misteriosa extinção da espécie, após milhares de anos de convivência com o *sapiens sapiens*.

Contudo, a expansão mundial do *sapiens sapiens* não foi fácil nem linear. Tudo indica que houve um período de estagnação de milhares de anos como resultado da megaerupção de Toba, há 70 mil anos, que teria provocado, além de catástrofes ambientais de grande magnitude na Índia e Ásia, mudanças genéticas nas populações humanas, acelerando a evolução. Fato é que desde mais ou menos 50 mil anos incrementou-se o processo de difusão e expansão demográfica do *sapiens sapiens*, sem o que talvez não fosse possível resistir aos rigores da última Era Glacial, iniciada em torno de 30.000 anos atrás e só esgotada 20.000 anos depois, quando a população humana já teria alcançado a casa de alguns milhões de indivíduos.

Assim, quando nos referimos a populações humanas, não se pode afirmar categoricamente que elas se distribuíram pelo planeta como simples resultado das influências do meio natural.² Imposições dadas pela luta pela sobrevivência e pelas construções culturais integrantes da experiência em grupamentos sociais mais ou menos sofisticados foram também determinantes.

1.3.1 - O Holoceno e a revolução agrícola

O advento da agricultura coincide com o Holoceno, período inusitadamente quente e de extraordinária estabilidade climática que cobre os últimos 10 mil anos, como ressalta Cook (2005). As comparações entre o Pleistoceno tardio (Eemiano) e o Holoceno mostram indiscutíveis contrastes em termos de oscilação de temperatura. Nos últimos 100 mil anos não houve nenhum período semelhante ao Holoceno. Sem suas condições bioclimáticas dificilmente a agricultura poderia prosperar, mesmo que no Pleistoceno Tardio as populações humanas não tenham ficado imobilizadas ou endemizadas, como se viu acima.

A expressão “Idade da Pedra”, empregada pela primeira vez em 1830, separa o que Cook (2005) denomina de Idade da Pedra Velha, Paleolítico, da Idade da Pedra Nova, Neolítico. Mais especificamente, no Paleolítico Superior, iniciado há cerca de 50 mil anos e terminado com o aparecimento da agricultura, houve movimentos populacionais entre diferentes continentes (com o rebaixamento do nível dos oceanos), diversificação e sucessão regional de culturas, como propõem os arqueólogos ao discriminarem as culturas Aurignaciana, Gravettiana, Solutreana e Magdaleniana.

Contudo, eram intrinsecamente limitadas as condições de vida dos caçadores-coletores antes do Holoceno, mesmo em nichos ricos em diversidade de recursos como os dos caçadores de renas do Paleolítico Superior. De fato, só com o Holoceno foi possível ocorrer a chamada Revolução Neolítica, com o advento da agricultura e o surgimento de um conjunto de mudanças que redefiniram a trajetória humana no planeta³ (Figura 1.1).

² No reino animal, entre populações não humanas houve sim inúmeras derivações dos nichos ecológicos nos processos de concentração, endemismo, adaptação e especialização, até o surgimento de ecossistemas dotados de maior estabilidade.

³ Por volta de 6000 a.C. dissemina-se uma segunda revolução no Neolítico com o advento da metalurgia. O cobre, já bastante difundido na Anatólia desde os primórdios da agricultura, deu origem ao bronze ao ser misturado com o estanho. As ferramentas tornavam-se muito superiores às feitas em pedra ou cobre, mas o ferro viria superar em muito as tecnologias do cobre e do bronze. O longo tempo de convívio com a agricultura e a cerâmica deve ter facultado a construção de fornos e o uso de altas temperaturas para moldagem de metais. Com o domínio da metalurgia e o conseqüente barateamento



Figura 1.1 - Exploração do cobre no Oriente Médio, 8000 a 4000 anos

Fonte: Adaptado do *Atlas de história da Folha de S.Paulo. Seleções do Reader's Digest*, 2001 (p. 39).

Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Mas onde isso se deu e por quê? Se agricultura significa cultivo de vegetais e criação de animais, cabe então considerar a possibilidade de existência de um ou mais lugares onde havia uma flora que alimentasse animais e seres humanos. São fortes os indícios de que, há mais ou menos 15 mil anos, o gelo começou a recuar e, em consequência, gradativamente o planeta tornava-se mais quente. Isso propiciou o surgimento de amplas florestas, novos tipos de arbustos e extensas áreas de gramíneas mais ricas em nutrientes. Determinados tipos de herbívoros (ver Figura 1.2) povoavam uma grande extensão da Eurásia e em alguns vales muito especiais havia abundância de capins adequados à alimentação desses animais (fator menos abundante nas regiões tropicais). Os vales dos rios Tigre, Eufrates e Jordão, o chamado Crescente Fértil, era uma dessas regiões privilegiadas, onde a revolução agrícola primeiramente iniciou-se. Nessa região o trigo selvagem foi domesticado e tornou-se um dos suportes das populações de antigos pastores por volta de 8000 a.C. Antigos caçadores-coletores encontraram certos locais que favoreciam a sedentarização, o que permitia a redução drástica dos deslocamentos em busca do alimento ao longo do ano.

das ferramentas em ferro, grandes transformações impactaram as estruturas sociais da época. Novamente o Oriente Próximo é o principal cenário difusor dessas inovações técnicas, desde a utilização do cobre até 5000 a.C, a subsequente adoção do bronze (3000 a.C.) e o domínio da fusão do ferro a partir de 1200 a.C.

Nessa época, no Oriente Próximo e em suas proximidades existia

uma população sedentária numerosa – o bastante para que as choças em que viviam fornecessem ambiente propício a camundongos. Mais ainda, uma das maneiras pelas quais essa população assegurava sua sobrevivência era a colheita de sementes de capins silvestres, como nos é revelado pelo instrumental que ela deixou atrás de si – foices, pilões, covas para armazenamento forradas de argila, e assim por diante. Supondo que esses forrageiros tinham a mesma tendência a derramar coisas que nós, é provável que não tenham demorado a descobrir que haviam, inadvertidamente, plantado canteiros de capim nas vizinhanças de suas choças. O que tinham feito inadvertidamente podia ser empreendido deliberadamente. Nesse meio tempo, estariam submetendo o capim a pressões seletivas que, se não inteiramente naturais, até então não haviam sido necessariamente propositais... a essa altura já estamos avançando no caminho que leva à domesticação (Cook, 2005, p. 37).



Figura 1.2. Origens remotas de animais na Eurásia

Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Fonte: Adaptado do *Atlas de história Mundial da Folha de S.Paulo. Seleções do Reader's Digest*, 2001, p. 37.

Convém observar que a agricultura foi uma solução formidável para garantir a sobrevivência humana, especialmente porque representa a soma das atividades voltadas à criação de animais e ao cultivo de determinados tipos de vegetais. Mas só o trigo domesticado bastava? Bastavam o arroz do Vale do Rio Amarelo, na China, ou o milho do Planalto mexicano?

Tudo indica que não, mesmo que essas chamadas culturas de sobrevivência compareçam em primeiro lugar. Ao lado dessas “gramíneas” figuravam cevada, lentilha e ervilha no Sudoeste da Ásia; soja e feijão no Sul e Leste da Ásia; milho, feijão e batata nas Américas.

São muitas evidências disponíveis sobre o surgimento da agricultura em pelo menos três grandes ecúmenos que apareceram com o degelo. No Oriente Próximo

as formas primitivas de trigo e cevada foram os principais novos gêneros de alimentos produzidos, apoiados pela domesticação de carneiros e cabras. O *maíz* (milho) foi a espinha dorsal das emergentes economias agrícolas do Novo Mundo, combinado com feijões que contrabalançavam as características nutricionais do *maíz*. Os primeiros cultivadores chineses concentravam-se no painço como seu gênero principal, acrescentando mais tarde arroz e soja (Leakey, 1982, p. 206).

Embora existam diferentes teorias para explicar a origem da agricultura, algumas evidências arqueológicas tornaram-se insofismáveis. Gordon Hillman do University College perfila-se entre os que entendem que o meio ambiente acabou estimulando o cultivo agrícola. O autor observa que, ainda na Era Glacial, os caçadores-coletores que viviam no Oriente Médio comiam sementes de estipa, gramínea já existente na região. Com a progressão do degelo e o aumento da umidade e calor, as gramíneas selvagens dispersaram-se por áreas bem maiores e colonizaram a estepe, tornando-se cereais, isto é, gramíneas que foram selecionadas para cultivo humano.⁴ Por essa linha de raciocínio não há como negar que as alterações climáticas foram um fator decisivo para o surgimento das condições necessárias para o início das primeiras práticas agrícolas, não obstante as habilidades e engenhosidade do *sapiens sapiens*. Mesmo que ainda haja controvérsias, é plausível considerar que as

⁴ A mudança climática alterou o meio ambiente e modificou as características de muitos vegetais. O trigo selvagem quando encontrado em largas quantidades não demoraria muito tempo para ser domesticado e se tornar um dos alimentos mais definitivos do Oriente Próximo. Sua coleta e processamento eram algo simples e acessível. "Em 1966, Jack Harlan, com uma vara de cavar de sílex de 9 mil anos de idade fez esse exercício. Em uma hora chegou a ceifar quase 3 kg de trigo selvagem no interior da Turquia. Mostrou ser possível uma família coletar, em três semanas, mais grão do que ela poderia consumir durante um ano" (Leakey, 1982, p. 207).

condições naturais impactam muito mais as comunidades humanas à medida que caminhamos para o passado. Por isso mesmo, fica difícil aceitar a tese de que a população (expandida) por si mesma possa ter sido a causa da revolução agrícola. Se os estoques demográficos vinham se expandindo em fins da última Era Glacial, não há dúvida sobre o novo ritmo de crescimento das populações que passaram a fazer uso sistemático da agricultura.⁵ Tal crescimento nas aldeias agrícolas alcançou patamares até então desconhecidos. Antes, sob o regime da caça-coleta, os obstáculos ao crescimento demográfico eram muito evidentes, como observa Richard Leakey:

os caçadores-coletores nômades são extremamente limitados quanto ao que podem carregar consigo e isto se aplica às crianças tanto quanto aos bens. Além disso, as mulheres nessas sociedades não podem participar de uma expedição de coleta carregando mais de um filho, e assim os nascimentos tendem a ser espaçados para cada quatro anos, como vimos no caso dos Kung [população de caçadores-coletores da África Meridional estudada pelo autor]. O controle da natalidade através de vários métodos, como a prolongada amamentação, as ervas medicinais e o infanticídio, é uma prática comum entre os grupos nômades e, como resultado, as populações permanecem relativamente constantes. Quando os caçadores-coletores se tornam sedentários, a restrição em relação aos nascimentos é suspensa e a população pode crescer (Leakey, 1982, p. 203).

Parece não haver mais dúvidas: do Oriente Médio gradativamente a agricultura se expandiu para a Europa⁶ (na Grã-Bretanha em 4000 a.C) e Ásia (na Índia em 5000 a.C), como sugere a Figura 1.3.

⁵ Uma das teorias sobre a Revolução Agrícola sugere que se conferiu muita importância à tecnologia e à demografia e muito pouca à estrutura social. Bárbara Bender chegou a argumentar que a agricultura pode ter sido o resultado de sistemas sociais complexos existentes entre os últimos caçadores-coletores, baseados em alianças entre tribos, troca de presentes e de alimentos, o que pode ter feito surgir a necessidade de produzir excedentes. Contudo, mesmo trazendo a ideia de uma transição menos abrupta de um estágio a outro da evolução das sociedades humanas, faltam evidências sólidas a sustentar essa teoria, inclusive porque não faltam evidências sobre conflitos e disputas entre as populações pré-históricas, embora tenham prevalecido as práticas de cooperação.

⁶ Análises recentes do DNA mitocondrial e dos cromossomos Y revelam que os europeus são descendentes de populações do Paleolítico Superior que habitavam o continente, com baixa contribuição das populações do Oriente Próximo do Neolítico. Daí a evidência de empréstimo cultural derivado da experiência da agricultura no Crescente Fértil, algo totalmente distinto da eclosão independente da agricultura na Mesoamérica, por volta de 4000 a.C. (ver Cook, 2005, p. 38).

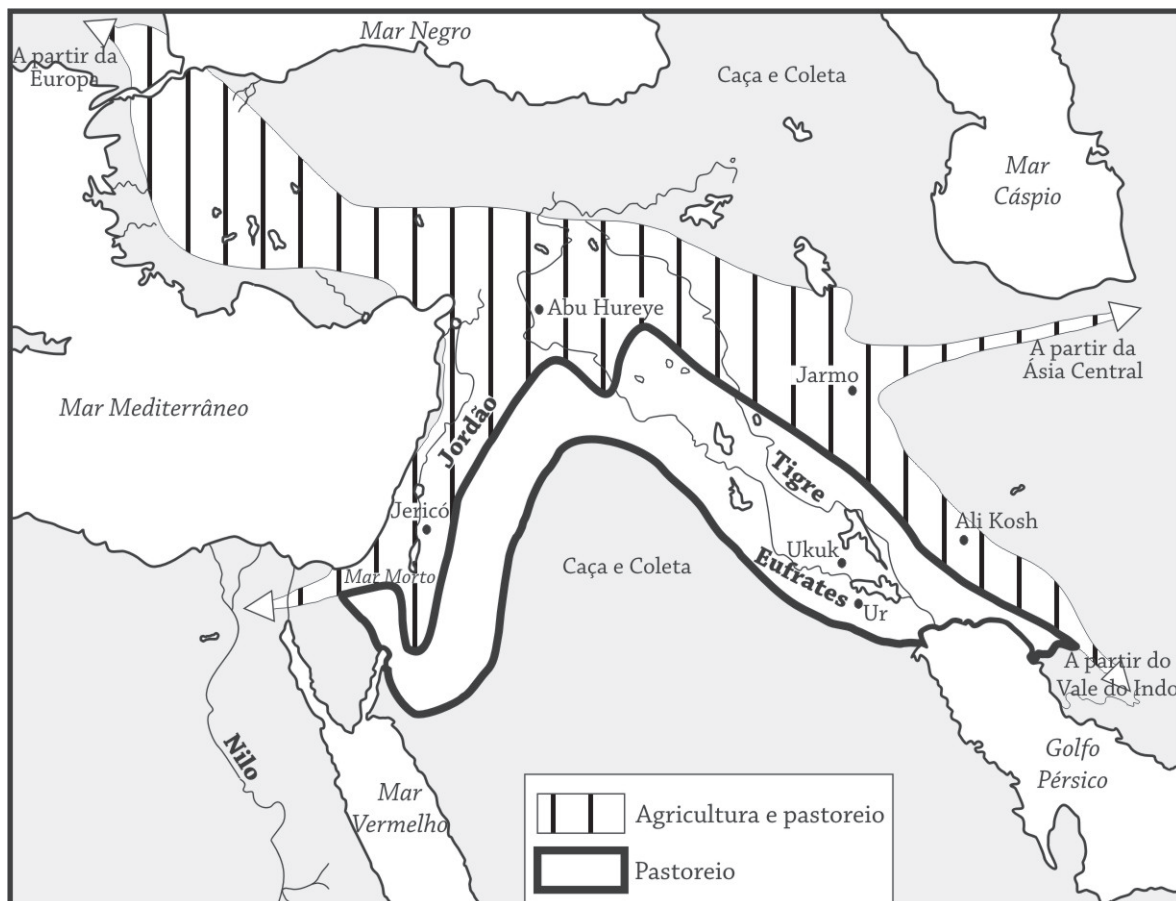


Figura 1.3 - O crescente fértil e as origens da agricultura

Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Fonte: Adaptado do *Atlas de história Mundial Folha S.Paulo*. Seleções do *Reader's Digest*, 2001, p. 36.

O percurso da agricultura foi também o da formação de povoados, cidades e caminhos. Se as trocas existiam desde a Idade do Gelo é também com o advento da sedentarização das comunidades agrícolas que elas ganhariam mais desenvoltura, sobretudo com o surgimento das primeiras cidades.

Diversas publicações internacionais reafirmam essa evidência. A adaptação em português da edição inglesa e francesa do *The Times History of the World*, por exemplo, é bem explícita quando afirma que

pesquisas arqueológicas indicam que a agricultura apareceu inicialmente no Crescente Fértil (Sudoeste da Ásia), no início do Neolítico, por volta de 8000 a.C. Certos sítios do Levante revelaram grãos calcinados, fardos de cevada e de trigo e diversas variedades de leguminosas, além de ossos de cabra e carneiros domésticos. A datação por carbono radioativo mostra que a cultura de cereais começou nessa região cerca de mil anos antes do pastoreio. A dependência da população em relação à agricultura aumentou progressivamente, paralelamente à fixação em

aldeias, ao desenvolvimento das técnicas de irrigação e terraplenagem e à cultura de frutos como tâmaras, figos, uvas e azeitonas. Há cerca de 6.000 anos, no fim do Neolítico, no Sudoeste da Ásia, a agricultura havia se expandido – em direção ao oeste e ao leste – pela Europa, Norte da África, Ásia Central e Sul da Ásia, onde novas plantas foram adaptadas à cultura (ATLAS..., 2001, p. 36).

1.4 - A EXPANSÃO DEMOGRÁFICA RESULTANTE DA DIFUSÃO DA AGRICULTURA

Desde o início do Holoceno, um novo estilo de vida e alguma forma de agricultura passaram a fazer parte da vida de muitos povos do mundo. A transição da caça-coleta para a agricultura ocorreu diferentemente e em escala variável em cada ecúmeno, de acordo com os recursos naturais disponíveis e as características socioculturais de cada povo.

Os significados da sedentarização foram extraordinários. A garantia da sobrevivência ao longo do ano fez com que os “deslocamentos necessários ao sustento [se tornassem] mínimos, as limitações postas a fecundidade devido ao seu modo de vida dependente das estações diminuíram e a população aumentou” (ATLAS..., 2001, p. 36).

Os biólogos estimam a população mundial entre 5 e 10 milhões no início do Holoceno. Oito mil anos depois, à época do nascimento de Cristo, este número teria atingido os 300 milhões. Nas proximidades da Revolução Industrial, por volta de 1750, outros 500 milhões de pessoas já haviam se incorporado à população mundial.

Não há dúvidas de que a Revolução Agrícola iniciada há 10 mil anos impulsionou a direção da curva ascendente, como afirma Jack Harlan, da Universidade de Illinois. Algumas regiões tornaram-se muito populosas (e o são até os dias de hoje), a partir do advento da agricultura no Crescente Fértil, na Mesopotâmia e Oriente Médio, sucedidas pelas regiões do Noroeste da China, onde há mais ou menos 7 mil anos firmaram-se as práticas agrícolas e, independente dessas experiências, na Mesoamérica, há cerca de 5 mil anos também implantou-se a agricultura (Leakey, 1982, p. 200).

Resumidamente, pode-se relacionar os seguintes aspectos que marcam a transição da “caça-coleta” nômade para o sedentarismo resultante do domínio da agricultura em fins da última Era Glacial, quando se operava a domesticação dos animais, a expansão das rotas de caça e eventuais trocas entre localidades distantes.

- O recuo das geleiras fez emergir “gramíneas” de alto poder nutritivo, como o trigo, arroz e milho em grandes ecúmenos do Oriente Próximo, Noroeste Chinês e Mesoamérica, as quais iriam favorecer a superação do velho regime socioespacial de sobrevivência precária dos grupos nômades que viviam da caça-coleta;
- A agricultura reúne um pacote de práticas derivadas da domesticação de vegetais, criação de animais, uso e manejo do solo, o que inclui a sementeira, a seleção de espécies e a irrigação;
- A necessidade da defesa do curral, as novas divisões de trabalho, os assentamentos rurais favorecem a produção de excedentes populacionais e a descoberta do espaço-natureza como riqueza. A apropriação territorial, a pilhagem, o comércio e a emergência dos primeiros assentamentos urbanos foram algumas das resultantes desses processos;

A terra passa a ser a medida chave da organização econômica e o sustentáculo de impérios, em suas contínuas guerras de conquista. Durante muito tempo, na maior parte das regiões que construíram civilizações densas, dependia-se da agricultura, das variações climáticas, da fertilidade e da localização dos melhores solos. Era lenta a evolução de técnicas agrícolas, tais como o pousio, o arado, os terraços e a irrigação. Com isso, durante séculos, tornaram-se cíclicas as fases de expansão e de retração das economias sustentadas pela agricultura. Os rendimentos decrescentes da agricultura interagem com os excedentes populacionais e com a produção excedente. Os limites econômicos e os limites do crescimento demográfico eram estreitos.

1.4.1 - As cidades surgem nos sítios onde se praticava a agricultura

As cidades na Antiguidade originaram-se de situações históricas diferenciadas geograficamente, geralmente associadas a atividades econômicas como a agricultura e o comércio. Possuíam arranjos próprios em relação à cultura, ao exercício de poder e administração territorial, além de ostentarem paisagens também peculiares, conforme os recursos naturais e técnicas ao alcance da população. Nelas as tecnologias utilizadas baseavam-se na tração animal e na força humana, e o exercício do poder se concentrava nas mãos de pequenas elites formadoras dos regimes monárquicos. Fora dos momentos de conflitos e guerras as cidades não agregavam grandes contingentes populacionais, já que a maioria das pessoas vivia nos campos circundantes. A exceção ficava por conta das áreas que abrigavam os palácios e templos, geralmente ocupadas por diversos tipos de serviços.

Jane Jacobs, há muitos anos, expôs a tese de que a origem mais remota da cidade não se associava à agricultura, mas às atividades de troca. O sal e a obsidiana teriam sido dois itens cobiçados em diferentes centros de troca da Turquia e do Oriente Médio, os quais gradativamente permitiram a formação de uma rede de mercadores que, cedo ou tarde, necessitaram de instituições reguladoras capazes de dar proteção a uma atividade que implicava riscos, por exigir, não raro, viagens de longas distâncias. Essas instituições se instalaram em assentamentos humanos permanentes. O comércio teria motivado o surgimento de lugares específicos como feiras, mercados, cidades.

A tese de Jacobs é sem dúvida instigante e possui alguma evidência empírica nos achados encontrados em Çatal Huyuki e Jericó, além de mostrar associação com um componente da agricultura que é a criação de animais, supostamente originário da domesticação de animais. O uso de animais de montaria teria permitido a exploração de territórios; daí a seleção e reconhecimento de objetos valiosos, a percepção do escasso e abundante, até o surgimento do comércio formal. Contudo, o requisito da agricultura se impõe anteriormente ao comércio, inclusive porque explica em larga medida a expansão demográfica no começo do Neolítico, sem o que não surgiriam os núcleos densos e permanentes, primeiramente sob a forma de aldeias, posteriormente já na forma de cidades.

Se agricultura implica disponibilidade de solos, água e vegetação, pode-se concluir que recursos naturais abundantes sejam primordiais para a consolidação da sedentarização. Não é por outra razão que as

primeiras colônias sedentárias desenvolveram-se preferentemente na junção de diversos meios naturais como em Abu Hureyra, na fronteira entre a estepe seca e as planícies inundáveis do Eufrates, e em Mallaha (Eynan), no Vale do Jordão, o que lhes permitia explorar uma grande variedade de recursos (ATLAS, p. 38).

Richard Leakey nos diz que o sítio de Abu Hureya foi ocupado há 11.500 anos. Era uma pequena *aldeia* (grifo nosso) onde foram achadas “pedras quebradas, lâminas de sílex, foicinhas e um grande número de ferramentas de pedra, incluindo agulhas”. Os habitantes continuavam a fazer uso da caça a coelhos, gazelas, carneiros, cabras, além de praticarem a pesca no Eufrates. A dieta parecia rica, pois também deixaram claros vestígios da presença de alimentos vegetais, como lentilhas selvagens, nozes, e principalmente sementes de gramínea *Stipa pennata* e grãos de cereais (trigo primitivo, cevada e centeio) (Leakey, 1982, p. 210).

[À] medida que a comunidade crescia, a especialização artesanal teria emergido solidamente; ceramistas, tecelões, fazedores de instrumentos e cesteiros devotariam suas habilidades às necessidades da comunidade, talvez em troca de alimento e outros itens. O pequeno povoado estaria então a caminho de se tornar uma cidade. (Leakey, 1982, p. 212).

O autor ressalta que a proliferação de aldeias fez aumentar o volume e o número de itens trocados entre os habitantes. A provável transição da atividade de criação de animais para a de comerciante devia estar ocorrendo. Os animais de montaria passavam a ser o veículo mais importante para a realização das trocas que exigiam deslocamento.

Como consequência natural, surgiram os centros de comércio como Jericó, ao norte do Mar Morto, e Çatal Huyuk, no Leste da Turquia. Çatal Huyuk remonta a mais de 8 mil anos atrás (*sic*) e Jericó é considerada como a cidade mais antiga do mundo, estabelecida há cerca de 10.500 anos atrás (*sic*).

As duas cidades tornaram-se centros importantes, cercaram-se de muralhas (para proteger, inclusive, áreas de estoques de alimentos), possuíam hierarquias sociais que se acentuavam, enquanto “as técnicas recentemente desenvolvidas de produção de alimento começavam a se espalhar do Crescente Fértil para a Europa” (Leakey, 1982, p. 212). O autor não deixa dúvidas sobre outra discussão relativa ao tema: “é inequívoco: foram as pessoas que se deslocaram levando consigo suas ideias. Mas não se pode imaginar uma invasão repentina: a dispersão da agricultura ocorreu à velocidade de um quilômetro por ano.”

Embora houvesse seres humanos modernos no Oriente Próximo há pelo menos 40 mil anos atrás, o que confere especificidade à região é, sem dúvida, a precocidade de sua agricultura e de seus assentamentos permanentes. A famosa Çatal Huyuk (Figura 1.4), um povoamento anatoliano, considerada por Jane Jacobs uma das primeiras manifestações do urbano, era na verdade um denso povoado rural. A descrição de Cook (2005) confere com essa observação quando nos diz que o sítio detinha alguns milhares de habitantes no sétimo século a.C. Contudo, não possuía ruas e “entrava-se nas construções por um buraco no teto... mas tinha uma nítida vantagem: apresentava uma parede cega para o mundo externo”.

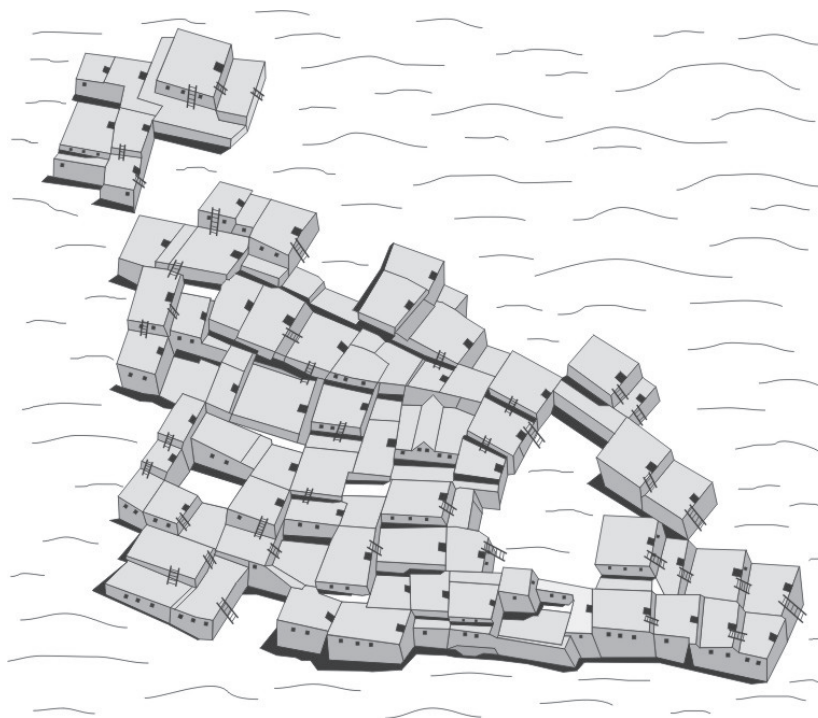


Figura 1.4 - Reconstrução experimental de casas do povoamento neolítico de Çatal Huyuk

Elaboração: Breno Ribeiro Marent.

Fonte: Adaptado de Cook, 2005, p. 133.

São fortes as associações entre agricultura, reconhecimento de solos, cozimento dos alimentos, confecção de fornos e cerâmica. A argila fora utilizada na fabricação de vasos e outros recipientes desde 9000 a.C., no Vale do Eufrates. Certamente a construção de casas, templos e fortificações nos povoados mais densos fora uma derivação do domínio da cerâmica e das técnicas de talhamento e cinzelamento de rochas. As cidades antigas, por séculos, exibiam artefatos que exigiam o domínio dessas técnicas construtivas, inclusive Jericó, que em seus primórdios fora um sítio pré-cerâmico, como dizem os arqueólogos. Fato é que, mil anos antes de Çatal Huyuk, “os habitantes da Jericó neolítica sentiram necessidade, ao que parece, de se cercarem de fortificações, tornando-se com isso uma das primeiras comunidades muradas. Era claramente muito importante afastar os estranhos”. No VII milênio a.C. a cidade “cobria uma área de um hectare e meio e era defendida por um fosso e um muro de pedra, dominada por uma imensa torre circular de cerca de mais de oito metros. Mil anos mais tarde, as colônias de Basta e Ein Ghazal na Jordânia, estendiam-se por mais de dez hectares” (ATLAS..., 2001, p. 38).

Por essa época, muitos núcleos de povoamento existiam no Crescente Fértil sustentados por uma economia baseada

na domesticação dos animais, cultura de plantas e em uma tecnologia avançada: fornos de cerâmica de dois andares e a utilização do chumbo e do cobre em Yarim Tepe, por volta de 6000 a.C ... Um dos sítios anatólicos mais impressionantes, o de Çatal Huyuk, estendia-se por 13 hectares. Materiais de valor (obsidiana, pedras semipreciosas) foram encontrados no local, cujas casas guardam elementos complexos de decoração (ATLAS ..., 2001, p. 39).

Tudo indica que os agricultores de Jericó se viram diante da necessidade de preservar e proteger seus estoques de alimentos, seus instrumentos de trabalho e suas divindades do assédio de vizinhos que vinham se instalando nas áreas próximas dotadas de água e de solos férteis. Com o tempo o assentamento fortificado ganharia a feição de uma cidade. Contudo, antes disso convém ressaltar duas observações a propósito da discussão aqui examinada. A primeira diz respeito ao fato de que a Mesopotâmia sempre foi uma combinação de rio e deserto, sendo obrigada a incorporar a vantagem da irrigação, o que por sua vez permitiu gerar um excedente agrícola expressivo, sem depender das chuvas. A segunda observação, que ajuda a explicar a precocidade do comércio na região e a necessidade de cidadelas estáveis e/ou fortificadas, refere-se às suas desvantagens naturais notórias: diante da escassez de recursos básicos como madeira, metais e até pedras, a região se viu forçada a desenvolver o comércio de longa distância para a obtenção desses itens.

É difícil afirmar se foi o comércio que fez evoluir a escrita ou se a evolução da escrita favoreceu as atividades comerciais. Os dados confirmam que as aldeias neolíticas da Síria e Mesopotâmia faziam registros de suas transações por meio da “combinação de pequenas moedas de pedra e de selos de argila ou de pedra, impressos sobre tampas de argila”. Como na região inexistiam metais e pedras preciosas,

a partir do IV milênio a.C., a demanda por esses produtos levou ao estabelecimento de pequenas colônias na Anatólia (...) e à exploração marítima do golfo Pérsico. Os primeiros templos (precursores das instituições em torno das quais se organizariam as futuras cidades-Estados) foram construídos nessa época na Mesopotâmia (ATLAS ..., 2001, p. 39).

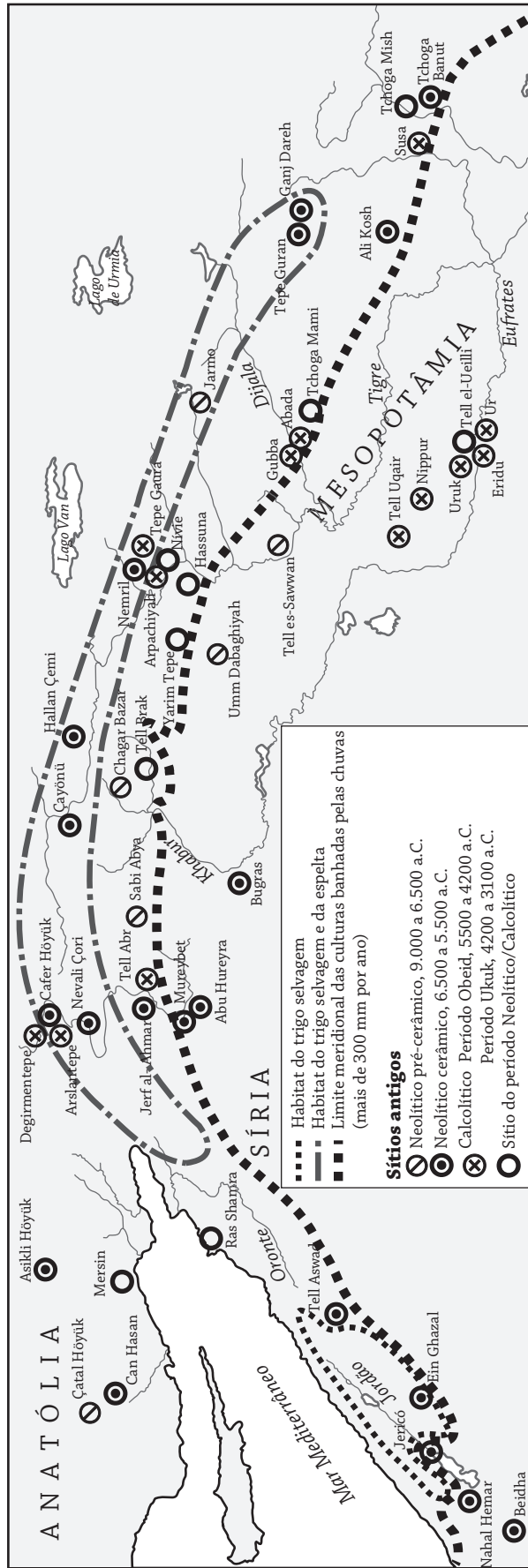


Figura 1.5 - O antigo Oriente Médio, 12000 a 31000 a.C.
 Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.
 Fonte: Adaptado do *Atlas de história Mundial da Folha de S.Paulo. Seleções do Reader's Digest*, 2001, p. 38-39.

Jericó e Çatal Huyuk não evoluíram para assentamentos urbanos mais sofisticados, embora em torno de 4000 a. C., não muito distante desses dois sítios, tenha florescido uma das mais formidáveis civilizações baseadas na escrita e na vida em cidades. Lugares como Nínive, Babilônia, entre outros, deram origem aos primeiros estados político-religiosos do planeta.

A profusão de assentamentos em vales muito percorridos por diversos grupos de caçadores-coletores, pastores, povos nômades (que faziam uso do camelo) e comerciantes deu origem a muitas estruturas territoriais que se mantiveram autônomas por milhares de anos, até que as monarquias expansionistas do Oriente Próximo as fizessem sucumbir. A compreensão das evidências típicas de épocas tão remotas não se faz sem a menção dos sumérios, que, ao não formarem um reino unificado (como o dos faraós do Antigo Egito), fragmentaram-se em aproximadamente 30 cidades-Estados, e com isso estavam fundando uma das mais importantes estruturas territoriais da Antiguidade. Desapareceram, provavelmente assimilados pelos seus múltiplos vizinhos, mas deixaram suas heranças nos milhares de anos das culturas subsequentes que ocuparam a Mesopotâmia (Figura 1.5).

1.5 - AS PRIMEIRAS POPULAÇÕES DO NOVO MUNDO, OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA AMÉRICA DO SUL E DO BRASIL E A DIFUSÃO INDEPENDENTE DA AGRICULTURA

Os principais objetivos dessa parte são identificar, minimamente, as datas mais antigas da presença do homem moderno nas Américas e no Brasil em particular, considerando as localizações geográficas, os assentamentos mais antigos, as formas de sobrevivência, o domínio da agricultura e aspectos da dinâmica demográfica.

A origem do homem nas Américas esteve sempre apoiada pela teoria Clóvis: populações originárias da Sibéria, composta de grupos especializados na caça de grandes mamíferos da megafauna do fim do Pleistoceno, teriam atravessado a pé o atual Estreito de Bering e chegado ao continente americano em torno de 11,4 mil anos atrás. Gradativamente, como uma onda migratória, os grupos avançaram pelo continente ocupando territórios meridionais até chegar à América do Sul.

Os indícios que desmontam essa teoria, resultantes de achados arqueológicos na América do Sul, são muito fortes, a começar pela hipótese das grandes matanças (como a dos mamutes na região do México). “A grande maioria dos sítios arqueológicos sul-americanos do final do Pleistoceno mostra que os primeiros grupos humanos abaixo do Equador adotaram uma estratégia de caçadores-coletores generalistas, com amplo uso de recursos vegetais, suplementado

pela caça de pequeno e médio porte de espécies”, até hoje existente na região (Neves; Piló, 2008, p. 68). A cronologia da ocupação dos primeiros povos na América do Sul é ainda um debate acalorado na comunidade dos arqueólogos, dividida entre *clovistas* e *pré-clovistas*. Os primeiros pertencem a grupos de pesquisadores norte-americanos, para os quais não faltaram recursos financeiros e que acabaram transformando a teoria em dogma. Rejeitam qualquer hipótese que tente provar a origem do homem americano em datas mais remotas. Os segundos são principalmente pesquisadores da América do Sul e se repartem em várias correntes, dependendo da área de estudo pesquisada. Vêm apresentando sucessivas evidências à comunidade científica internacional, cada vez mais convincentes e irrefutáveis.

Walter A. Neves e Luís B. Piló, no livro *O povo de Luzia: busca dos primeiros americanos*, entendem que os primeiros homens do Novo Mundo chegaram por volta de 13 a 14 mil anos, um pouco antes do marco Clóvis (Neves; Piló, 2008, p. 70). Tom Dillehay, trabalhando no Sul do Chile, em Monte Verde, apresenta evidências sólidas que indicam a data de 12,3 mil anos. Anna Roosevelt, em 1996, produziu um forte abalo ao dogma clovista, quando relatou a ocupação humana em “plena floresta amazônica datada de 11,3 mil anos” (Neves; Piló, 2008, p. 71), o que faria as estimativas para a chegada dos primeiros homens no Norte do continente recuar a pelo menos 13 mil anos.⁷ A Lapa Vermelha foi, no início dos anos de 1970, o primeiro sítio com escavações profissionais no Brasil a datar a presença do homem antes de 11,4 mil anos. Outra ocupação pré-clovista encontra-se na Lapa do Boquete, no Vale do Peruaçu no Norte de Minas Gerais.

Todavia, o mais polêmico sítio arqueológico do país com datações pré-clovistas é sem dúvida o da Serra da Capivara (PI), no Boqueirão da Pedra Furada. As datações pelo carbono-14 (até o limite de 32 mil anos) da equipe de Niède Guidon foram confirmadas pelas técnicas que utilizam a termoluminescência. Os achados de Pedra Furada mostram, de forma consistente, vestígios da presença humana em data muito remota. Os vestígios encontrados indicam que se “poderia falar inquestionavelmente a favor de uma origem antrópica [das] pequenas concentrações de carvão aparentemente rodeadas por seixos queimados” (Neves; Piló, 2008, p. 81). Sobre a hipótese de esse material ser resultante de incêndios naturais “Valladas concluiu que esses seixos foram expostos a temperaturas

⁷ O modelo *Clóvis-first* está praticamente condenado, inclusive porque o marco dos 11,4 mil anos se mostra ultrapassado. Os clovistas sofreram “recentemente, seu maior revés. No início de 2007, um artigo publicado na prestigiosa revista *Science*, por Michael Waters e Thomas Stafford, apresentou fortes evidências de que os sítios Clóvis são mais recentes do que se pensava, sendo datados, na verdade, entre 11 e 10,8 mil anos” (Neves e Piló, 2008, p. 85).

superiores a 450°C e que incêndios naturais não ultrapassam a 250°C” (Neves; Piló, 2008, p. 82). Com base em manifestações artísticas estampadas nas paredes das grutas de São Raimundo Nonato, no Piauí, e em restos de carvão rodeados por seixos queimados, trabalhos desenvolvidos por integrantes da equipe da professora Niède Guidon têm “obtido provas concretas da presença humana no solo brasileiro há 50 mil anos” (Tenório, 1999, p. 13). Trata-se de data muito remota, que suscita inúmeras dúvidas. Anne Marie Pessis, da Fundação do Homem Americano, a despeito das muitas evidências de presença humana há cerca de 12 mil anos na Serra da Capivara, quando o clima tropical era mais úmido, com abundante vegetação perenifólia, que garantia a alimentação de uma fauna, principalmente herbívora, observa que durante milênios, espécies da megafauna existiram na região e coabitavam com os grupos humanos. A pesquisadora afirma, ousadamente, que existem evidências da presença humana na América do Sul que iriam até aos 50 mil anos atrás:

Outros testemunhos no Sul do Chile confirmam a antiguidade da presença humana no continente sul-americano. O sítio arqueológico Monte Verde permite afirmar que grupos humanos habitavam essa região há mais de 33 mil anos. As pesquisas arqueológicas na América do Sul, para esse período da pré-história, são ainda pouco numerosas, mas os resultados confirmam, de maneira reiterada, o recuo das datas da presença humana (Tenório, 1999, p. 63).

É muito difícil, na atualidade, sustentar a presença de grupos humanos no Brasil em datas tão remotas,⁸ mas a pesquisadora insiste nessa direção, quando afirma que “o período mais recuado da presença dos primeiros grupos humanos na região abrange uma faixa de 50 mil a 12 mil anos” (Tenório, 1999).

Ana Roosevelt entende que entre 11.500 e 8.000 anos existem várias datações consistentes, mas ainda pouco estudadas. Menciona as importantes coleções de esqueletos de Lagoa Santa, que revelam a existência, há 10 mil anos, de uma população robusta de asiáticos não mongoloides, o chamado *povo de Luzia*,

⁸ O texto de Ana Roosevelt, “O Povoamento das Américas: e o Panorama Brasileiro”, aborda as questões sobre culturas paleoíndias que teriam começado entre 11.200 a 10.900 anos e terminado no começo do Holoceno, por volta de 8.500 anos atrás. Ao abordar a tese pré-Clóvis, a autora põe em dúvida as datações mais antigas da presença humana nas Américas. “É possível que os dados mais abundantes sobre paleoíndios sul-americanos venham de sítios brasileiros. Vários destes com arte rupestre e a céu aberto, apresentando pedras lascadas, paredões de pinturas rupestres e possíveis fogões, têm numerosas e consistentes datações radiocarbônicas pré-Clóvis que remontam a 50 mil anos, mas a presença humana em datas tão recuadas tem sido questionada. O sítio da Pedra Furada é o mais famoso dentre estes” (Tenório, 1999, p. 41).

e assevera que no povoamento das Américas, todas “as novas descobertas de diferentes culturas paleoíndias na América do Sul confirmam o ponto de vista teórico pré-Clóvis de que o povoamento das Américas foi mais complexo do que propõe a teoria de migração Clóvis. Estas descobertas mudam a compreensão das migrações e adaptações ecológicas dos primeiros caçadores-coletores” (Tenório, 1999, p. 49).

As evidências são praticamente irrefutáveis: o homem estava no Novo Mundo bem antes do estabelecimento da cultura Clóvis nos Estados Unidos, há 11,4 mil anos.

Com relação a datas mais recentes restam poucas dúvidas. Pedro Ignácio Schmitz, estudando o Brasil central, observa que o conceito de paleoíndio se aplicaria às culturas mais antigas encontradas em Goiás, Minas Gerais, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte, cujas datações não ultrapassariam o período de 9000 a 6500 anos a.C. Nesse período, sabe-se que em Goiás ocorreram grandes mudanças na tecnologia, na alimentação, no ritual funerário e na adaptação ao espaço tropical.

1.5.1 - A nova hipótese da chegada pelo mar

Ao lado das discussões e avanços nas datações vistas acima, ganha força outra teoria sobre a chegada e difusão do homem moderno nas Américas, que diverge da hipótese clássica, aquela que afirma que, na última Era Glacial, com o rebaixamento dos oceanos, grandes fluxos migratórios de caçadores de renas atravessaram o Estreito de Bering, e daí foram avançando para as áreas meridionais.

A nova teoria diria que hordas de navegadores primitivos teriam feito sucessivas incursões ao longo da costa do Pacífico em diferentes épocas ao longo do Pleistoceno. Algo como uma navegação de cabotagem, em barcos precários provenientes da Sibéria, ao longo de milhares de anos, contando com os recursos pesqueiros da costa, explicaria melhor a chegada do homem às Américas, conforme mostra a Figura 1.6. Assim, para os que “defendem hoje a via litorânea como a mais provável rota para a chegada e a dispersão inicial dos humanos no Novo Mundo, a Cultura Clóvis é na verdade um episódio já secundário nessa ocupação” (Neves; Piló, 2008, p. 85).

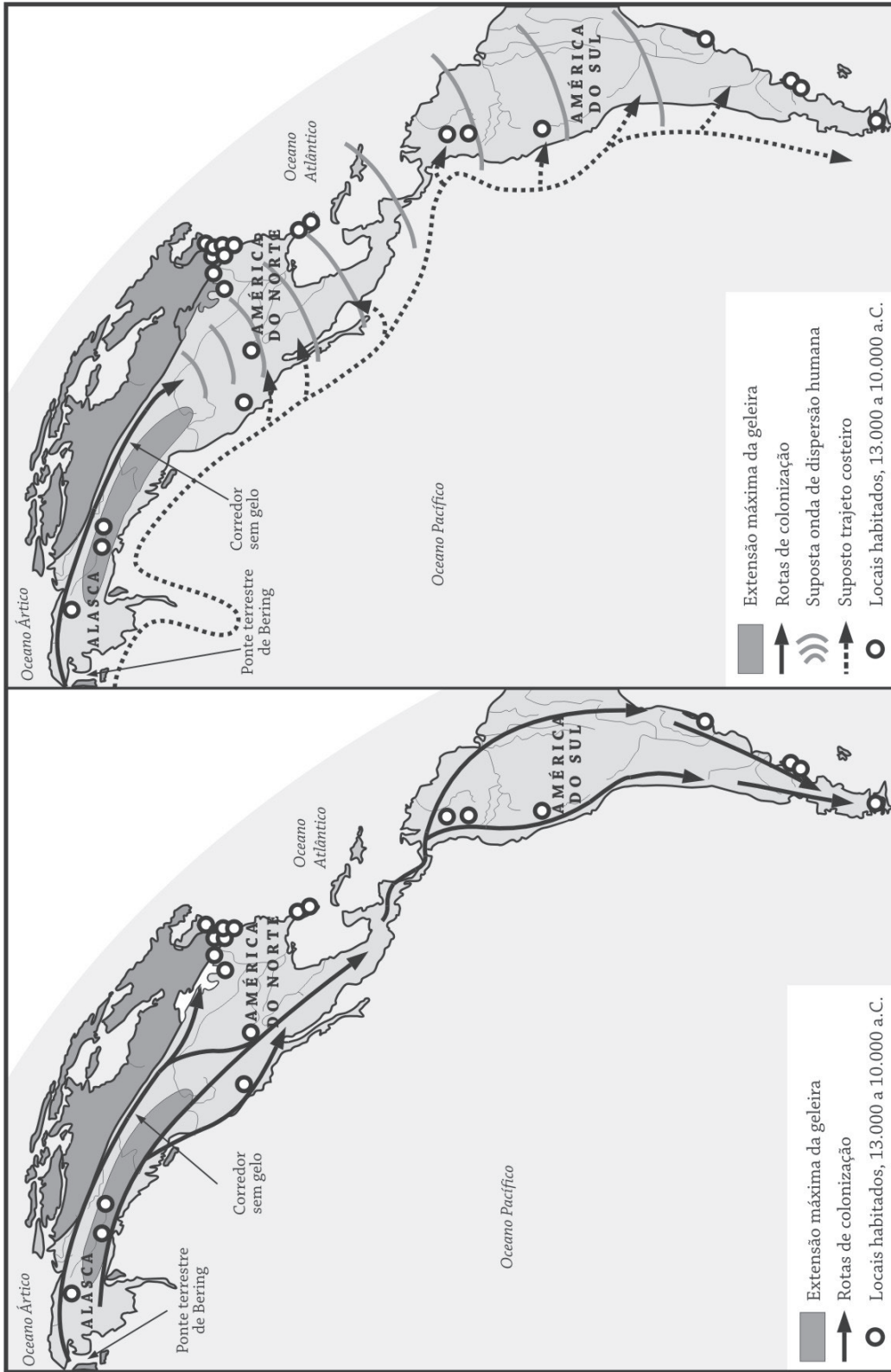


Figura 1.6 - O povoamento das Américas 13000 a.C.

Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Fonte: Adaptado de Neves, Piló, 2008, p. 84 e do Atlas de história Mundial Folha de S.Paulo. Seleções do Reader's Digest, 2001, p. 34.

As incursões dos primeiros colonizadores do Novo Mundo não se resumiam à costa do Pacífico, não obstante ser essa frente de expansão mais rápida, mais óbvia e mais coerente com os ecúmenos costeiros da Ásia e América, por milhares de anos. É também razoável supor que, à medida que os grupos humanos se deparassem com climas, latitudes e sítios geográficos favoráveis, não hesitavam em adentrarem pelo continente, geralmente evitando as geleiras e procurando o abrigo de vales fluviais e florestas, como os existentes ao longo da costa dos EUA, Mesoamérica e América do Sul. “Isso explicaria por que o homem chegou ao Sul do Chile por volta de 12,3 mil anos, antes de se estabelecer no interior dos EUA, por volta de 11,4 mil anos. O grande problema do modelo litorâneo é que eventuais sítios costeiros antigos estão hoje cobertos pelo mar, tornando impossível testá-lo formalmente” (Neves; Piló, 2008, p. 85).

Pesquisas subsequentes poderão trazer muito mais provas científicas a favor dessa tese, confirmando a antiguidade de ocupações em áreas litorâneas, como, por exemplo, a descrita por Richard Leakey relativa aos povos que habitavam a costa peruana e sobreviviam com base na abundância de peixes da região.

1.5.2 - Sobrevivência, assentamentos humanos e a lógica da dispersão populacional na América do Sul

Não há dúvidas de que no Novo Mundo a agricultura desenvolveu-se independentemente do Velho Mundo, como nas colinas e vales do México ou nas terras do Altiplano andino. O cabaceiro era cultivado desde 10 mil anos atrás, embora a agricultura em seu sentido pleno só tenha emergido há 5 mil anos, com a limpeza da terra e o intenso investimento em trabalho, armazenagem e a criação de sistemas de irrigação. Cultivavam-se quantidades substanciais de milho, feijões, abóbora e pimenta chili. Vilas semipermanentes começaram a se estabelecer e a tendência para uma vida totalmente sedentária se firmava. Há cerca de 3 mil anos, os tehuacanos cultivavam quase a metade de seus alimentos, viviam em aldeias permanentes e experimentavam o problema da expansão populacional. Sinais de hierarquias sociais, cultos, sistemas políticos regionais sucediam-se. O processo teria se iniciado com uma alteração climática e do meio ambiente. “A história de Tehuacán deve ter-se repetido inúmeras vezes em vários lugares diferentes por toda a Mesoamérica”. Os vales de Tehuacán e Oaxaca (muito mais úmidos e amplos) tiveram intensa atividade entre 10 e 3 mil anos atrás, com desdobramentos e rumos espantosamente diferentes.

Oaxaca deslanchou, sobrepujou Tehuacán em termos de população, complexidade e evolução social. Em mil anos o vale onde havia vilas dispersas passou a ser dominado por uma grande cidade, Monte Albán, que cobria 70 hectares. Acredita-se que esta cidade tenha sido o primeiro centro urbano importante do Novo Mundo, e foi inovadora tanto cultural quanto tecnicamente (Leahey, 1982, p. 214).

Curiosamente, na América do Sul nem sempre a agricultura fez surgir assentamentos complexos como vilarejos e cidades. Em Salinas de Chão, na costa do Peru, há indícios que apontam a existência de grupos organizados dependentes, principalmente, da pesca marítima e navegação em caiaques de junco, embora cultivassem uma série de grãos, como a cabaça e o algodão, matéria prima para redes e malhas (algodão) e para boias (cabaça) (Leahey, 1982, p. 217).

A dinâmica demográfica resultante da fixação mais ou menos bem-sucedida dos primeiros grupos sedentários em determinados ecúmenos no Novo Mundo ditaram a dispersão e difusão do homem moderno pelas mais diversas latitudes, o que abrangeu milhares de anos. A dispersão e/ou subdivisão dos grupamentos maiores em subgrupos menores era a prática comum, presente até os dias de hoje na história de comunidades tribais da Amazônia brasileira, por exemplo.

Sabemos que o crescimento dessas populações arcaicas geralmente desestabiliza os grupos anteriores e os induz a se movimentarem no espaço. Em um período mais recente, este fato ocorreu com os guaranis, quando se disseminaram em um espaço amplo, desde a Amazônia até o Centro Oeste, Pantanal e Sul do Brasil. O “crescimento demográfico não gerou apenas diferenciação cultural, mas também [motivou] atritos próprios da procura de uma nova adaptação, de um equilíbrio ecológico e social” (Tenório, 1999, p. 71).

Segundo Anne M. Pessis, em sua pesquisa na Serra da Capivara, a expansão e diversificação dessas antigas populações de caçadores-coletores teria gerado disputas no espaço de coabitação. Comportamentos atípicos e até a diferenciação cultural teriam alimentado rivalidades, hostilidades, situações essas registradas nas inscrições rupestres da época. O tema da violência fora uma característica de um período transitório, que deve ter se iniciado há 9 mil anos.⁹

⁹A autora observa que “o clima tropical úmido perdurou até cerca de 12 mil anos, correspondendo ao Pleistoceno final. A partir de 10 mil anos AP as chuvas diminuíram e o clima semiárido se instalou. A vegetação também diminuiu, as fontes de alimentação se tornaram escassas e a megafauna desapareceu totalmente da região, junto com as espécies dos ecossistemas úmidos. As transformações da vegetação e a extinção de uma parte da fauna não afetaram a sobrevivência dos grupos humanos, que tinham como fonte de alimentação as espécies de pequeno porte que sobreviveram” (Tenório, 1999, p. 67-71).

No Brasil e em vários lugares da América do Sul, na fase em que a caça-coleta predominava, antes da difusão da agricultura, a megafauna participava muito eventualmente da dieta das populações. Muito mais usual fora o emprego da pesca, caça de pequenos animais, moluscos e coleta de raízes, como a mandioca, por exemplo, utilizada há milhares de anos. A profusão relativa de alguns desses recursos alimentares é, às vezes, levantada como explicação para a adoção tardia da agricultura nos trópicos.

Assim, o sucesso relativo das populações pré-históricas na América do Sul deve ser discutido à luz da disponibilidade de recursos necessários à sobrevivência e das questões que envolvem o processo de difusão/dispersão derivado do alto crescimento demográfico, uma vez que o isolamento forçado de certas populações pode fazer declinar as taxas de natalidade em razão de sucessivos casamentos consanguíneos. As primeiras populações de Minas Gerais – principalmente as dos sítios pré-cerâmicos nas regiões cársticas de Lagoa Santa/Serra do Cipó e dos vales do Peruaçu e Cocha, no Alto Médio São Francisco – servem de exemplo. No primeiro sítio existem achados de mais de 12 mil anos, mas de difícil interpretação. Os mais convincentes abrangem o período de 11 a 12 mil anos, que indicam que a “raça de Lagoa Santa” conviveu com os exemplares da megafauna do Pleistoceno que habitava a região (mastodontes e preguiças gigantes), datados de 9700 anos. Essa população fazia uso de machados de gume polido, espátulas de pata de veado, sílex, lascas cortantes, bigorna de pedra e pinturas rupestres que recuam até o período de 8 a 10 mil anos. A partir da reconstituição de Luzia, teorias recentes afirmam que esses grupos humanos eram semelhantes aos aborígenes australianos, portanto bem diferentes dos ameríndios, o que gera uma série de questões sobre como teriam chegado a Lagoa Santa. O desaparecimento dessa antiga população, ao que tudo indica, pode associar-se à alimentação pobre em caça, à alta mortalidade infantil das crianças até quatro anos e à baixa esperança de vida derivada da saúde débil dos adultos, provavelmente por força dos fatores *isolamento e homogeneidade genética*.

Já no Alto Médio São Francisco, bem diferente dos achados de Lagoa Santa, as evidências indicam a existência de populações datadas de até 11 mil anos, na Lapa do Boquete. No Holoceno médio os abrigos parecem ter sido menos utilizados, até que em torno de 7 mil anos atrás passou a ser mais intensa a pintura rupestre disseminada em uma ampla extensão de terras (indo até o Piauí), na denominada Tradição São Francisco. Por volta de 3 mil anos atrás as pinturas tornam-se mais intrincadas, coloridas, com uma brilhante policromia (estilo caboclo). Os vários sepultamentos da região do Peruaçu mostram uma população de feições modernas e bem similar aos indígenas atuais. Nos rios Araguari e São Francisco são diversos os vestígios de populações pré-cerâmicas de 7 mil anos, indicando o muito que há ainda para ser pesquisado.

Por fim, sobre a prática da agricultura convém sublinhar que estudos recentes mostram a presença de povos ceramistas e agricultores, utilizando milho, feijão, cabaça e amendoim, além de outras plantas cultivadas na região da Serra da Capivara. São populações datadas de 6000 a 3500 anos a.C., envolvendo um período no qual já havia muitos grupos utilizando diferentes técnicas agrícolas no Brasil.

Aspectos econômicos, geográficos e populacionais relativos às grandes civilizações eurásianas; da Antiguidade ao século XI

2.1 - INTRODUÇÃO

As notas em sequência procuram indicar, de forma bastante sumária, alguns aspectos relativos à geografia econômica e populacional das principais civilizações que se desenvolveram no período que abrange parte da Antiguidade até o século XI. A ideia é focalizar alguns processos geo-históricos que acompanham o desenvolvimento dos povos europeus e asiáticos localizados nas áreas mais favoráveis ao florescimento da agricultura e do comércio desde o Neolítico. São aqui mais enfatizadas as civilizações grega, romana, chinesa e indiana, o que não diminui a importância das grandes civilizações que se desenvolveram no interior da Eurásia e África, por onde as três grandes religiões monoteístas, judaísmo, cristianismo e islamismo, se propagaram.

2.2 - GREGOS E ROMANOS: MATRIZES CIVILIZACIONAIS DE LONGA DURAÇÃO

Os territórios onde se formaram as civilizações grega e romana são geograficamente próximos, quase uma extensão das antigas áreas do Crescente Fértil, no Oriente Próximo, por onde se difundiram a agricultura, o comércio e a vida em cidades. Eram áreas que gravitavam em torno do Mar Mediterrâneo, possuíam recursos naturais valiosos e aglutinavam diversas comunidades dispersas da Antiguidade.

Do Peloponeso, alguns povos agrícolas dominaram os metais, a “arte” da guerra, o comércio e se estruturaram por meio de cidades-Estados, até formarem duas centralidades notáveis, Atenas e

Esparta, em um território pontilhado de ilhas, que favorecia a quem dominasse a navegação. Alguns dos reinos da orla do Mar Egeu chegaram a unir-se e formar um formidável Império sob Alexandre, momento em que a civilização helenística alcançou seu esplendor, experimentou forte crescimento econômico e demográfico, o que favoreceu a colonização de áreas a oeste e leste da península grega e a fundação de diversas cidades, como Alexandria, Selêucia, Antioquia, entre outras.

As antigas Atenas e Esparta perderiam expressão diante do avanço de Alexandre por terras do velho Império Persa (atual Turquia), mas serviam de modelo para a estrutura organizacional posta em prática pelas frentes de colonização. O requinte da cultura grega marcava a vida das diversas cidades-Estados fundadas por Alexandre e seus generais. O gosto pelo esporte, teatro, os ginásios e templos politeístas faziam-se presentes nas novas cidades e atraíam a atenção dos povos vizinhos. Entretanto, o exercício da administração e as participações políticas estavam vetados às populações locais, às quais ficavam reservados o arrendamento e o trabalho na própria terra.

Após o período relativamente curto da expansão vitoriosa de Alexandre, seus sucessores não conseguiram manter incólumes as possessões imperiais. As divisões se instalaram, os territórios se fragmentaram até que os persas *sassânidas* foram exitosos em reunificar parte do antigo Império e sustentá-la por séculos, inclusive resistindo ao assédio dos romanos, de Bizâncio, pela Mesopotâmia, ou de povos provenientes da Síria ou Anatólia.

Os romanos iniciaram sua saga histórica com base na cidade fundada no Vale do Tibre, a 20 km do Mediterrâneo. Em pouco tempo evoluíram de um pequeno reino até a forma República a partir de 509 a.C. À medida que Roma se expandia pelas colinas adjacentes, mais essencial tornava-se a necessidade de sua proteção. Sucederam-se as muralhas, desenvolveu-se a vocação militar e as campanhas vitoriosas passaram a representar prestígio e prosperidade para a cidade, enquanto aumentava o afluxo de mercadorias e escravos. Com isso incrementava-se fortemente a população da região, seja pelo aumento da mão de obra cativa nos campos, seja pelo expressivo crescimento da população da principal cidade da península itálica.¹

¹ A cidade, quando encerrada no interior da Muralha Serviana, compreendia sete colinas e foi o lócus por excelência do período republicano. Ao final da República, à época de Júlio César, sua periferia habitada se estendia por dois quilômetros para além da antiga muralha. Com o impressionante crescimento no período imperial, uma nova muralha fora construída por Aureliano entre 270 e 275 a.C. Dotada de um centro pouco extenso, a cidade possuía ruas estreitas e congestionadas, prédios de diversos pisos, grande trânsito de veículos e teria atingido em seu apogeu perto de um milhão de habitantes.

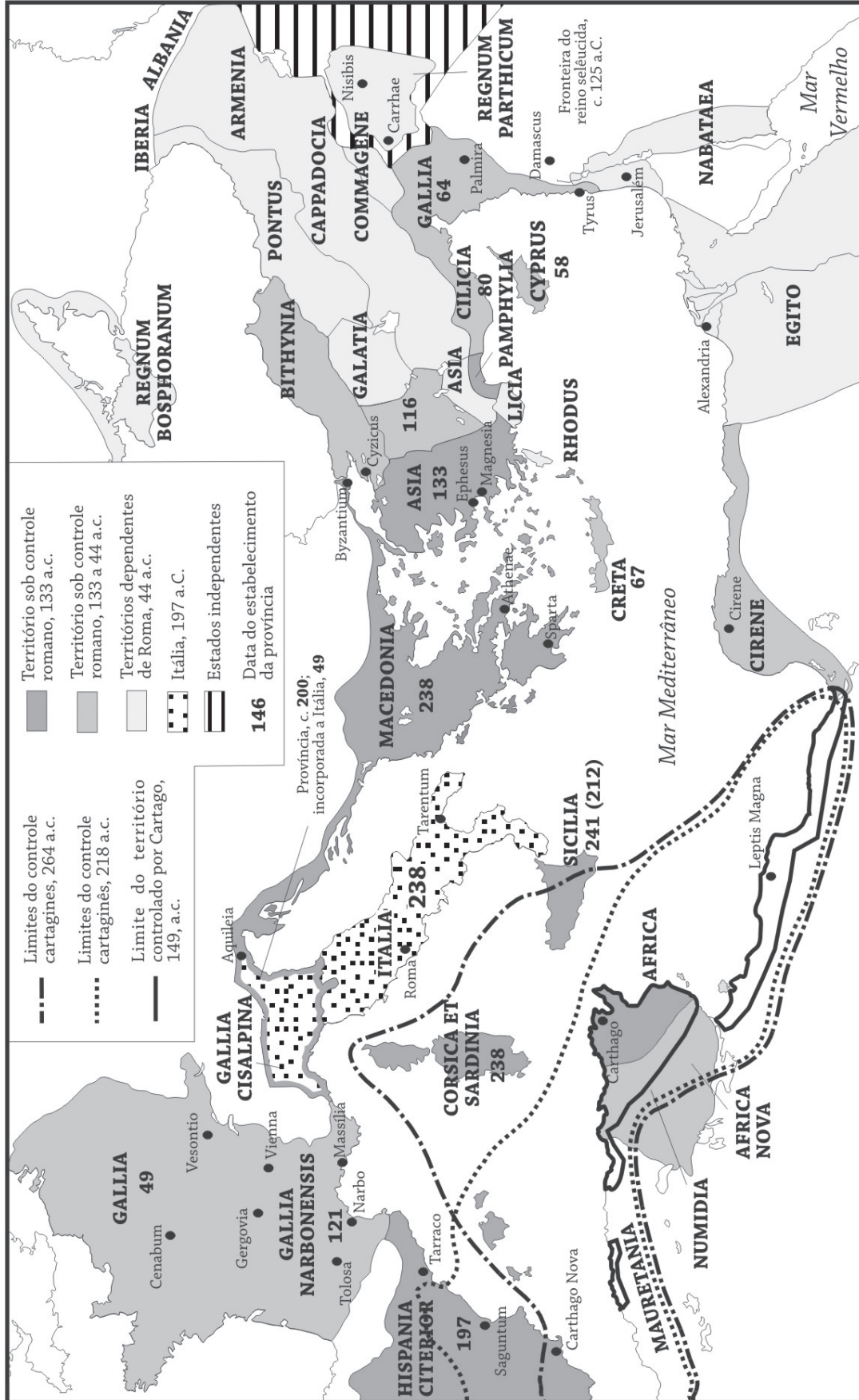


Figura 2.1 - O mundo romano, 264 a 44 a.C.
 Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Durante a República, plebeus e patrícios frequentemente se enfrentavam internamente, enquanto no plano externo sucediam-se os inúmeros combates contra os povos da península. Em torno de 270 a.C. os romanos firmaram seu domínio pelas armas em todo o Sul italiano, o que incluía diversas colônias, comunidades latinas, cidades sujeitas ao pagamento de tributos e recrutamento militar, várias delas gozando de direitos especiais e relativa autonomia. Faltava afastar os piratas ilírios e, para conquistar o Mediterrâneo, submeter Cartago, a principal potência rival da época.

Entre 229 e 219 a.C. os romanos subjugaram os ilírios e, com isso, não só puderam ampliar o comércio marítimo, como estreitaram suas relações com os gregos, sobretudo após a Guerra Púnica de 197 a.C., quando a Macedônia, tradicional aliada de Cartago, tornou-se dependente do Estado romano. As guerras do período foram essenciais para a construção do poderio de Roma, mas facultaram-lhe também o desenvolvimento econômico e cultural, mediante a absorção do legado cultural helenístico. A vitória em 168 a.C. contra os perseguidores da Macedônia viria a aumentar o contato com a civilização grega, porquanto milhares de aqueus foram levados para a Itália. Em 155 a.C., filósofos de Atenas aportam em Roma e o ensino da língua grega se expande. Em 142 a.C. a terra de Alexandre, a Macedônia é anexada a Roma, enquanto o Peloponeso, embora independente, sujeitava-se ao pagamento de tributos. Finalmente, com a última Guerra Púnica, Cartago é destruída e sua região tornou-se província de Roma. Daí em diante, em pouco tempo o território sob a jurisdição de Roma atingiu proporções até então desconhecidas (Figura 2.1).

O Império substituiu a República com Otaviano, após a restauração da unidade política ameaçada pela sucessão de guerras externas e conflitos internos. Em 27 d.C. a centralização imperial consuma-se nas províncias e o centro de gravidade da administração imperial desloca-se para o Ocidente, o que causaria profundas repercussões na subsequente história dos povos europeus. Roma ocupou territórios no Norte da África, no Norte europeu (não obstante os reveses na Germânia), anexou a Inglaterra, os Bálcãs, a Arábia, a Dácia, a Armênia, a Assíria e a Mesopotâmia, chegando a sua máxima extensão com Trajano, no século II d.C.

Contudo, as fraturas começaram a irromper nas hostes romanas. O assédio dos germânicos e de outros povos do Norte europeu – que viviam uma expansão demográfica sem precedentes após adotarem a agricultura –, os conflitos internos e as custosas campanhas militares representavam dificuldades crescentes que debilitavam o Império e, lentamente, erodiam suas bases econômicas, territoriais e político-administrativas, até sua divisão em duas partes no século V d.C.

A desintegração do Império Romano é comumente associada à porção ocidental. A parte Oeste foi, de fato, desmantelada pelas invasões bárbaras e mergulhou no feudalismo, apoiado por mosteiros, castelos e cidadelas fortificadas. Já a parte Leste prosperou sob a civilização bizantina, onde manteve forte a influência greco-romano, capitaneada por Constantinopla, cidade cujo nome substituiria Bizâncio em homenagem a Constantino (280-337), primeiro imperador convertido ao cristianismo. Mais tarde, as diferenças culturais ampliaram-se e as tentativas de reconstrução do velho Império sob Justiniano fracassaram. Todavia, o poderio da cidade não cessou de ampliar e por quase toda a Idade Média representou o principal empório comercial da Eurásia.

2.2.1 - Economia e população

As guerras de conquista e a expansão territorial foram, sem dúvida, um poderoso meio de acumulação de riqueza a favor de Roma. Mas, na própria Itália, a agricultura era relativamente dinâmica. Os cereais, as áreas de pastagens, os vinhedos e olivais asseguravam uma farta produção de alimentos. A cerâmica e a produção de metais, por seu turno, prosperavam e, depois das Guerras Púnicas, surgiram capitalistas enriquecidos no comércio internacional, donos de muitos escravos, grandes extensões de terra e propriedades luxuosas. Com o acesso às minas espanholas incrementaram-se os recursos em moeda do Estado, o que alimentou a especulação e o comércio. A região de Campânia tornara-se um núcleo industrial por volta do século II, enquanto a produção de têxteis florescia em Pompeia, a fundição do ferro de Elba aumentava e expressiva quantidade de artefatos cerâmicos de Etrúria eram exportados.

Com o Império a indústria e o comércio se expandiram apoiados por um sistema de vias carroçáveis e pela navegação no mediterrâneo, os quais interligavam Roma às mais distantes províncias. Obras de infraestrutura urbana foram necessárias para atender o grande crescimento da capital, como dão prova os aquedutos articulados por tubulações em chumbo, a grande produção de blocos cerâmicos e de vidros, especialmente após o grande incêndio à época de Nero.

Qual era o tamanho da população da velha Roma? Qualquer estimativa demográfica de Roma e região é duvidosa. Entretanto, a despeito das incertezas, é provável que a cidade tenha ultrapassado a soma de 800 mil residentes à época dos Césares, dos quais 300 mil correspondiam à população escrava, geralmente estrangeira. Alguns estudiosos concluem que Roma teria atingido a marca de um milhão de pessoas em seu apogeu e a península alcançara mais ou menos 10 milhões de habitantes, com base no recenseamento inscrito no Monumento de Ancirano e outras fontes indiretas.

2.2.2 - O declínio do judaísmo e a ascensão do monoteísmo cristão e islâmico

O cristianismo desenvolveu-se no seio do judaísmo, mas, no século IV, quando fora adotado como religião oficial do Império de Constantino, o judaísmo já estava eclipsado, vítima de diásporas que vieram a solapar suas bases territoriais. A primeira das três grandes religiões monoteístas originárias do Oriente Médio floresceu na Antiguidade no ramo Oeste do Crescente Fértil, às margens do Rio Jordão, sob a inspiração do povo de Israel. A cidade de Jerusalém, bem localizada geograficamente, foi um centro comercial, experimentou certa prosperidade desde antes dos romanos e foi palco de alguns dos mais importantes eventos da história do monoteísmo ocidental. Lá foi construída uma civilização dotada de forte coesão interna, desde a unificação dos antigos israelitas. Contudo, sob a dominação de Roma iniciava-se uma das mais impressionantes diásporas da história da humanidade. Desde as revoltas judias de 66-73 d.C. e 132-135 d.C., a brutal repressão romana e a firme disposição de Adriano em tornar Jerusalém uma cidade romana esfacelou a hegemonia dos israelitas na Judeia. Em consequência, da Palestina e de Alexandria partiram grupos numerosos de judeus para o Norte e Oeste da Bacia mediterrânea, instalando-se em diferentes cidades do Império na Itália, Espanha e em subespaços regionais que viriam a constituir a Europa. Nesses lugares, preservaram sua identidade cultural e religiosa, mantiveram e desenvolveram suas práticas comerciais, progrediram e atraíram mais migrantes da Judeia e, não raro, se autossegregavam ou eram segregados. Formaram diversas comunidades dispersas na Europa, fortemente coesas, relativamente prósperas, até serem vítimas de outras perseguições ao longo dos quase 2000 anos de sua diáspora (Figura 2.2). No Cairo, à época em que o islamismo avançava no Norte da África, os judeus desempenharam funções decisivas no comércio internacional pelo Mediterrâneo e contribuíram para o grande crescimento populacional da cidade. Cairo teria atingido a marca de um milhão de habitantes já por volta do ano 1000 d.C.

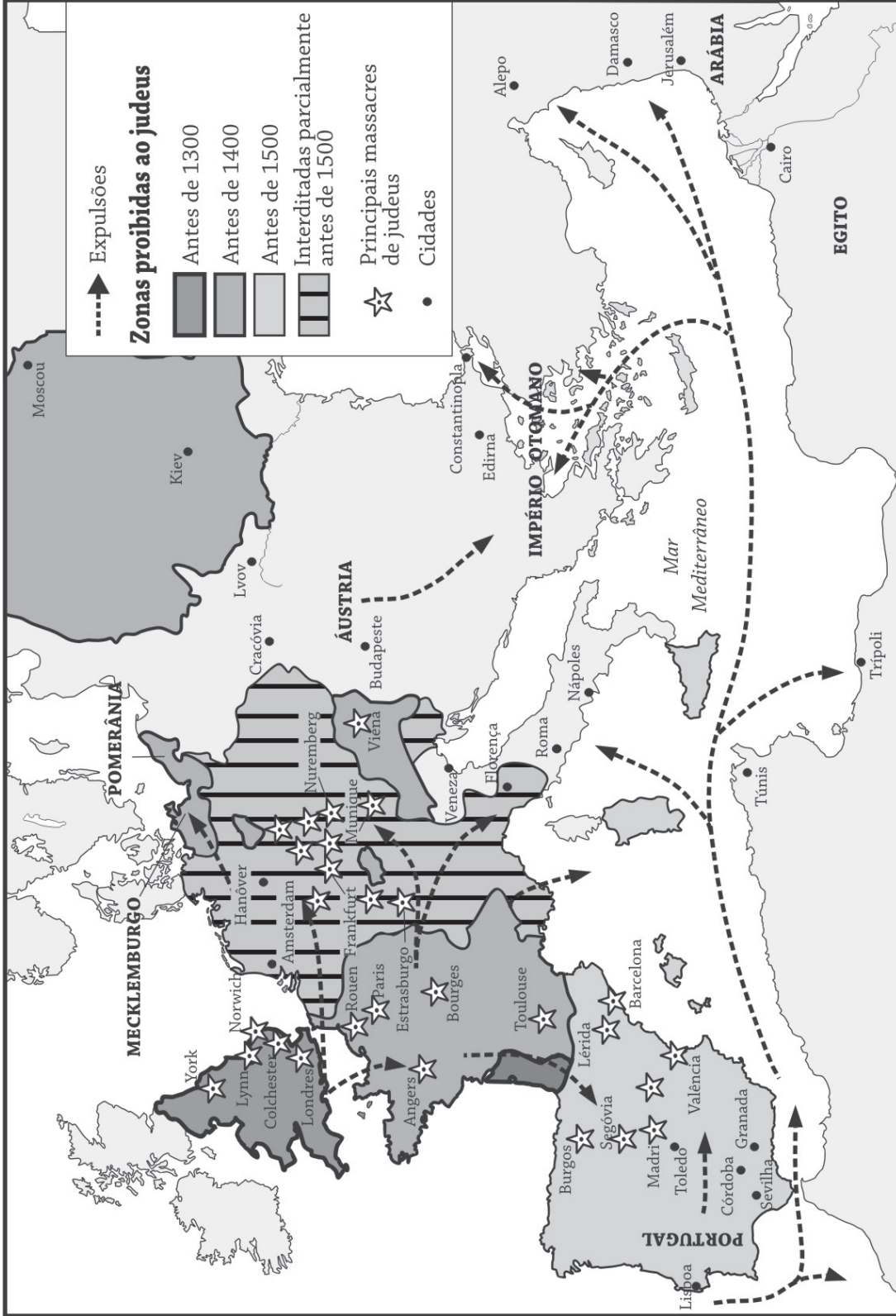


Figura 2.2 - A perseguição aos judeus na Europa Medieval
 Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

O cristianismo, por seu turno, após os primeiros séculos em que seus seguidores eram perseguidos e execrados, desenvolveu-se fortemente depois da conversão de Constantino. A partir de então se tornou a religião oficial do Império. Acomodou-se bem sob as estruturas feudais da Europa e em áreas sob a influência do Império, a despeito da concorrência do islamismo a partir do século VII. Contudo, ao Norte do Mediterrâneo, não obstante o fracionamento do Império Romano do Ocidente, a evangelização inspirada nos princípios agostinianos alcançara a Inglaterra entre 590 e 604, e a Germânia e a Europa central em fins do século VII. O esforço missionário de evangelização agregou ao cristianismo escoceses, anglo-saxões e francos.²

De todo o modo, durante o período carolíngio as missões papais foram bem-sucedidas na Alemanha – apesar da concorrência da Igreja ortodoxa bizantina –, prosseguiu rumo aos países nórdicos entre os séculos X e XI e em direção à Rússia em 988.

Todavia, diante da superioridade econômica e militar dos árabes após a unificação e proliferação do islã, os católicos perdem a Espanha para os mouros em 711, só a reconquistando séculos mais tarde, após diversas batalhas estimuladas pelas Cruzadas, momento em que o enfrentamento entre cristãos e muçulmanos mais se intensificou.

O fato é que a terceira grande religião expansionista, inspirada pelos grandes profetas do monoteísmo do Oriente Médio, se impõe por um vasto território a partir de Meca, na Arábia, depois das peregrinações exitosas de Maomé, o “último” dos profetas. Natural desse importante polo comercial da Arábia ocidental, Maomé reuniu rapidamente uma série de adeptos em suas pregações, mas provocou o descontentamento da aristocracia comercial de Meca. Após refugiar-se em Medina em 622, inaugura a *hégira* (início da era muçulmana), retorna vitorioso e inicia uma nova civilização.

A expansão demográfica e a coesão muçulmana apoiada pelos preceitos sociais e religiosos contidos no Alcorão foram decisivos para a afirmação do domínio árabe sob uma extensa área no Oriente Médio, Balcãs, Ásia, Norte e Leste da África. Os exércitos e a cavalaria árabes conquistaram simultaneamente o Nordeste da Índia, o Paquistão e a Península Ibérica. Expandiram-se mais em territórios da Ásia e África, particularmente durante a dinastia dos Abássidas e só foram barrados pelas condições naturais hostis do Oeste da China e pela presença de estoques populacionais expressivos a norte da Eurásia e do Mediterrâneo.

² O efêmero Império de Carlos Magno foi uma experiência de centralização territorial profundamente associada com os interesses da Igreja na Europa Central.

Contudo, as divergências no seio do islã também começaram cedo. Em meados do século VII os muçulmanos já se dividiam entre xiitas e sunitas. Os primeiros defendendo Ali, o primo de Maomé, passaram a ser hostilizados pela maioria ortodoxa sunita. Com o tempo, acentuaram-se as diferenças culturais e religiosas. Os abássidas sediados em Bagdá, a despeito dos séculos de prosperidade, não conseguiram se impor no Ocidente, onde califados rivais se instalaram em Córdoba e no Cairo, fraturando a unidade árabe muçulmana. Em 1258 o califado sunita sediado em Bagdá sofre um duro golpe com a invasão mongol, que pôs fim ao poder secular da dinastia abássida.

Durante séculos, os abássidas preservaram a unidade cultural, a sofisticação intelectual, a tolerância religiosa na Europa e a preservação de clássicos da Grécia antiga, mediante aplicação e desenvolvimento de princípios científicos da Antiguidade na matemática, medicina, astronomia, álgebra, trigonometria e arquitetura. Esses conhecimentos, acessíveis às áreas da Europa sob influência árabe, foram primordiais para a recuperação dos clássicos gregos e para a reestruturação econômica e cultural iniciada, mais tarde, na Itália renascentista.

De todo modo, o islamismo não cessava de expandir-se e consolidar-se em áreas do Sudeste da Ásia, Norte africano e África Ocidental, tanto pelo emprego da força das armas, quanto pela pregação missionária ou pela influência sociocultural dos mercadores muçulmanos.

2.2.3 - Os sucessores dos romanos na Europa Medieval

Alguns povos que participaram do desmantelamento da fração ocidental do antigo Império Romano assimilaram elementos da sua cultura e modo de vida, a ponto de se considerarem seus sucessores na reestruturação político-administrativa que a Europa experimentou a partir do século V (Figura 2.3). O exemplo mais notável é o dos francos, que viriam, com Carlos Magno no século VIII, tentar reconstruir o poderio e a glória do Império, sob a égide da Igreja e do papado.

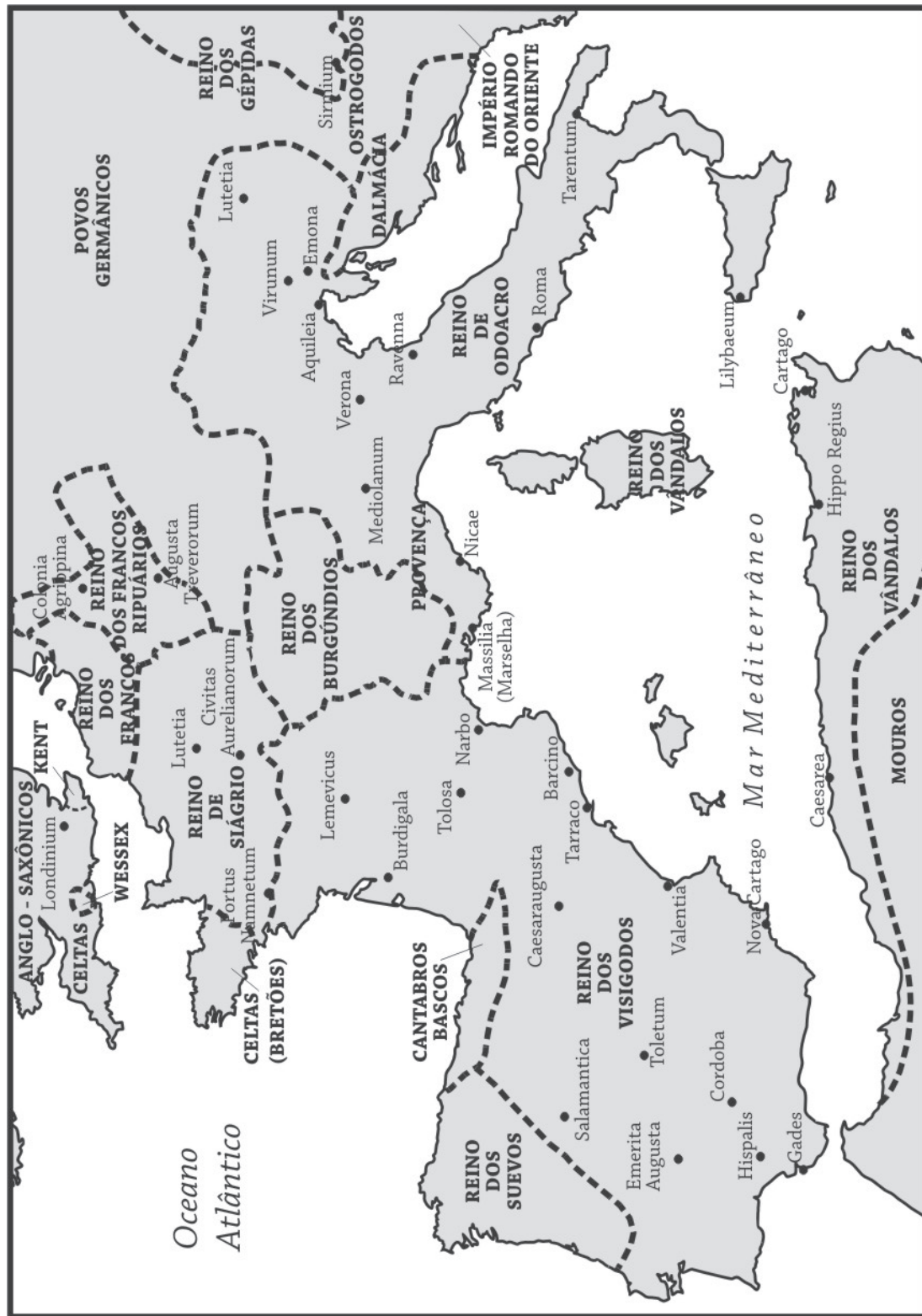


Figura 2.3 - Sudoeste da Europa ao fim do Império Romano do Ocidente, 476 d.C.
Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. I.eal.

Vieram populações do Norte e Leste europeu que há séculos mantinham contatos, nem sempre amistosos, com a antiga administração imperial. Os germanos e eslavos, se tornaram numerosos e participaram das primeiras ações que resultaram na desestabilização romana na Europa central, o que promoveria um reequilíbrio político, econômico e cultural no continente, mediante a fragmentação territorial que os novos reinos passavam a delinear. A inexistência de uma ruptura comercial, cultural e religiosa deu sequência ao referencial civilizacional originário das sínteses Oriente-Occidente centralizadas na orla do *mare nostrum* [nosso mar] dos romanos, o Mediterrâneo.

Nas regiões da Gália e da Espanha, as tribos federadas já vinham cooperando na administração provincial. Desde 486, os galo-romanos eram governados por Clóvis, rei dos francos. Da mesma forma, os visigodos vinham colaborando militarmente com o Império, a ponto de conseguirem impor o nome do imperador Alarico em Roma. Chegaram a fundar um reino na Gália, tal como fizeram os burgúndios em Savoia, os suevos na Galícia, os vândalos e alanos na Espanha, os ostrogodos na Itália, os anglos e saxões na Inglaterra. Os conflitos e as fusões entre os povos e reinos da época dificultam a leitura do mapa das regiões que se feudalizam na Europa, não obstante a preservação de grande parte das tradições greco-romanas, judaico-cristãs e germânicas.

A fusão dos francos e galo-romanos resultou na adoção de várias das tradições romanas como o Direito, o latim e o cristianismo. Desde Clóvis e seus herdeiros, a região passou a conviver com um período de prosperidade, o que permitiu a extensão de suas possessões sob os territórios dos visigodos e burgúndios, e sobre a Gália e Leste da Europa.

A partir do ano 771, Carlos Magno torna-se rei e envolve-se em inúmeras batalhas que resultaram na expansão territorial e na imposição do cristianismo aos povos conquistados. Promoveu algumas inovações na área da Economia e Finanças, Direito e Administração pública, ensino, na vida eclesiástica e monástica (na qual mantinha forte controle no ensino e aprendizado). Chegou a ser coroado imperador pelo papa Leão III em 800 e alcançou grande projeção na Europa ocidental, excluída a Península Ibérica. Mas seu Império foi de curta duração, como já dissera Henry Pirrene, famoso historiador francês da Idade Média.

Enquanto isso, no fundo do Mar Adriático, em direção a Veneza e arredores, expandia-se o comércio Oriente-Occidente, sob a influência de cidades bizantinas, a exemplo de Amalfi. Ali começava a ganhar expressão uma das mais importantes cidades-Estados do continente, que, a partir do fim do primeiro milênio, tornar-se-ia o principal polo comercial da Europa.

2.3 - CIVILIZAÇÕES CHINESA E INDIANA

O crescimento demográfico no passado dependia tanto da existência de recursos naturais disponíveis em amplos territórios fartamente irrigados, quanto de campanhas militares bem-sucedidas, que resultavam em trabalho escravo e vassalagem dos povos conquistados. Os chineses e indianos, vistos a distância, parecem discrepar dessa regra, não obstante o fato de terem alcançado estoques populacionais bilionários na atualidade. As estruturas internas das sociedades, das famílias e clãs dessas regiões e a grande importância atribuída à divisão do trabalho e práticas agrícolas explicam a alta reprodução humana dessas civilizações e a profusão de assentamentos rurais e urbanos ao longo das bacias dos rios Amarelo, Ganges e Indo. Contudo, nos milhares de anos em que a insegurança e o saque eram muito comuns nas áreas mais habitadas do planeta, o expansionismo também fez história na China e na Índia, para não fugir à regra geral.

De fato, a longa história chinesa foi marcada por períodos de expansão e retração, unificação e fragmentação. O assédio dos povos das estepes norte motivou a construção de sucessivas muralhas de proteção contra as ferozes incursões dos temidos nômades da Mongólia, exímios cavaleiros, não raro imbatíveis. De outro lado, os avanços em direção ao sul, oeste e nordeste era um recurso utilizado por várias dinastias tão logo estas se tornavam poderosas e respeitadas. Os Qin, a partir de 328 a.C., constituíram uma dessas linhagens. Após estabilizados no poder, em 221 a.C., expandiram territorialmente o Império a sul, até serem sucedidos pelos Han, em 140 a.C.

Com os Han mantém-se a expansão rumo aos territórios do Sul, Nordeste e Oeste, reforçam-se as relações comerciais de longa distância, com o estabelecimento da rota da seda. O confucionismo é adotado como doutrina, o taoísmo se fortalece e o Império se estende ao norte depois do ano 94 de nossa era.³ Foi um período de riqueza e estabilidade, no qual a metalurgia do ferro é desenvolvida, obras de irrigação e drenagem melhoram a produção agrícola, famílias enriquecem na agricultura e indústria, não obstante o centralismo imperial. Antes dos Han, alguns estudiosos acreditam que a baixa produtividade técnica na agricultura possa ter causado um efeito regulador sobre o crescimento demográfico. Na época dos Han, mesmo que os principais cereais continuassem a ser a cevada, o trigo e o milho miúdo, a soja e o arroz ganharam importância e a população cresceu expressivamente. No ano 2 d.C., o primeiro censo chinês contabiliza uma população de cerca de 57 milhões de pessoas na baixa planície do Rio Amarelo (*Huang He*) (Figura 2.4).

³ Enquanto isso, na Índia, entre 322 e 185 a.C., florescia o Império Maurya, um dos maiores de sua história antiga, originário da região de Magadha, no Vale do Ganges.

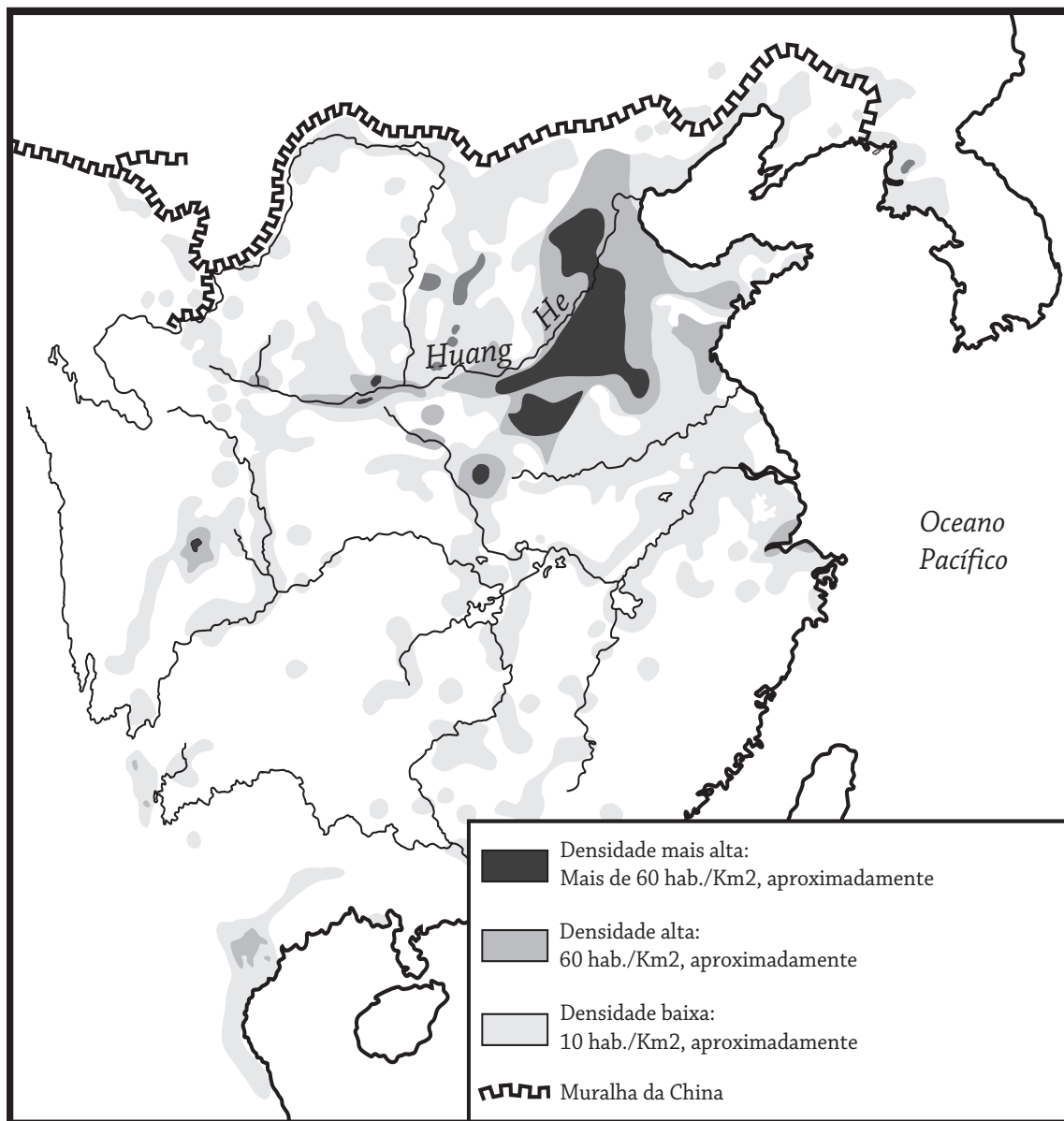


Figura 2.4 - População da China em 2 d.C.

Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Após a desintegração da dinastia dos Han, um período de unificação iniciou-se com a dinastia Jin, momento em que a agricultura desenvolveu-se mediante práticas de arrendamento. Contudo, as forças da fragmentação eram poderosas e ressurgiam com a restauração dos antigos reinos sempre que se tornavam visíveis as ameaças externas, a desestabilização interna e a dissolução imperial.

Mais ou menos por essa época, na Índia (Figura 2.5), o Império Kushana conhecia seu auge por amplos territórios do Vale do Ganges, Mar Cáspio, Tajiquistão e Afeganistão, período em que o budismo ganhou projeção continental, expandindo-se em direção à Pérsia, Sri Lanka e China. Portos foram reativados, como os de

Babaricum e Barygaza, e as trocas Ocidente-Oriente reestabelecidas, especialmente com Roma. Pedras preciosas, índigo, ouro, cobre e escravos eram mercadorias valorizadas, assim como a seda chinesa, levada até a cidade de Taxila e daí conduzida por caravanas pelas rotas terrestres de longa distância. Os Kushana reinaram entre os séculos I e III até serem substituídos pela dinastia Gupta.

As cidades, como vimos, constituíam um dos patrimônios mais caros aos povos que construíram civilizações densas na Antiguidade. Nelas as estruturas palacianas e religiosas ocupavam enorme projeção, movimentando uma economia à parte, na qual perfilavam milhares de trabalhadores braçais, artífices, soldados e comerciantes.

Na Índia (assim como na China) havia antigas regiões quase inóspitas, distantes da administração e do poder imperial, geralmente sediadas em cidadelas muradas ou grandes palácios de acesso restrito. Das cidades imperiais partiam, vez por outra, os coletores de impostos em direção às milhares de comunidades rurais pouco simpáticas aos desígnios da fazenda real. De todo modo, a fragmentação territorial parece ter sido a tônica dominante por séculos, talvez reforçada pela expansão do hinduísmo, que parecia gozar de maior receptividade junto ao campesinato, a despeito da mítica que os templos budistas ainda possuíam. Os contatos com o Ocidente, entretanto, eram um fator gerador de centralizações e pretensões de unificação. Uma série de dinastias imperiais se sucederam entre os séculos III e IV, geralmente substituídas por rivais em busca de supremacia. Após a dissolução da dinastia Gupta (240-550 d.C.), a Índia conviveu com um longo processo de instabilidade e desagregação, só atenuado com a expulsão dos hunos pelo esforço dos chefes das comunidades locais do Norte do Ganges. Em seguida, a disputa pelo poder trouxe à cena as dinastias dos Pusyabhuti, Calukya e Pallava. Os Pala e os Cola, dinastias da Índia Oriental, ganharam alguma proeminência a partir das relações comerciais e culturais com o Sudeste asiático. Depois do fim do Império Romano, gradativamente várias cidades da Índia peninsular, verdadeiros enclaves comerciais, alcançaram prosperidade e importância estratégica no comércio entre o Oriente Próximo e a China, situação que perduraria por toda a Idade Média e repercutiria no processo de reestruturação econômica da Europa, sob o périplo das grandes navegações dos portugueses.



Figura 2.5 - Principais cidades da Índia entre 750 e 950 d.C.
 Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Leal.

Na China, após quase três séculos de fragmentação, a unificação territorial alcançada com Sui Li Yuan em 581 deu início a um longo período de estabilidade com a dinastia Tang (618-907). O expansionismo foi particularmente marcante sob os Tang, até serem barrados pelos árabes em 751 no Turquestão, quando já haviam reconquistado o Norte do Vietnã e avançado pela Índia, Afeganistão e Ásia Central (Figura 2.6). Construíram o maior Império da Eurásia à época, num período em que floresceu a arte, a literatura e o comércio. A imprensa foi inventada, a pólvora era utilizada em armamentos e a influência chinesa tornou-se forte na Coreia e no Japão.

O assédio dos “bárbaros” do norte, as divisões e rebeliões internas solaparam o Império até o esfacelamento, seguido de dinastias efêmeras, abandono da Ásia Central, declínio da autoridade imperial e fragmentação territorial. Com o recuo e o fortalecimento das capitais provinciais, a migração em massa da população repovoou o Vale Yangzi Jiang, em um momento em que o comércio se expandiu em várias cidades e a agropecuária evoluía tecnicamente. A reorganização do Estado e o crescimento econômico marcariam um novo período na China sob a dinastia Song (960-1270), a despeito de décadas de guerra civil no início do governo de Tai Tsu. Entre 750 e 1250 o comércio e a indústria floresceram, o Estado foi reformado, o exército, reduzido, e a população quase duplicou (Figura 2.6). Entretanto, uma nova ameaça proveniente da Mongólia ganharia expressão avassaladora, ultrapassando a Grande Muralha, desestruturando o Império Jin ao norte (com a conquista de Pequim em 1218) e inaugurando um dos períodos mais arrasadores na Ásia. Genghis Khan (1162-1227), um dos maiores conquistadores e estrategista da história da humanidade, chegou a expandir o território mongol por áreas da Sibéria, Rússia, Pérsia, Síria, Hungria, China, Indochina, Afeganistão, Paquistão e Norte da Índia.

Pesquisas recentes baseadas em rastreamento genético, com base na informação transmitida pelo pai por meio do cromossomo Y, indicam que, na atualidade, uma quantidade imensa de asiáticos que habitam as regiões do antigo Império Mongol deve ser descendente da família de Genghis Khan e seus irmãos, inclusive de seu neto Kublai Khan, que foi imperador da China, onde se tornou conhecido por suas milhares de esposas e concubinas.⁴

⁴ No início desse tópico fizemos menção às conquistas como mecanismo de incremento demográfico. Sabe-se que no tempo de Genghis Khan o saque era dividido entre os homens, mas as mulheres mais jovens eram enviadas ao imperador mongol, que as recolhia ao seu fornido harém de esposas.



Figura 2.6 - Crescimento demográfico
 Elaboração: Breno Ribeiro Marent e Luiz Fernando G. Ilea.

Expansão demográfica, reestruturações econômicas e migrações internacionais sob uma perspectiva histórica

3.1 - INTRODUÇÃO

Desde a retomada das expectativas otimistas no continente europeu depois do ano 1000, inicia-se um longo período de expansão, que durou cerca de 300 anos, no qual houve a retomada do Mediterrâneo dos árabes pelos europeus, a fixação territorial dos escandinavos a norte e a irradiação de um clima de segurança nas cidades e nas estradas. O crescimento demográfico interagiu com a expansão do comércio de curta e longa distância e com o incremento dos meios de transporte, quando as feiras anuais de Champagne e Bruges tornavam-se famosas e os primeiros burgueses enriqueciam. Diversas cidades eram criadas e uma rede urbana se insinuava, não obstante o fato de 90% da população ainda viver nos campos. O aumento populacional viabilizava a implementação de grandes obras, como diques, estradas, drenagem de pântanos, colonização de novas terras, aumento da produção agrícola e urbana. A economia urbana, que operava com base nas corporações de ofícios – sempre unidas contra a concorrência externa –, passava a sofrer os efeitos do incremento da circulação de moedas e da nova cultura da busca do lucro, o que fazia aumentar a concorrência.¹ Não é à toa que o comércio errante vinha sendo gradualmente substituído pelo comércio sedentário, na época em que eram regulamentadas as feiras e ampliada a fiscalização dos poderes públicos.

¹ O exclusivismo e o protecionismo das corporações de ofício dificultavam o progresso técnico e o acesso aos conhecimentos técnicos. Muitos artesãos expostos ao desemprego, após findar o aprendizado, constituíram hordas de famintos, insurretos, vagabundos numa época em que havia excesso populacional. No entanto, as maiores oportunidades de trabalho eram criadas principalmente nas cidades, onde surtos de trabalho livre começavam a contrastar com a estrutura feudal dominante.

Alguns dos principais produtos valorizados comercialmente eram a seda e a lã da Inglaterra; o anil (da França), algodão, musselines, fustões, tecidos (de Flandres), ferro, peles, além de produtos alimentícios como cereais, sal, vinho, madeiras e mel. Vários desses artigos vinham do Báltico, da hinterlândia da Hansa Teutônica, onde florescia algumas das principais cidades da época, a exemplo de Nuremberg (20.000 habitantes), Francforte (até 8.700 habitantes), Basileia (até 8.000 habitantes), Estrasburgo (até 26.000 habitantes), Bruxelas (4.000 habitantes) e Lubeck, polo de importante rede de cidades que utilizou seu poderio naval implantando estabelecimentos em Londres, Bruges, Bergeu e Novgorod. Ao sul do continente, Veneza, Gênova e Piza eram prósperas concorrentes no comércio de armas, açúcar, produtos orientais e escravos.

Essas economias regionais esboçavam uma trajetória expansionista e estabeleciam a direção e o caminho de desenvolvimento que culminaria, séculos mais tarde, na dissolução do feudalismo europeu. Gradativamente a fragmentação territorial das cidadelas feudais era substituída pela reaglutinação dos centros de poder e pela constituição de sentimentos identitários que iriam soldar futuros arranjos nacionais, inclusive pela inserção de novas terras no circuito econômico através da partilha entre herdeiros ou da quebra do instituto da posse hereditária.

Por outro lado, a oferta de alimentos mostrava-se ciclicamente problemática, em decorrência de crises que esporadicamente atingiam a produção agrícola, das quebras de safras e da inflação de preços, o que podia resultar em temíveis surtos epidêmicos, fome e desolação. Não raro, a varíola atacava e dava origem a uma crise de mortalidade.

De todo o modo, até o começo do século XIV a população se expandia, o que favorecia a utilização de novas áreas de cultivo e o aumento de produtividade. Contudo, toda essa expansão é radicalmente sustada ainda nas primeiras décadas do século. Retraem o comércio e os esforços de colonização, as famosas feiras se esfacelam, há quebra de bancos, a fome de 1315 produz grandes estragos e a população se estagna. A peste negra, entre 1347 e 1350, completa o quadro. Em menos de cinco anos, a tríade peste, fome e guerra vitima mais de 25% dos estoques populacionais do continente (ver Figura 3.1), causando o despovoamento dos campos, crise econômica, fuga em massa para as cidades, divisões na nobreza e escassez de força de trabalho. Um longo período de carestia e insegurança advém a partir daí. A Itália enfrenta conflitos internos, a Alemanha é varrida pela anarquia e a Guerra dos Cem Anos arruína a França e a Inglaterra. O desenvolvimento é postergado, assim como a criação de novas cidades. Apesar das tentativas de reação por meio do protecionismo mercantilista, não se conseguiu restaurar a vitalidade econômica durante boa parte do século XIV. A reação

feudal recrudesciu e servos foram duramente reprimidos em meio às violentas revoltas que opunham pobres e ricos na Inglaterra (1381), em Flandres e em várias cidades da Itália e das margens do Reno. Dessas perturbações sociais nasceriam alianças entre os que tinham algo a perder, nobreza e mercadores, e esse quadro adiaria a dissolução do feudalismo.²

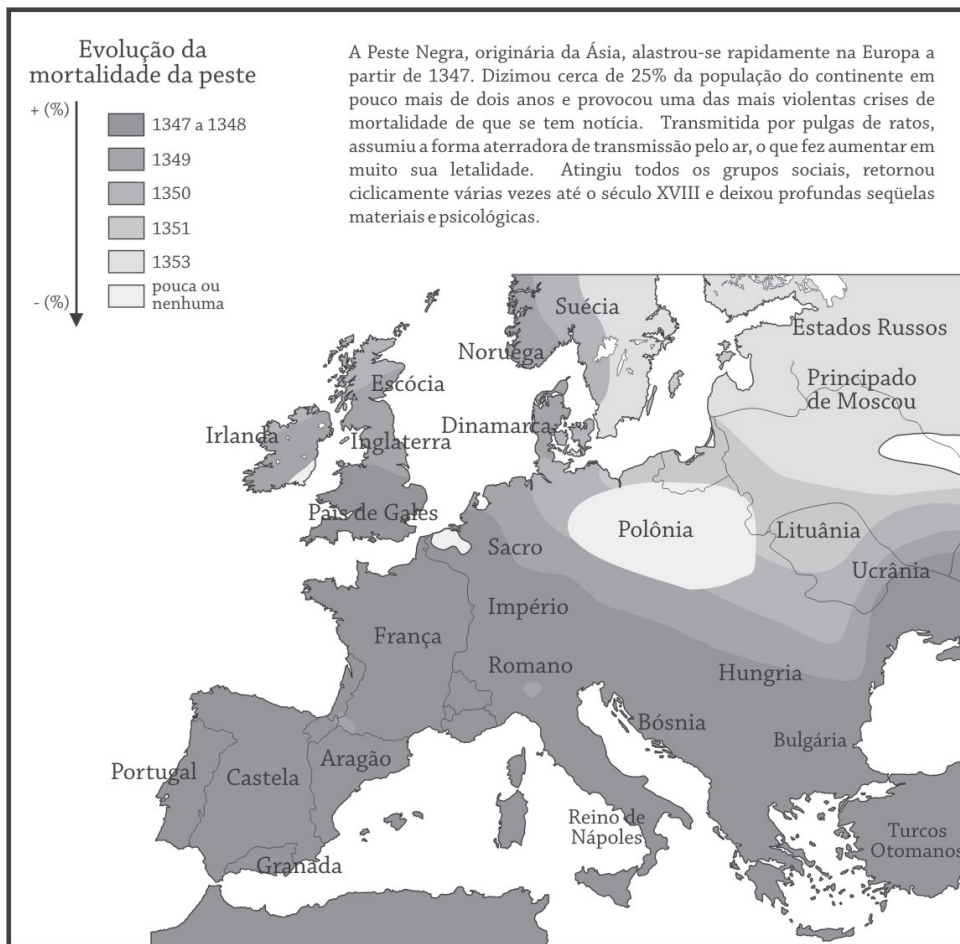


Figura 3.1 - Extensão da disseminação da Peste Negra

Fonte: Adaptado do *Atlas da história do mundo*, 1995.

² Na discussão sobre a dissolução do feudalismo, Paul Sweezy sublinha a ação do comércio e das cidades, por terem afetado o consumo da nobreza, forçando-a a aumentar suas receitas, num sistema de produtividade e eficiência limitadas. A atração de trabalhadores, a eficiência, a especialização e os lucros maiores só ocorriam no interior das cidades, onde a produção voltava-se para o mercado. Maurice Dobb, no entanto, entende que o germe do capitalismo não estava nas cidades, não obstante a força da expansão comercial, fundamento da fase mercantil do capitalismo nos séculos XVI e XVII. O autor observa que cidades eram exploradas por senhores feudais como fonte adicional de renda e poder. Contudo, se várias delas foram palco de sangrentas lutas em busca de autonomia, como aponta o mesmo Dobb, novamente reforçava-se a tendência de dissolução de um sistema econômico que resistia às mudanças. Ao que tudo indica, os fatores causais que explicam o lento fim do feudalismo foram vários e atuaram de forma combinada até o século XVII. O comércio de longa distância criou riqueza nova e novos atores, representava uma força dissolutiva, tanto quanto as fugas dos servos, a atração urbana, a expansão demográfica, as práticas de arrendamento (que indicavam outra forma de produção, mais avançada e eficiente), os monopólios comerciais, o protecionismo e os ganhos da colonização.

3.2 - DAS GRANDES NAVEGAÇÕES AOS PRIMÓRDIOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Até o fim do século XV a Europa não passava de uma península periférica do mundo civilizado eurasiático. Áreas economicamente mais desenvolvidas estavam postadas no Oriente ou no Oriente Próximo. A China, por exemplo, possuía mais de 100 milhões de habitantes, recursos naturais estratégicos e um próspero comércio até o século XV. Constantinopla, a maior cidade da época, um posto avançado da civilização muçulmana, sediava o Império Otomano, que se expandia, ocupando territórios do outro lado do Mediterrâneo, no Norte da África. Enquanto isso, os portugueses davam seus primeiros passos em direção à grande reestruturação econômica que os europeus estavam prestes de conhecer, na mesma época em que Veneza e Florença redefiniam suas áreas de influência no Mediterrâneo e no continente após as interdições impostas pelo bloqueio das velhas rotas comerciais que uniam Ocidente e Oriente desde 1453.

Com o fim da Idade Média na Europa, processos econômicos, sociais e territoriais inéditos ganham expressão. Começa a surgir na Península Ibérica, nos Países Baixos e na orla Sudeste do Mediterrâneo um conjunto de áreas urbanas dinâmicas gravitando em torno de cidades que iriam delinear as *economias-mundo*, como propõe Fernand Braudel. Em pouco tempo estariam lançados os pilares da construção da supremacia mundial europeia com o advento das técnicas náuticas e da expansão colonial. O ano de 1500 é, portanto, um marco histórico por sua proximidade com as grandes navegações transoceânicas, as quais permitiram a integração de vastas regiões até então isoladas. Com isso, paulatinamente se fortaleceria a civilização de matriz europeia, enquanto eclipsavam-se as grandes civilizações eurasiáticas. Mais tarde, com os desdobramentos da Revolução Industrial ao longo do século XIX, a Europa afirmaria sua hegemonia mundial, e as migrações transnacionais foram um instrumento para tanto, mesmo que isso tenha sido um resultado não calculado das políticas comerciais da época.

A recuperação da atividade econômica, após a grande crise do século XIV, começa no século XV, mediante um processo de retomada do desenvolvimento com novas características. Surgia uma reestruturação de grande alcance histórico que iria condicionar a evolução econômica, social e demográfica dos séculos subsequentes. O formidável avanço na navegação transoceânica – envolvendo portugueses, genoveses e espanhóis – encabeça a sucessão de mudanças que iriam irradiar efeitos dinâmicos sobre diversos países da Europa. Os negócios de importação e exportação, as novas sociedades comerciais manejando créditos vultosos, o enriquecimento e crescimento da burguesia, a crença na razão técnica e científica dá o tom da época. Após a queda de Constantinopla, as duas

nações católicas, Portugal e Espanha, contando com o beneplácito do Papa, gradativamente concentram o mais importante mercado de longa distância da época, o das especiarias e dos metais.

Mas o poder econômico dos ibéricos não durou muito tempo, pois os ganhos do comércio e saque não resultaram em investimentos produtivos nesses países. Do outro lado do Canal da Mancha, uma experiência diferente já apontava para onde caminharia o continente. Entre 1485-1509, a Inglaterra de Henrique VII tornava-se uma nação onde a economia industrial começava a superar a agricultura, em consequência da política francamente protecionista deflagrada pelo monarca, na qual constavam os famosos atos de navegação, a proibição da importação de seda e da exportação da lã bruta e a importação de trabalhadores, num claro incentivo à indústria local. Tais medidas viriam a provocar a resposta da dinâmica região dos Países Baixos, que se sentia prejudicada pelo vizinho concorrente. Dessa concorrência surgiram as bases da grande marinha holandesa (sob Felipe, o Bom), que além de fazer frente ao poderio da Hansa Teutônica, tornar-se-ia o suporte da acumulação de capital da maior potência econômica do século XVII, articulando um império, centralizando as finanças do continente e subsidiando a extraordinária expansão da rede de cidades polarizadas por Antuérpia (ainda no século XVI) e Amsterdã, na maior parte do século XVII.

As mudanças do século XVI fizeram surgir novas mentalidades, reestruturando a forma de pensar e agir até alcançar, com o tempo, o imaginário social da população europeia. O ideal neoplatônico, o universo de Copérnico, as teses racionalistas, a redescoberta da matemática e o avanço da cartografia, o Renascimento italiano e as viagens transcontinentais são marcos desse novo tempo. A Igreja instalada em Roma beneficia-se das mudanças econômicas, mas os exemplos de despudor, ociosidade, nepotismo e corrupção corroem suas bases e disseminam a descrença, fermento que iria resultar no advento do protestantismo e na Reforma Anglicana.³

³ Nesse contexto, surge como reação à dissolução dos bons costumes católicos o ideal do cavaleiro cristão. Em 1520, Erasmo de Rotterdam é o líder dos humanistas evangélicos, quando ainda contava com a admiração de Lutero. Contudo, em pouco tempo Lutero torna-se um feroz oponente de Erasmo. Como agostiniano, condena todos os filósofos da era pagã e diverge de Erasmo no tocante à liberdade e livre arbítrio do homem. Nesse ambiente, dissemina-se a ideia de Reforma, que, na verdade, rompe com o espírito do Renascimento. Com a Reforma os pastores podem se casar, somente Deus é santo, desaparece o culto à Virgem Maria e aos santos. Entre 1530 e 1540, com Lutero, Calvino e Henrique VIII, que se autoproclama soberano supremo da Igreja Anglicana, estavam lançadas as grandes estruturas religiosas do Ocidente que perduram até hoje. A fim de esclarecer os rituais católicos e protestantes, Calvino publica *Os Avisos e Instituição Cristã* (entre 1534 e 1536). A Igreja deveria pregar e administrar os sacramentos, ensinar a doutrina, manter a boa ordem e exercer a caridade. Calvino é lido com sucesso. Do lado dos católicos surge a grande figura de Inácio de Loyola, ensinando a meditação profunda e liderando a Companhia de Jesus. Em 1542 o papa reestabelece a Inquisição sob a forma do Santo Ofício. Em 1536 termina o Concílio de Trento, e os católicos estão armados contra os protestantes. As lutas foram árduas e constantes, até a consumação da divisão.

Desde Max Weber se discute até que ponto essa Reforma participa da afirmação do capitalismo no Noroeste europeu. O que dificulta as conclusões e aumenta a complexidade desse debate é o fato de que o grande balão de ensaio do capitalismo lançado nas regiões de Veneza, Florença, Bruges e Liège nos séculos XI e XII, portanto em época anterior, também coincide com profundas mudanças religiosas na Igreja católica, aquilo que alguns autores denominam de Reforma Gregoriana ou Revolução Papal.⁴ Suas repercussões certamente influíram no cisma do século XVI.

A Reforma Anglicana foi um passo decisivo para reforçar as tendências capitalistas dos ingleses, ao “sacralizar” a ideia do comerciante como trabalhador sóbrio, ordeiro, com direito à graça de Deus, ao lucro e ao conforto da vida material, daí o sucesso da nova pregação entre os comerciantes de Antuérpia, Londres e Amsterdã. Mas Henrique VIII, ao expropriar uma enorme quantidade de terras da Igreja, eliminar mosteiros tidos como imorais e transferir grande parte desse patrimônio a cortesãos e burgueses a baixo preço, colocou em marcha um processo de reestruturação fundiária que iria influir definitivamente na economia da ilha, além de consolidar seu poder e dar vida longa à monarquia entre os britânicos.

3.2.1 - Uma nova ordem econômica

Com os descobrimentos, a Europa Ocidental reestrutura-se geograficamente em consequência de um processo de redistribuição de recursos econômicos, difusão de novas mercadorias, minerais, plantas alimentícias, realinhamento do comércio e migração de longa distância envolvendo um número significativo de pessoas. A conjunção destes aspectos explica, em boa medida, o crescimento populacional europeu entre 1500 e 1800, sem o qual a expansão transcontinental não seria possível.⁵

A generalização de novos gêneros agrícolas, ricos em nutrientes, no continente europeu, foi importante na expansão demográfica

⁴ Entre 1073 e 1085, sob Gregório VII uma série de leis, conhecimentos e práticas são discutidos em um momento de crise política da Igreja frente às monarquias da época. O *Dictatus* Papal de 1074 a 1075 confere poder absoluto à Igreja e instaura a luta contra a simonia (corrupção/nepotismo), o nicolaísmo (vida marital) e as investiduras laicas. São Pedro Damiano, Santo Anselmo, São Bruno e São Francisco são figuras centrais nesse momento. A ideia de agir no mundo ganha força, contra as posições contemplativas e agostinianas vigentes. O Direito romano volta a ser estudado e em 1080 surge a primeira universidade europeia de Direito em Bolonha. Gradativamente uma nova legislação é formulada, códigos romanos são atualizados e aperfeiçoados, as chamadas *Vias de Fato* (sangue e códigos de honra) são substituídos pelas *Vias do Direito*; a noção de purgatório é instituída e os concílios de Latrão, Lyon e o Decreto de Graciano (1140) reúnem as principais mudanças da época.

⁵ A mais importante mudança veio a ocorrer nas Américas: em pouco mais de um século em algumas regiões cerca de 90 % dos nativos desapareceram, sendo substituídos por europeus, africanos e mestiços ao sul.

do período. Na orla mediterrânea, chegavam à época arroz e frutas cítricas. Lisboa e Sevilha tornaram-se os portos dos principais mercados comerciais da Europa, redistribuindo uma gama ampla de produtos, que iam desde as especiarias às tinturas, algodão, pescado etc. Durante décadas, as especiarias provenientes da Índia foram a principal fonte de riqueza de Portugal. Mas a cana-de-açúcar brasileira e caribenha, ainda no século XVI, tornou-se a mais importante das especiarias e fez surgir no Brasil uma agroindústria avançada para os padrões da época.

A caravela, realização técnica suprema de Portugal, serviu de modelo e deu origem a outros tipos de embarcações, como os galeões espanhóis, no momento em que as novidades trazidas do Novo Mundo impressionavam a Europa. Espanhóis e portugueses protagonizaram pelo Índico, Atlântico e Pacífico uma saga de altos riscos, que sacrificou milhares de marinheiros e aventureiros, mas inaugurou um período de abundância de metais preciosos, inicialmente com a prata espanhola e posteriormente com o ouro brasileiro. A oscilação dos preços foi uma resultante dos momentos de abundância.

A prata americana redistribuiu-se pela Europa por meio de compras e pagamentos espanhóis de produtos como trigo, velas, pólvora, canhões, já que a Espanha gradativamente mergulhava num parasitismo improdutivo inexcedível. Com o passar dos anos, os metais contribuíram para a especulação (feita com a raspagem das moedas reais), instabilidade do cálculo econômico e alta dos preços.

Mas a Europa enriquecia. Seda, artigos de arte italiana, lã dos Países Baixos e Inglaterra, vinho, cereais, linho e madeiras são alguns dos bens que circulavam no continente. Inovações técnicas melhoravam a produção de ferro fundido, cobre, estanho e altos fornos de carvão vegetal. Disseminava-se o hábito dos depósitos bancários, das operações de crédito, da compra de papéis e valores em certas cidades para a revenda em outras a melhor preço. Surgia o seguro marítimo, as práticas de registro contábil, controle e organização diária. Simultaneamente, a população aumentava, desenvolvia-se o artesanato, cresciam as cidades e ampliava-se o nível geral de consumo. O incremento dos mercados de valores e das bolsas no século XVI catapultou a Antuérpia para a posição de maior centro financeiro do mundo por algumas décadas.⁶

⁶ Na Inglaterra, parte da chamada *acumulação primitiva* segue seu curso com a expansão dos cercamentos e arroteamentos de territórios camponeses e transformação das terras em pastos para carneiros, quando a lã inglesa era bem cotada no exterior. O surto capitalista e a alta de preços aproximaram a nobreza e a burguesia, acentuando as disparidades com as camadas populares.

3.2.2 - Os primórdios do capitalismo industrial

As trocas comerciais e a produção industrial são fundamentos para a afirmação das economias de mercado. Entre os séculos XVI e XVII, por exemplo, ocorre uma série de inovações técnicas nas indústrias têxtil e siderúrgica, embora sem produzir efeitos difusos territorialmente. No século XVII a produção domiciliar rural, recolhida por comerciantes e distribuída nas cidades, já era mais eficiente que a anterior, baseada nas corporações de artesãos. Mas também ela se tornaria obsoleta diante da grande indústria de fins do século XVIII. A centralização da produção têxtil em cidades inglesas dissolveria a produção domiciliar rural a favor dos capitalistas urbanos.

Mas antes de a Inglaterra tornar-se a “Meca” do capitalismo industrial, a Holanda fora a economia-mundo mais dinâmica do século XVII, mesmo tendo reorientado sua trajetória econômica para a acumulação financeira, o que acarretaria a diminuição dos investimentos rumo à industrialização de massa. Por que não foi a Holanda o centro que encabeçaria as mudanças decisivas da Revolução Industrial é uma discussão em aberto, motivo ainda de controvérsias. Talvez a guerra contra a Inglaterra tenha sido um divisor de águas por tê-la depauperado em certa medida; talvez a acumulação financeira holandesa tenha se dado no século errado.

De todo modo, no século XVII o continente europeu vive um longo ciclo de crises que atingem o Mediterrâneo e o Báltico, a Alemanha, a Itália, a Espanha e a Turquia. A Espanha, por exemplo, perdia população em decorrência de epidemias e fome, enquanto prosperava o parasitismo e as contradições de seu sistema de exploração nas colônias. Quando se exaure o saque espanhol, o país mergulha num amplo feudalismo agrário. Na maior parte do Seiscentos a produtividade agrícola é sofrível, a pecuária é acanhada (à exceção da Holanda), faltam adubos, esterços, arados e tecnologia. Se a população cresce, a iminência da escassez de alimentos é sempre uma ameaça, a fome é endêmica, daí a baixa expectativa de vida, em torno dos 30 anos. A alta natalidade, não raro, era o mecanismo compensatório que as comunidades punham em marcha para recompor perdas populacionais, já que duas quebras de safras em sequência eram fatais. A escassez de alimento pavimentava o caminho da crise econômica e desorganiza a vida rural com a morte prematura de trabalhadores. A fuga dos campos e a retração dos negócios atingem as cidades que passam a sofrer com o desemprego, queda de lucros e revoltas populares. A varíola e outras enfermidades ceifavam a vida de milhares de pessoas, pondo em marcha os mecanismos deflagradores da tríade maldita – fome, peste e guerra – em vários países.

Além de conflitos religiosos, o século foi palco de explosivas revoltas entre nobres, burgueses, senhores, camponeses. Uma

numerosa população sem ocupação na Inglaterra – resultado dos *cercamentos* e alteração da estrutura fundiária, à época de Jaime I, Carlos I e Jaime II – invade as cidades e promove violentas rebeliões. Na França, lutas encarniçadas contra os Habsburgos drenam os cofres da Coroa e criam constantes dificuldades financeiras. O imposto insuficiente é sempre majorado. As rebeliões contra os pesados tributos se sucediam em Paris, Lião e Ruão. Em 1636, coletores de impostos foram massacrados por bandos de até 8.000 homens maltrapilhos, enquanto a Guerra dos Trinta Anos (1630-1659) exauria o país.

O incremento do poder dos estados sob o mercantilismo foi uma resposta à crise em vários países, por meio do protecionismo e da busca de uma balança comercial favorável. A norma era exportar ao máximo, vencer a concorrência externa, baixar as taxas de juros e explorar os trabalhadores, numa espécie de estatismo econômico.

No mercantilismo inglês, sob Cromwell (1651), a América e as colônias tornam-se de uso exclusivo dos navios ingleses e irlandeses. Isso fez da Inglaterra um imenso entreposto comercial de açúcar, fumo, algodão, índigo, gengibre, madeiras corantes e outros bens vendidos à Europa (numa época em que a Holanda ainda lhe era superior).

Embora não haja unanimidade, há vários autores que entendem ter sido a grande crise do século XVII uma espécie de trampolim para a arrancada industrializante do século seguinte, ao fortalecer a concentração da riqueza, crescentemente em mãos de capitalistas sediados em cidades chave da Inglaterra, e pôr em evidência um novo rol de atividades e mercadorias estratégicas no novo ciclo de desenvolvimento que começava a esboçar-se em fins do Seiscentos.

3.2.3 - Condições para a arrancada industrial

Em 1775, nas proximidades da Revolução Industrial, a Europa Ocidental detinha um extenso domínio econômico mundial, embora na África e Ásia os laços comerciais pareciam não atingir a vida das populações. De fato, as Américas constituíam as mais valiosas colônias do Velho Mundo e experimentavam expansão econômica e demográfica, apesar dos altos níveis de mortalidade entre os nativos no primeiro século de contato. O fato é que com o passar do tempo, na América Latina, os espanhóis subjugarão populações numerosas empregando-as na agricultura e nas minas de prata. Desde o século XVII, sociedades agrícolas desenvolviam-se cultivando cacau, tabaco, índigo, algodão e açúcar absorvendo excedentes populacionais europeus. Nas 13 colônias da América perto de 2 milhões de súditos da Coroa inglesa trabalhavam principalmente na agricultura.

Surgia uma economia crescentemente integrada no Atlântico, onde a maioria dos países era autosuficiente por volta de 1775, mas com a geração de riqueza de maior vulto conduzida pela Europa, o que significava expansão da capacidade de exportação. A migração forçada de africanos e a vinda, mais ou menos voluntária, de europeus foi um fator essencial para o sucesso dos grandes empreendimentos coloniais. É indiscutível que o comércio intercontinental foi uma das mais poderosas alavancas para o crescimento econômico inglês e francês. O tabaco, o açúcar e o tráfico negreiro estavam na base da produção de riqueza. O comércio de escravos atingiu seu apogeu em fins do século XVIII com cerca de 2,3 milhões de pessoas embarcadas em 30 anos.

É bem provável que sem a centralização e acumulação de capitais em lugares especiais, como a Inglaterra e o Noroeste europeu, a Revolução Industrial não teria sido deflagrada. Alguns poucos passam a deter somas impressionantes de recursos financeiros. A Holanda e os Países Baixos foram os maiores beneficiários da concentração econômica do século XVII, ao acumularem bens escassos e tornarem-se o principal intermediário comercial e financeiro do mundo. O poderio financeiro da Holanda acabou por sacrificar a indústria local e estimular a expansão industrial da Bélgica e Inglaterra.

Contudo, a Inglaterra se afigurava como o lugar que reunia condições únicas para o progresso industrial. Aguerriada em suas práticas protecionistas, separada geograficamente, mas nem tanto, do continente (o que a tornava inexpugnável) e apoiada institucionalmente pelas políticas da realeza que favoreciam a manufatura, a ilha usufruía da monetização corrente nas trocas comerciais, o que envolvia milhares de pessoas. Ganhar dinheiro, comprar e vender tomava a forma de uma nova cultura e seu mercado interno tornava-se diferenciado e vigoroso. Os inúmeros caixeiros-viajantes beneficiavam-se de meios de transportes, estradas e canais, articulando diversas localidades à cidade mais populosa do planeta – Londres. O mercado interno estimulava a indústria de bens de consumo e garantia a produção de novos bens industrializados. A lógica de comprar barato e vender caro, como assevera Eric Hobsbawn em *A era do capital* (1996), estava prestes a ser substituída pela de vender mais barato e produzir em massa.

A agressividade comercial inglesa refletia-se nas guerras de mercado, que no cômputo final abria um rico filão para a acumulação e Expansão Ultramarina e saída da crise do século anterior. A intensificação das relações econômicas com as colônias, o tráfico negreiro e o exclusivo comercial, os novos mercados de consumo e a centralização em seus portos de produtos como açúcar, fumo e algodão faziam a diferença em relação ao resto da Europa. Em 1700,

um quinto das exportações inglesas ia para as colônias; entre 1760 e 1790 já eram 33%. Ao que tudo indica, a indústria algodoeira não esperou pela constituição da demanda para se lançar à produção. Podiam-se criar fregueses? Talvez a experiência na Índia tivesse ensinado como produzir panos rústicos para populações numerosas. Aprendera com o vizinho Portugal o sistema das grandes *plantations* e o adotara no sul da colônia do Norte, articulado aos negócios do tráfico negreiro, estabelecendo assim um mercado de consumo de porte.

Mas qual foi o fator determinante da Revolução Industrial, pergunta Hobsbaw. O autor aponta exatamente a indústria têxtil algodoeira como o motor da arrancada industrializante inglesa. Sua expansão pelos mercados nacional e colonial comandou um processo irreversível, de longa duração e gerador de enormes efeitos multiplicadores. Copiada da Índia, essa indústria, sediada nos portos de Liverpool, Bristol e Glasgow, os que mais negociavam com as colônias, passou a responder por 30 a 50% de todas as exportações inglesas durante o período napoleônico. O algodão vinha do sul dos EUA e os bens finais eram exportados para o mundo inteiro. Entre 1750 e 1770, o valor das exportações de tecidos de algodão aumentou 900%, sendo mais de 95% das vendas destinadas às colônias na África, América e Irlanda. Os britânicos haviam estabelecido o monopólio do comércio com os latino-americanos, conquistado a Índia e experimentado um brutal incremento das exportações. Enfim, lançaram as condições que iriam facilitar o “salto para frente” do século XIX, que faria surgir o transporte ferroviário, a grande siderurgia e a grande indústria.

É difícil negar as evidências arroladas pelo grande historiador, mas é também razoável pensar que a arrancada industrializante inglesa foi o resultado de uma combinação de fatores. O fator demográfico, por exemplo, não pode ser negligenciado. Afinal a produção em massa de panos de algodão só se tornou viável em face dos grandes estoques populacionais que se materializaram no Novo Mundo. Só mais tarde os tecidos de algodão ganhariam diversidade e sofisticação, com o crescimento das classes médias. Antes, com a expansão demográfica associada à escravidão nas colônias – que significava presença crescente de um forte contingente de escravos adultos em idade produtiva –, a imposição de vestuário nos moldes da civilização branca colonial se faz acompanhar da solução baseada na roupa rústica de algodão branco, mais ou menos como os indianos já utilizavam. Era confortável e barata, principalmente se feita industrialmente, como os ingleses perceberam. O argumento de que aumentos populacionais ocorreram em outros momentos e não produziram revoluções industriais é pobre. Na história do mundo, em alguns momentos as quantidades fazem toda a diferença. Entre os séculos XVII e XVIII, os tamanhos dos estoques populacionais

tornam-se surpreendentemente elevados, multiétnicos e inseridos em processos econômicos internacionalizados. Aqui, numerosos africanos e imigrantes europeus se defrontam com as populações autóctones das colônias, onde, não raro, dão origem a grandes contingentes de mestiços. Se a economia de mercado está instalada tais populações demandam bens correntes de consumo. A produção de vestuário e alimentos tem de responder a um tipo de demanda inadiável.

É evidente que apenas grandes estoques populacionais não explicam, por si sós, determinadas transformações, como a industrialização massiva do século XIX. As populações precisam sobreviver, manter a saúde e ter alguma segurança alimentar capaz de garantir condições adequadas de reprodução. Para isso, a produção de alimentos teria de assegurar a subsistência. Esse fator, já mencionado na literatura como determinante da Revolução Industrial, deve ser adicionado às relações multicausais aqui sublinhadas, mas não na ótica da geração de significativos excedentes resultantes do sucesso da agricultura comercial inglesa ou holandesa supostamente aplicados na indústria, e sim na ótica da diversificação da dieta alimentar em ambientes de crescentes aumentos de produtividade e da população.

3.2.4 - Os novos cultivos e a revolução agrícola no Noroeste europeu

No período aqui examinado, a maior parte da Europa ainda vivia da economia de subsistência, com mais de 80% das pessoas trabalhando no campo e produzindo poucos excedentes. As técnicas agrícolas pouco haviam mudado desde os romanos e o arado era o meio mais importante para incrementar a produtividade agrícola. No fim do século XVIII essa realidade já havia mudado, sobretudo na Inglaterra e Holanda, onde a maior parte da população já não vivia no campo. Esses países construíram uma agricultura capaz de alimentar as populações urbanas em franca expansão.

A introdução de cultivos mais produtivos provenientes de diferentes lugares do mundo foi um primeiro impulso para o avanço da agricultura e melhora da dieta alimentar da Europa Ocidental. Os suprimentos nutricionais procedentes da América foram importantes, notadamente com a disseminação da batata a partir da Espanha e Itália, o que a tornou um alimento básico. A produtividade do milho e da batata da América mostrou-se superior à dos cereais convencionais como cevada e sorgo, notadamente no Sul, já que a norte o trigo predominava.

Esse processo era, entretanto, lento se comparado ao desenvolvimento agrícola do Noroeste europeu, onde a revolução agrícola iniciada no século XVI produzira efeitos relevantes. Os holandeses, com longa tradição no resgate de terras ao mar, descobriram que

o rodízio de culturas mantinha a fertilidade da terra, que certas leguminosas, como trevo, feijão e ervilha, nitrogenavam os solos, o que lhes permitiu avançar para a agroindústria, utilizando-se do plantio de linho, garança e colza. Culturas como o nabo, além do melhoramento das pastagens naturais e artificiais, foram essenciais para a expansão da criação de ovelhas, produção de adubos e lã, ao lado do incremento da bovinocultura, crescentemente especializada na produção de carne, leite e derivados. Povos vizinhos, como os ingleses, estavam atentos a essas inovações, adotando-as com o passar do tempo.⁷

Ao lado disso, uma mudança essencial vinha ocorrendo no Ocidente europeu: os camponeses começavam a experimentar as práticas de arrendamento, iniciando o longo processo que desembocou no fim do feudalismo. Em oposição, no Leste, os senhores feudais aumentavam seu poder, impediam a emigração para usufruírem dos lucros com a exportação de cereais para a Alemanha, Polônia e Lituânia, o que viria a contribuir para o atraso da Revolução Industrial nestas regiões.

3.2.5 - As pressões demográficas, a França dos privilégios e a revolução das revoluções

O mundo à época da Revolução Francesa era certamente bem menor em termos demográficos. De cada três habitantes um terço era asiático, enquanto os europeus não representavam mais do que um quinto da população mundial.

Na Europa, as estruturas feudais insistiam em permanecer. Mais de 90% da população viviam no campo, o nível de instrução era baixo, as epidemias, recorrentes; florestas e pântanos faziam parte da paisagem; as comunicações eram difíceis e as estradas, nem sempre carroçáveis; o transporte por terra era lento e caro, daí a preferência pela navegação fluvial e de cabotagem, o que valorizava as localizações portuárias.

Perto de 1789 duas cidades se destacavam: Londres, com cerca de um milhão de habitantes, e Paris, com meio milhão. Vinte outras cidades apresentavam menos de 500 e mais de 100 mil habitantes. Com mais de uma cidade nessa classe havia a França, Espanha, Rússia. Um número expressivo de residentes urbanos vivia em cidades com menos de 20 mil habitantes, em um tempo em que as cidades dependiam muito do campo e a estrutura agrária era

⁷ Alguns exemplos: o grande comércio de laticínios para exportação na Holanda em 1700, absorvendo 90% do queijo produzido; as 80 mil cabeças de gado enviadas pelos dinamarqueses à Alemanha anualmente; as indústrias de tecido holandesas, alemãs e italianas importando lã espanhola; o aumento das trocas comerciais de cereais e madeira do Norte da Europa por frutas, vinho e azeite das terras mediterrâneas.

semelhante em boa parte da Europa. Os proprietários ostentavam privilégios, direitos especiais e muito poder, embora predominasse na agricultura a ineficiência. Manejos mais produtivos eram uma raridade e a Holanda era uma exceção digna de nota. Na Inglaterra a concentração fundiária vinha de muito tempo, mas o agricultor típico era arrendatário, instalado em propriedades medianas e contratando mão de obra. Vivia-se do trigo, cevada, aveia, centeio, gado, cabras e laticínios, porcos, aves e algumas frutas e legumes, vinhos e matérias-primas, como lã, linho, cânhamo, cevada para cerveja, além das culturas importadas, como milho, fumo e açúcar. De todo modo, no século XVIII, principalmente em sua segunda metade, houve um longo período de expansão demográfica, urbanização e melhorias, como salienta Hobsbawn (1997).

As monarquias absolutistas reinavam em quase todos os estados. Hierarquias rígidas apoiadas pela Igreja (grande proprietária rural) faziam dos monarcas verdadeiras divindades. A França reunia a maior nobreza do continente (cerca de 400 mil indivíduos em 23 milhões de habitantes), que, além de gozar de uma série de privilégios, detinha 20% das terras. Mas a maior parte do povo não tinha terra e o atraso técnico era imenso. A população francesa até 1789 crescera expressivamente e um em cada cinco europeus era francês. Nesse contexto, a escassez de terras conflitava com o aumento da população e com as frequentes elevações de tributos, preços e dízimos. Quando esse quadro chegou ao insuportável, a mobilização de enormes contingentes dessa população foi impressionante. A Revolução Francesa foi, de fato, uma revolução social de massa, muito mais radical do que qualquer movimento insurrecional anterior e tendia ao internacionalismo, em face do grande caldeirão de ideias que trouxe a público. Propagou o ideal da liberdade como oposição à escravidão e pavimentou o caminho de todos os movimentos revolucionários posteriores (inclusive o do socialismo).

Pesou contra o governo monárquico o envolvimento catastrófico na Guerra de Independência dos EUA, em face das dívidas altíssimas resultantes dos confrontos com a Inglaterra. Foi nesse momento que a burguesia, apoiada nas ideias do liberalismo, introduziu o suporte ideológico da Revolução, o que resultou na Declaração dos Direitos do Homem e Cidadão, documento que golpeava as sociedades de privilégios e instaurava o princípio de que os homens são livres e iguais perante a lei. Contudo, o movimento revolucionário, não obstante a tríade *liberdade, igualdade e fraternidade*, não priorizava ainda os valores de democracia e igualdade, talvez por sacralizar a propriedade privada como um direito natural, inalienável e inviolável. A burguesia de 1789 lutava pela Constituição, pela secularização, pelas liberdades civis e por garantias para a empresa privada.

3.3 - A INDUSTRIALIZAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE IDEIAS, PESSOAS E MERCADORIAS

Como visto, as razões que explicam o avanço industrial na Inglaterra são múltiplas e dizem respeito à dinâmica demográfica, acumulação de riquezas derivadas da exploração colonial, ação secular da Coroa Britânica protegendo o desenvolvimento industrial, agricultura eficiente e altamente comercializada, presença de bons portos e circulação fluvial desenvolvida (complementada por rodovias, canais e ferrovias que transportavam carvão). Além disso, havia na ilha disponibilidade de recursos naturais valiosos, como carvão, ferro, estanho, cobre, rochas e sal; clima adequado ao cultivo algodoeiro (em Lancashire), e a solução de problemas relativos à sua formação nacional e disputas internacionais mostrou-se mais rápida que seus vizinhos.

Há muitas evidências a favor do caráter revolucionário da industrialização daquela época, como se um novo momento na história da humanidade se iniciasse, embora seus efeitos só se difundissem na Europa, a partir da década de 1820. Na segunda metade do século XVIII a expansão industrial tornou-se evidente, mesmo que restrita a estabelecimentos menores que não requeriam grandes investimentos. Mas a partir de 1800 as taxas de crescimento industrial na Inglaterra explodiram. Com as invenções ligadas às novas máquinas de fiação e tecelagem, a fundição do coque e a introdução do aço fundido, além da difusão da máquina a vapor, os negócios econômicos aumentaram tanto, que desembocaram, após 1820, na “grande indústria” e no *boom* ferroviário.

O Reino Unido foi durante toda a primeira metade do século XIX a principal área industrial do mundo, embora já se apresentassem o Vale do Ruhr, a Bélgica e a França como países nos quais a indústria era francamente estimulada. As minas de carvão localizadas no Norte francês, nos vales dos rios Sambre e Meuse, na Bélgica, ou no Vale do Ruhr, na Alemanha, eram as principais áreas de crescimento industrial. Nessa fase, imitava-se a Inglaterra, importando-se seus projetos, máquinas, motores e mão de obra especializada para a montagem e operação de fábricas no continente. Empresários e financistas britânicos participaram da criação de complexos fabris, através de sociedades, construção ferroviária etc.

Essa dependência, no entanto, viria a desaparecer a partir do surgimento de novas máquinas concebidas no próprio continente, tais como as da França (tear Jacquard, carda mecânica, caldeira multitubular) e as da Alemanha (quando os Krupps inovaram na produção de armamentos). Diante da insuficiência de capitais em mãos de particulares, a presença do apoio dos Estados foi essencial para a instalação das fábricas e construção de grandes obras de

infraestrutura requeridas pela industrialização, especialmente na construção ferroviária, como ocorreu na França, Bélgica, Prússia, Alemanha e Itália.

Na chamada Segunda Revolução Industrial, que se desenrola a partir de 1870 até a Primeira Grande Guerra, a maioria dos países europeus teve um crescimento industrial muito expressivo (como Rússia, França, Itália, Suécia, entre outros.), apesar do impacto sofrido com a crise econômica iniciada na década de 1870.⁸

3.3.1 - Expansão europeia e migrações

O avanço da industrialização foi um dos fermentos básicos para o surgimento do imperialismo moderno. As possibilidades associadas ao desenvolvimento tecnológico impeliam as potências na busca, a todo custo, de possessões dotadas de recursos minerais valiosos, e as migrações, na verdade, foram de importância estratégica na ocupação de espaços econômicos nestes territórios.⁹

Com a eletricidade, a difusão de aciarias e o advento da exploração petrolífera nos EUA, Rússia¹⁰ e Oriente Médio gradativamente transformaram a feição das principais cidades do mundo, as quais passavam a contar com novos sistemas de transporte (a exemplo do bonde), que viriam reduzir preços de alimentos, favorecer a expansão espacial do emprego industrial e de núcleos residenciais operários nas periferias urbanas.

As migrações de longa distância, conforme observado antes, foram um instrumento chave para a expansão da dominação econômica e cultural dos europeus sobre o resto do mundo, embora a precisão dos números disponíveis seja sempre suscetível de controvérsias. Mesmo tendo em conta essas limitações, convém reproduzir uma síntese geral, bem semelhante à formulada por Aristide Zolberg, para os quatro séculos desde as grandes navegações:

⁸ Nessa fase, as principais inovações técnicas, muito mais resultantes do avanço científico do que antes, contemplavam a Grã-Bretanha (com a indústria química, corantes sintéticos, o conversor de aço Bessemer, a turbina a vapor de Parsons e inovações na siderurgia), a Alemanha (com o motor de combustão interna, motor a diesel do automóvel, do dínamo e da tração elétrica) e os EUA (com máquinas de costura, a lâmpada de filamento e o telefone). Se a primeira Revolução Industrial foi do ferro e carvão, a segunda foi do aço e eletricidade.

⁹ Ressalte-se que, nesse momento, a Alemanha unificada (1871) passava a determinar o ritmo da corrida pela supremacia industrial, sobretudo na indústria química e na produção de eletricidade (além disso, expandia sua indústria tradicional e conquistava mercados para seus manufaturados e serviços).

¹⁰ Ao fim do século, a Rússia tinha uma indústria relativamente próspera, abrangendo têxteis, ferro, aço e carvão, embora seu parque industrial fosse pouco moderno; a França acumulava a existência de muitos estabelecimentos pequenos; e a Alemanha, em grande processo de expansão, passava a ter uma indústria naval e uma marinha mercante das melhores do mundo.

a) Entre os séculos XVI e XVII, na era do mercantilismo e absolutismo, a população europeia, no cômputo final, cresceu medianamente. A busca de uniformidade religiosa como instrumento de hegemonia do Estado levou a extermínios e perseguições de populações, envolvendo judeus, mouros, católicos na Inglaterra etc. De todo modo, a Expansão Ultramarina produziu duas grandes migrações: 2 ou 3 milhões de europeus e 7,5 milhões de africanos para as Américas;

b) A segunda fase iniciou-se em fins do século XVIII com a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a revogação, na Europa, de proibições de emigração para as colônias autosuficientes da América, cujo desenvolvimento requeria mão de obra. As entradas de migrantes evoluíram da casa dos milhares para a cifra dos milhões de pessoas entre o início e o fim do século XIX, desde que a ampliação das ferrovias e do transporte naval fez diminuir o custo e a duração das viagens.

As migrações internacionais foram decisivas para a ocidentalização do mundo com base na matriz europeia. Entender a situação atual dos países nas mais diferentes latitudes e a própria situação geopolítica do mundo contemporâneo requer um mínimo de atenção para com os grandes movimentos populacionais de longa distância que se intensificaram há cerca de 500 anos, a partir da Expansão Ultramarina europeia.

3.4 - EXPANSÃO DEMOGRÁFICA NO SÉCULO XIX, MIGRAÇÕES E NEOCOLONIALISMO

A população europeia cresceu rapidamente no século XVI, foi contida pela grande crise do século XVII, experimentou uma vigorosa recuperação a partir do século XVIII e, entre 1500 e 1800, evoluiu de cerca de 70 milhões de pessoas para aproximadamente 190 milhões.¹¹

Os mapas na sequência deixam evidente a expansão europeia caucasiana frente aos três outros troncos étnico-raciais – os mongólicos, os negroides e os australásios. Antes de 1500, a separação étnica era demarcada geograficamente e muito visível. Em fins do século XVIII, esse padrão estava claramente alterado em face de seis grandes fluxos migratórios intercontinentais: da Europa para as três Américas; do Norte europeu para a África e depois para a Austrália; da África para as Américas; da Rússia para a Sibéria (através dos Urais); da Índia para a África Oriental, África do Sul e Caribe; e da China para o Sudoeste asiático.

¹¹ Em 1500, cinco cidades europeias detinham mais de 100 mil habitantes (Constantinopla, Paris, Milão, Nápoles e Veneza). Em 1700, esse número quadruplicara, e Londres, Paris e Constantinopla já haviam ultrapassado a marca dos 500 mil habitantes.

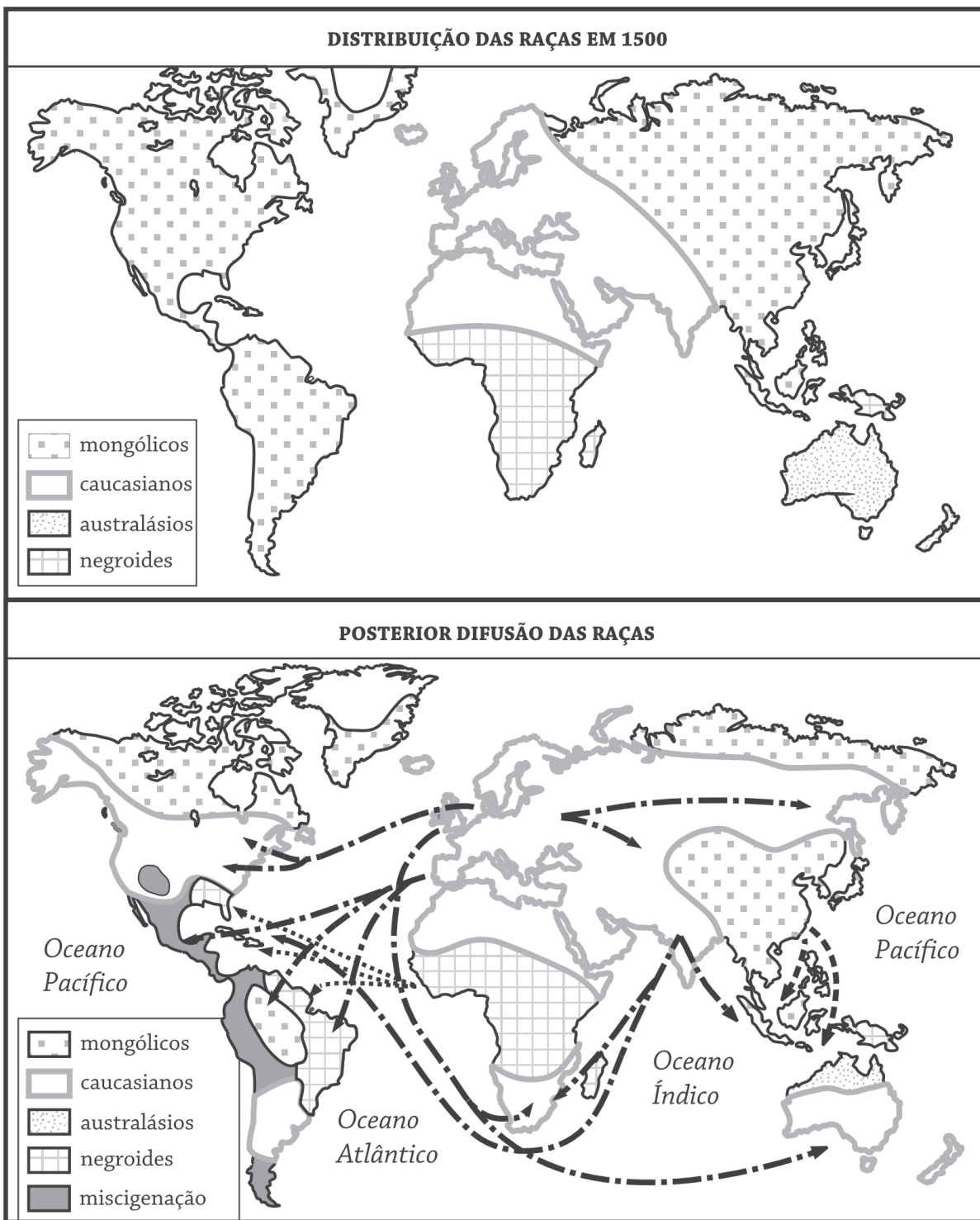


Figura 3.2 - Distribuição das raças

Fonte: Adaptado do Atlas da história do mundo Folha de S. Paulo, 1995.

Em 1820, os principais centros populacionais da Europa já convergiam para as localizações dinâmicas do Noroeste europeu. Destacavam-se áreas industrializadas da Inglaterra, Bélgica, Paris, Bordeaux e Hamburgo. Em 1900, as densidades mostravam-se bem mais incrementadas no Noroeste europeu e importantes áreas industriais destacavam-se, tais como Midlands, Yorkshire, Lancashire, o Sul do País de Gales, Tynedide, Clydeside, Bélgica, além da França, Alemanha, Renânia e Alta Silésia.

Para muitos estudiosos, o século XIX trouxe um crescimento demográfico mundial até então desconhecido, de cerca de 900 milhões de pessoas para pouco mais de 1,6 bilhões. A população europeia evoluiu de 190 milhões para 423 milhões. Nos cem anos anteriores a 1914 o Reino Unido, Alemanha e EUA, os três principais países industrializados, quase quintuplicaram suas populações.¹² O fato é que entre 1810 e 1910 os europeus e seus descendentes aumentaram de 5,7 milhões para 200 milhões nas Américas, África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Sibéria.

No início do século XX estima-se que a população mundial distribuía-se assim (em milhões): Europa (423), Ásia (937), África (120), América do Norte e do Sul (144) e Austrália (6). Num período em que todos os países cresciam demograficamente, a Irlanda foi a grande exceção. A crise da batata fez sua população diminuir de 8,2 para 4,4 milhões entre 1841 e 1911.¹³

Muitos fatores explicam a grande expansão demográfica do período: avanços na produção industrial e agrícola associados à revolução dos transportes (que favoreceu as áreas de expansão através do acesso fácil ao trabalho e aos alimentos); extração mineral e agrícola ultramarina, abastecendo a Europa de matérias-primas e alimentos; desaparecimento das grandes crises de mortalidade na Europa (com exceção da Irlanda); progresso da medicina e adoção de padrões de higiene pessoal, que faria reduzir a mortalidade por cólera, tifo, varíola e tuberculose.

¹² O crescimento populacional envolveu cidades antigas como Londres, Lion, Colônia, Moscou, entre outras, e lugares de população desprezível até o século anterior.

¹³ No passado a adoção da batata na Irlanda teria permitido um aumento da população de 2,5 milhões para 8 milhões.

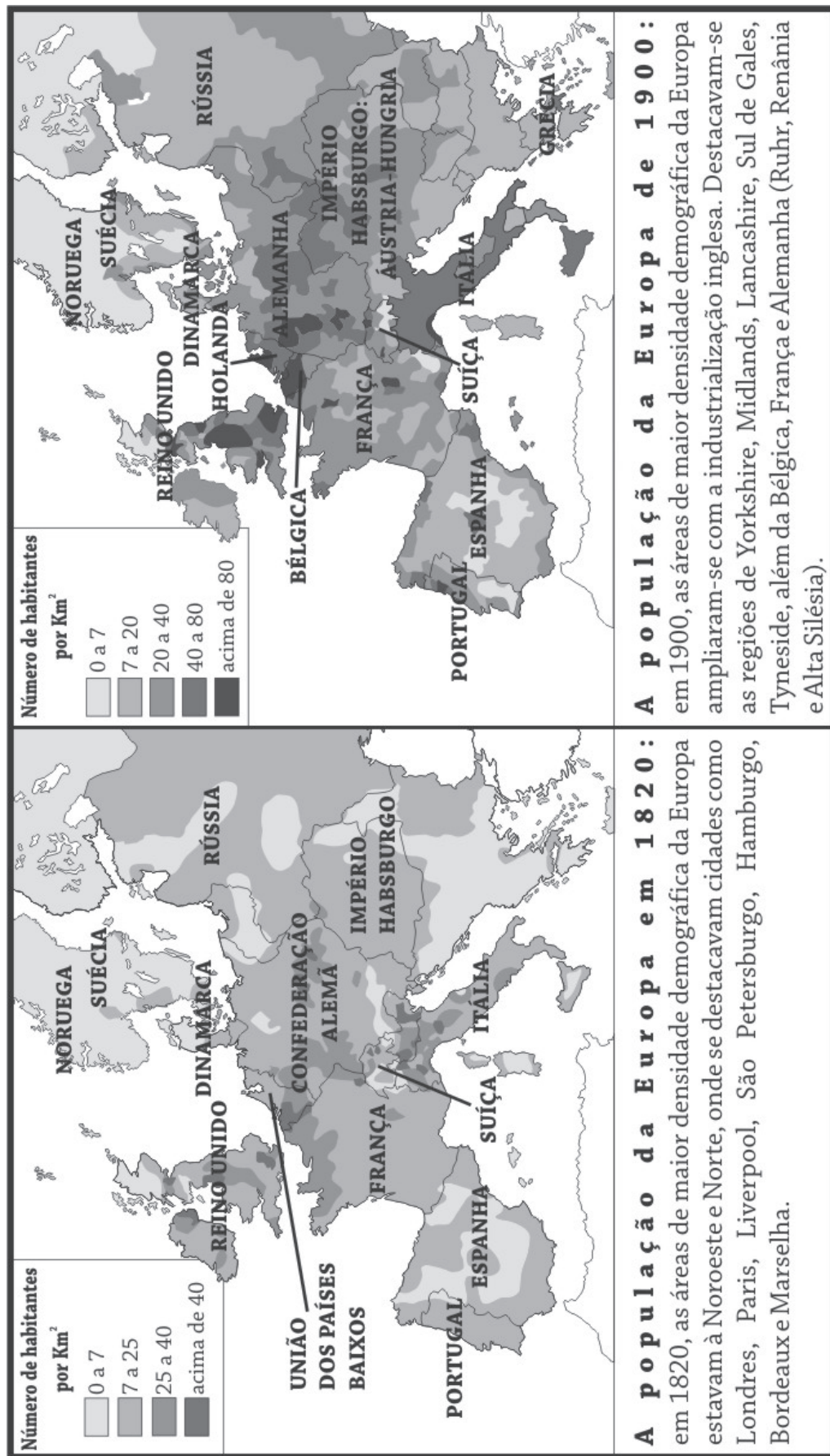


Figura 3.3 - Crescimento e deslocamento populacional de 1815 a 1914
Fonte: Adaptado do *Atlas da história do mundo*, 1995.

A migração de longa distância proveniente da Europa trouxe milhões de pessoas para as colônias e ex-colônias, produziu uma europeização inédita na história da humanidade, fator chave para o domínio europeu mundial.¹⁴ Nas primeiras décadas do Oitocentos, o Reino Unido e a Alemanha lideravam a emigração de europeus. Na segunda metade do século XIX, entretanto, além dos 9,5 milhões de emigrantes britânicos e 5 milhões de alemães, surgiram os italianos (5 milhões), além de milhares de emigrantes dos países escandinavos, Bélgica e Espanha. Os destinos preferenciais sempre foram os EUA, principalmente no caso dos ingleses, mas também a América do Sul e Brasil (alemães e italianos), ou Sibéria (russos). Com isso, a população branca expandiu-se de 22% em 1800 para 35% em 1930, quando esse processo atingiu seu auge. Os mapas, mais à frente, mostram o declínio dos fluxos originários da Europa e o aumento da migração de asiáticos ao longo do século XX.

Examinando os fatores que influenciaram as migrações devem-se destacar, do lado da origem, as muitas condições econômicas insatisfatórias, além de perseguições religiosas e políticas, enquanto do lado do destino, EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia muito ofereciam aos novos colonos. As corridas do ouro em 1849 na Califórnia e em 1851 em Victória atraíram milhares de imigrantes para o Oeste americano. As recessões e crises na economia europeia deflagravam movimentos migratórios,¹⁵ principalmente em direção aos EUA. Grande parte dessas pessoas não se arrependia, porque geralmente melhorava seu padrão de vida, já que a terra era barata, havia perspectivas de inserção na indústria e no comércio, o que fazia dos EUA uma terra prometida.

Certamente, o aspecto mais importante dos movimentos da população mundial no século XIX foi a chegada de milhões de pessoas às Américas, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Até o começo do século XX o expansionismo europeu, que deu origem aos neologismos *imperialismo* e *neocolonialismo*, alcançou as mais diferentes regiões do mundo, mobilizou as principais potências na busca por recursos minerais estratégicos, movimentou milhões de pessoas e representou um dos principais fermentos às disputas que desaguarão nas duas guerras mundiais. Os britânicos, além das antigas possessões, anexaram novos territórios ao seu vasto Império, chegando a controlar 20% dos territórios e 25% da população mundial. Já a França ostentava um Império de 10,4 milhões de

¹⁴ Em termos de migrações intraeuropeias, Hobsbawn menciona as intensas migrações internas na Inglaterra; a imigração de irlandeses em busca de trabalho para Liverpool, Glasgow e Manchester; as transferências de poloneses para as minas do Vale do Ruhr e as migrações sazonais procedentes de diversas partes do continente.

¹⁵ Convém observar que migrações de caráter compulsório foram feitas da França à Ilha do Diabo, de condenados ingleses até a Austrália, de exilados russos para a Sibéria e de escravos negros embarcados para a América.

km² e 47 milhões de pessoas, enquanto a Alemanha, que chegara atrasada na corrida neocolonial, abocanhou 2,6 milhões de km² e conquistou 14 milhões de súditos. Outros países que participaram desse surto de expansão territorial foram: Itália (que obteve a Líbia, Eritreia e Somália); Portugal, que investiu em Moçambique e Angola; Rússia, mediante conquista de territórios da China, o que resultou na migração de mais de 7 milhões de russos para a Sibéria; Japão, com o projeto de ocidentalização da Restauração Meiji, que ambicionava territórios da Coreia, Formosa e até da China,¹⁶ e os EUA, que mesmo esboçando um novo tipo de projeto expansionista – baseado em grandes empresas e menos na aquisição de territórios – consolidou a ocupação do Oeste californiano e Novo México, ocupou Porto Rico e começou a difundir a ideia de controle sobre a América Latina, mediante o ideário “América para os americanos”.

3.5 - NOVECENTOS: GUERRAS, CRISES, PROGRESSO E “EXPLOSÃO” DEMOGRÁFICA

O século XX deixou como legado conflitos de grandes proporções, mas também transformações sociais e econômicas sem paralelo. Nos primeiros 50 anos, três eventos dilaceraram o Velho Mundo, duas Grandes Guerras e a longa depressão resultante da crise de 1929. Se o capitalismo vinha avançando firme na direção da globalização econômica, por quase meio século foi forçado a retrair-se. A Primeira Grande Guerra depauperou as principais nações beligerantes, França, Inglaterra e Alemanha; liquidou com várias das pretensões expansionistas dessas potências e introduziu um cenário de crise e desolação que acabariam alimentando a Segunda Grande conflagração. As saídas de migrantes europeus para a América diminuíram drasticamente, principalmente depois de 1930, enquanto o comércio internacional minguava. Simultaneamente declinavam os empréstimos e os fluxos financeiros de capital e os países se encapsulavam no velho protecionismo contra os riscos externos. O período trouxe à cena a dramaticidade dos refugiados de guerra e de convulsões políticas.

A Primeira Grande Guerra foi longa e se desdobrou na terra (com a utilização de milhares de trincheiras), no mar (com a grande mobilização de navios, submarinos e *destroyers*) e no ar (com a aviação experimentando um vertiginoso progresso técnico). De fato, a guerra acelerou a expansão industrial nos setores químico, automotivo e na aviação, instalando em definitivo a grande indústria bélica nos EUA, desde sua eminente entrada no conflito (em 1917). Como consequências podem-se enumerar: i) as enormes perdas populacionais. Só em 1916, na batalha de Verdum, há registros de mais de

¹⁶ A China, apesar de debilitada, manteve-se pouco penetrada pelo colonialismo deste período.

um milhão de mortos. A ofensiva britânica no Somer fez 420 mil mortos. Na França, um quinto da população masculina em idade militar sucumbiu, enquanto na Alemanha as perdas foram imensas; ii) o fim de três grandes impérios, o austro-húngaro, o otomano e o russo-czarista, enquanto Grã-Bretanha e França, fortemente debilitadas econômica e demograficamente, cedem espaço para a hegemonia americana; iii) a Revolução Comunista na Rússia e o início de um período de novas experiências econômicas e sociais com Lênin, os soviets e um novo internacionalismo que por décadas representou a principal alternativa ao capitalismo mundial; iv) os germens de um novo conflito, com as imposições punitivas sobre a Alemanha derivadas do Tratado de Versalhes. Tanto é que, em 1935, à exceção das cláusulas territoriais, nada mais restava desse Tratado, e o caminho de uma nova guerra parecia inevitável, porquanto na Europa o desemprego, a pobreza, os ódios acumulados e o sentimento dominante de desesperança pareciam sem solução. De fato, na década de 1930, enquanto avançavam as experiências na URSS e a Depressão econômica nos EUA, que só seria debelada a partir de 1938, com as intervenções levadas a cabo no governo Roosevelt, a Europa vivia o espectro da extrema direita com o nazismo, fascismo e a ascensão de Hitler.

A Segunda Grande Guerra foi não só mais globalizada geograficamente quanto bem mais destrutiva que a primeira. A origem dos conflitos envolveu a Manchúria em 1931, a Etiópia em 1935, a Espanha em Guerra Civil (1936-1939), a Alemanha, a Áustria e a Tchecoslováquia, desde 1938, e a Polônia, em 1939. Após a ocupação da França e o pesado bombardeio de Londres, a Alemanha tornara-se praticamente imbatível, não fosse a entrada dos EUA e a extraordinária mobilização interna na URSS. As perdas em vidas humanas foram incalculáveis, talvez três a quatro vezes maiores que as da Primeira Guerra, sobretudo pela grande quantidade de vítimas civis. Desapareceram cerca de 10% das populações da URSS, Polônia e Iugoslávia; entre 4 e 5% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. Elevadas foram as mortes de ingleses, americanos e russos. Estima-se que a URSS perdeu mais de 20 milhões de indivíduos. O mundo mudou após essa conflagração, e as cicatrizes perduram até hoje. A paz entrou definitivamente na agenda de todos os organismos internacionais e os conflitos entre superpotências mudam de forma e assumem a feição de Guerra Fria. Algumas de suas consequências, além da derrota do nazifascismo, foram: a ocupação e partição da Alemanha entre EUA e URSS; a ocupação do Japão em 1945; a divisão da Índia britânica e criação do Paquistão em 1948; a instalação do Estado de Israel; ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder na China em 1949 e a disseminação do sentimento anticolonial na África. A guerra e seus efeitos forçaram o deslocamento de aproximadamente 30 milhões de civis apenas na Europa. Na Ásia e na Bacia do Pacífico mais 5 milhões de pessoas

foram repatriadas. Com a criação do Paquistão, chegaram ao novo país cerca de 7 milhões de muçulmanos, enquanto, no bloco socialista, em pouco tempo surgiram barreiras físicas erguidas contra as tentativas de emigração, já que no resto da Europa o esforço de reconstrução atraía migrantes e mobilizou grande volume de trabalhadores. Com isso, gradativamente fortalecia-se o poder sindical, enquanto o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, intensificado na Primeira e na Segunda Guerra, tornou-se permanente.

3.5.1 - A importância das migrações internacionais, a América e o Brasil

A metade do mundo composta por América, Oceania e ex-União Soviética, a leste dos Urais, que alcança 70 milhões de km², possuía em 1700 cerca de 22 milhões de pessoas. Nos anos de 1990, esse número havia se multiplicado por 40, enquanto na outra parte composta por Europa, Ásia e África, continentes que já detinham expressivos estoques demográficos em 1700, a população aumentou oito vezes. O crescimento demográfico foi rápido e intenso nos mais diversos ecúmenos do planeta, e as terras vazias foram progressivamente colonizadas com o avanço da transição demográfica desde 300 anos atrás.

As Grandes Guerras, acompanhadas de reordenamentos territoriais dos Estados nacionais, geraram amplos movimentos migratórios e disputas políticas que se desdobram até os dias de hoje. Nas últimas décadas, vários milhões de pessoas estão tentando trocar o “Sul” pelo “Norte”, talvez como resposta aos séculos de emigração europeia para as colônias e ex-colônias. Afinal, a emigração de europeus predominou até a década de 1960. Somente a partir daí, o continente deixou de ser expulsor de população, assumindo a condição de área receptora de imigrantes, especialmente em se tratando de descendentes de antigos emigrantes europeus.

Entre 1820 e 1994, estima-se que cerca de 60 milhões de imigrantes entraram nos EUA, dos quais talvez 34 dos 38 milhões de imigrantes do período 1801-1935 eram europeus. Por volta de 1900, quando o crescimento populacional da Europa atingiu seu auge, a emigração para os Estados Unidos alcançou a incrível marca de um milhão por ano. Até 1890 quatro em cada cinco imigrantes vinham do Noroeste europeu; posteriormente o Sul e o Leste tornaram-se as principais áreas de emigração. Os fluxos migratórios para as Américas chegaram a números impressionantes na primeira década do século XX, quando a maior parte dos imigrantes era procedente da Europa Meridional.

No século XIX e primeiras décadas do século XX, a imigração estrangeira em países como EUA, Canadá, Argentina e Brasil foi tão expressiva que é legítimo inferir que o desenvolvimento econômico que esses países experimentaram não teria sido possível

sem a contribuição desses migrantes. Afinal, era uma época em que havia muitos vazios demográficos – após extermínio e aldeamento dos indígenas – e o crescimento econômico não podia prescindir de uma mão de obra numerosa. Os EUA sozinhos receberam mais imigrantes que a soma dos principais países receptores das Américas.

Tabela 3.1
Principais países americanos receptores de imigrantes até 1914

Períodos	EUA	Canadá	Argentina	Brasil
1820-1914	35.052.123	5.625.147	4.660.539	3.354.829
1881-1890	5.246.613	886.177	841.112	524.386
1891-1900	3.687.564	321.302	648.326	1.129.315
1901-1910	8.795.386	1.453.391	1.764.103	673.294
1911-1914	4.133.131	1.452.631	966.543	570.650
Total (1881/1914)	21.862.694	4.113.501	4.220.084	2.897.645

Fonte: BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, 1950, p. 139-140.

No Brasil, a maioria dos estudos conclui que antes da década de 1930, as imigrações internacionais eram muito mais relevantes, em consequência de uma política migratória caracterizada pela substituição da mão de obra escrava pelo trabalho do imigrante assalariado, principalmente europeu. A primeira Constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I em 1824, já reconhecia a importância da colônia alemã de São Leopoldo. Para Vainer (1995), o surgimento do Estado nacional brasileiro é contemporâneo à instituição da imigração como questão de Estado, mas a persistência da escravidão constituía um forte obstáculo aos projetos de intensificar a migração para o Brasil. Com o avanço da cafeicultura e o aumento do preço do escravo após a proibição do tráfico negreiro em 1850, a importação de mão de obra passou a ser interessante economicamente e tornou-se uma questão de Estado principalmente porque se somou às teses de branqueamento da “raça” brasileira que a elite brasileira defendeu publicamente por muito tempo. A atração de europeus para a lavoura brasileira foi chancelada pelos governos estaduais e pela União, e o ponto culminante das imigrações europeias ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX. O ritmo de chegada de estrangeiros no país permaneceu expressivo, a despeito de algumas oscilações em certos momentos, mas a partir de 1930 surgiram restrições à imigração estrangeira, exatamente no momento em que os movimentos migratórios internos se intensificavam. A política imigratória adotada pelo Conselho de Imigração e Colonização em 1940 indicava a necessidade de “(...) evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes migratórias em harmonia

com a expansão econômica do país” (Vainer, 1995, p. 44). O Estado já vinha, explícita ou implicitamente, se esforçando para fazer da imigração um meio de contribuir para a formação de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos, predominantemente branco, menos negro e mestiço. Para isso, o princípio da *eugenia*, que implicava adicionar crescentes doses de sangue branco à população, casava bem com a necessidade econômica, de suposta carência de trabalhadores disciplinados e adestrados.

A agroexportação demandava migrantes estrangeiros na maioria dos países da América, mas as evidências indicam que a contribuição desses trabalhadores foi mais decisiva no processo de industrialização e no desenvolvimento das atividades urbanas, inclusive nos EUA. Já entre os países emissores, os processos de modernização econômica tributários da chamada Segunda Revolução Industrial e os conflitos étnico-religiosos que permearam a constituição dos Estados nacionais em fins do século XIX estão na raiz dessa extraordinária liberação de estoques de população. Grande parte desses excedentes resultou do avanço da transição demográfica nesses países, particularmente com a redução das altas taxas de mortalidade e manutenção de alta fecundidade por alguns decênios. Países como Itália, Alemanha, Espanha, Polônia e Rússia, além do Japão, experimentaram níveis de emigração sem precedentes. Os quatro países da Tabela 3.1 receberam mais de 33 milhões de pessoas, somente no período entre 1881 e 1914, dos quais 66% se dirigiram aos EUA.

Um dos principais períodos de imigração externa no Brasil abrangeu os anos entre a abolição da escravatura e a grande crise da cafeicultura (1889-1930). A necessidade de mão de obra nas lavouras de café, a propaganda oficial dos governos brasileiros na Europa, a política de eugeniação e os preconceitos contra ex-escravos explicam em larga medida a migração estrangeira do período. Somados, europeus e asiáticos, mas com forte presença de italianos, apenas no estado de São Paulo chegaram a cerca de 2,8 milhões entre 1886 e 1915 (segundo os boletins do Departamento Estadual do Trabalho).

Com os anos de Depressão após o *crack* da bolsa de Nova York, a saída da crise implicou profunda reestruturação da economia mundial e alteração da antiga divisão internacional do trabalho, o que teria propiciado a industrialização substitutiva de importações em alguns países da periferia capitalista. Nesse processo, antigos e novos imigrantes internacionais se inseriram decisivamente.

Entre 1930 e 1945, não obstante a redução da migração internacional e as restrições legais impostas nas áreas de origem e destino, o crescente aumento do número de refugiados acabou promovendo, na própria Europa, a reacomodação de centenas de milhares de refugiados alemães, espanhóis, russos, judeus, poloneses, entre outros. Há controvérsias insolúveis sobre o verdadeiro número de refugiados. Alguns falam em 14 milhões, outros em 60 milhões. O que é indiscutível é que nunca antes na história da humanidade houve números tão dramáticos e preocupantes, envolvendo deslocamentos compulsórios para campos de concentração, para projetos de coletivização forçada em fábricas, fazendas, colonização de áreas remotas e fugas em massa do nazifascismo. Após 1945, o retorno aos países de origem mobilizou, até meados de 1947, aproximadamente um milhão de refugiados na Alemanha e Áustria, segundo dados da OIR (Organização Internacional de Refugiados). No período, os dados indicam que, no Brasil, os movimentos internos de trabalhadores nacionais tornaram-se bem mais expressivos do que os da imigração estrangeira, inclusive tendo em conta a importância dos japoneses, particularmente no interior paulista e capital.

No entre guerras e pós-guerra, o Brasil e vários outros países conviveram com novos tipos de fluxos migratórios. O discurso internacional da ajuda humanitária ia ao encontro das necessidades de mão de obra qualificada para o desenvolvimento econômico nos países periféricos. No Brasil, a imigração posterior a 1945, embora pouco estudada, totaliza quase meio milhão de pessoas apenas na década de 1950, a maioria, 365 mil, composta por pessoas em busca de emprego no estado de São Paulo. Os países de origem desses fluxos foram principalmente Portugal, Itália, Espanha e Japão (conforme dados do Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado).

À época da instalação da Organização das Nações Unidas (ONU), firmou-se o entendimento de que a paz requeria a solução do problema dos refugiados, e isso recolocava em tela a questão migratória. Ações coordenadas envolvendo agências internacionais e governos concentraram-se na repatriação, realocação e apoio a essa numerosa população. Somente na Alemanha e na Áustria ela totalizava 418.271 indivíduos até 1949. Em 1948, por força do decreto 25.796 de 1948, o Brasil se comprometeu a acolher refugiados de guerra, algo que o país já fazia desde 1947. São Paulo acolheu um bom número de refugiados até meados dos anos 1950, quando, em face da diminuição do problema de refugiados europeus, a imigração reorientou-se para o trabalho industrial.

Desde a Constituição de 1934 vigorava no Brasil o regime de cotas para a imigração estrangeira. Com as ações de estímulo ao desenvolvimento econômico nos anos de 1950, o país passou a receber espontaneamente também imigrantes japoneses, apesar da desconfiança ainda existente contra os países do Eixo. A ocupação de regiões de fronteira na Amazônia e no Centro-Oeste era meta dos governos brasileiros, e os japoneses repatriados com o fim da guerra (mais de 6 milhões) entraram nos planos governamentais, sobretudo se fossem jovens e possuíssem formação técnica que os habilitasse ao emprego industrial. Destarte, a imigração europeia e japonesa no pós-guerra incluía um bom número de agricultores, inclusive para a agricultura que se modernizava.

3.6 - CONDIÇÕES DE VIDA, MIGRAÇÕES E A PROBLEMÁTICA DEMOGRÁFICA DA ATUALIDADE

A população mundial, segundo estimativas da ONU, chegará aos 9 bilhões na segunda metade do século XXI, graças à participação das regiões pobres e de maior fecundidade da Ásia e África, tais como Índia, China, Paquistão e Nigéria, a despeito do aumento do uso de métodos contraceptivos. A marcha da urbanização seguirá firme, a ponto de em 2030 alcançarmos a cifra dos cinco bilhões de pessoas residindo em cidades. Tóquio, México, São Paulo, Mumbai, Nova Déli e Nova York continuarão se destacando como grandes áreas metropolitanas.

A Ásia, que sempre reuniu a maior fração da população mundial, detinha perto de dois terços da humanidade em 1800, proporção que deve se reduzir no século XXI para cerca de 60%, enquanto a participação da África deverá aumentar, ultrapassando os 20% em meados deste século. Os dados apontam também a diminuição populacional em vários países, tais como Rússia, Japão, Itália, Ucrânia, Polônia, Espanha e África do Sul, devido ao declínio da fecundidade e aumento do envelhecimento, o que levará a idade média da população mundial a evoluir dos atuais 26 anos para 37 anos em 2050. No ano 2000, o informe salienta que mais de 175 milhões de pessoas viviam fora de seus países de origem, geralmente em regiões desenvolvidas, a exemplo dos EUA, Alemanha, Rússia, Ucrânia, França, Índia e Canadá. Por outro lado, a mortalidade, que vinha em queda, experimentou um aumento preocupante em consequência de epidemias (HIV) na África e em outras regiões do mundo.

Se a globalização vem sendo praticada pelos países europeus há séculos, como se estruturarão as relações entre países que foram colonizados pela Europa ou têm com ela relações de dependência? Apenas pautadas pelos fluxos imateriais do capital ou mediadas também pelos fluxos migratórios?

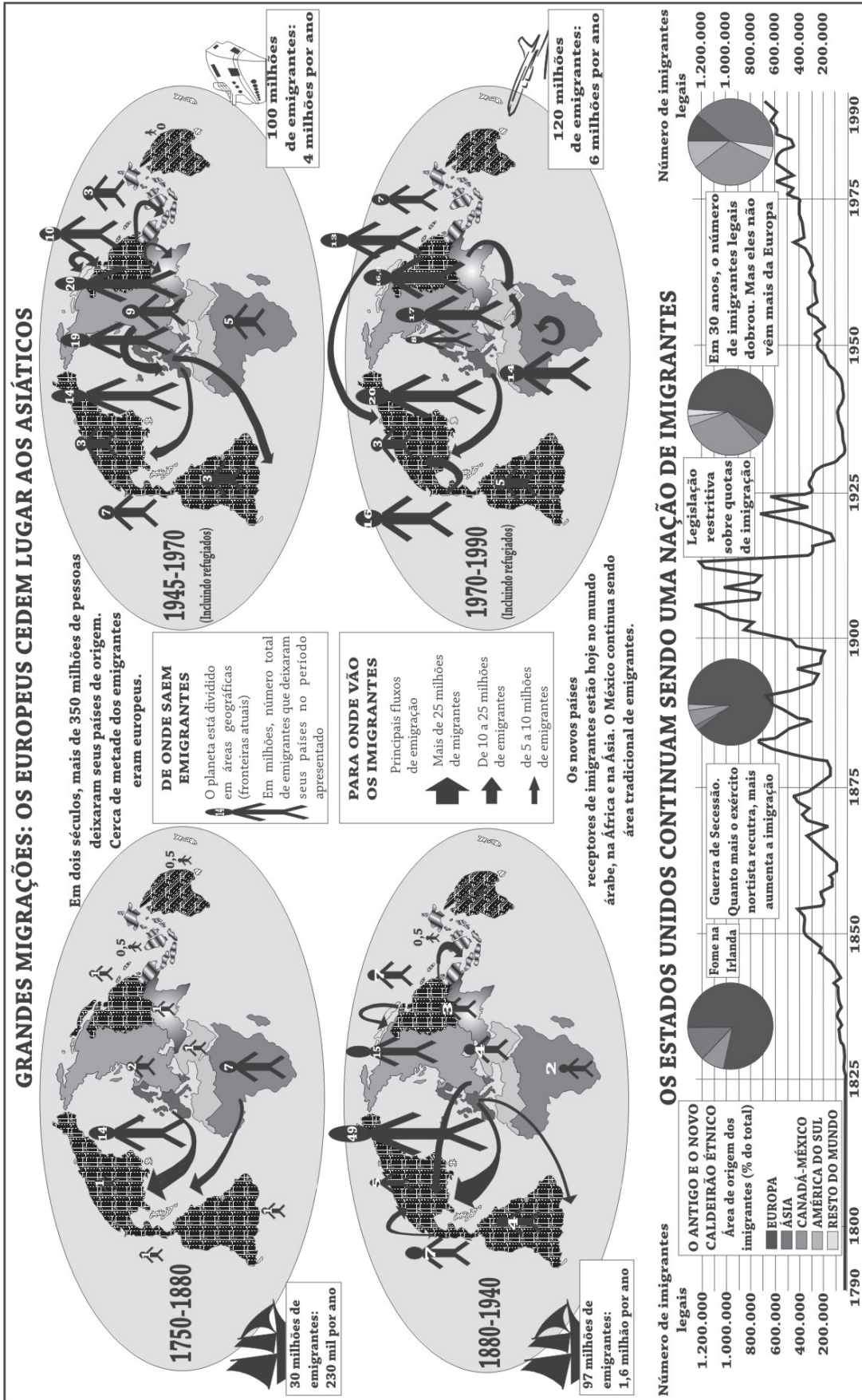


Figura 3.4 - As grandes migrações
 Fonte: Adaptado do Atlas da história do mundo, 1995.

A transição demográfica evolui rapidamente. Se em fins do Oitocentos apenas a França completara sua transição demográfica, cem anos depois a maioria dos países europeus convivem com taxas de crescimento muito baixas ou negativas. Simultaneamente assiste-se ao aumento da expectativa de vida dos idosos em razão dos progressos na medicina. A ausência de jovens e o aumento da proporção de idosos podem comprometer o desenvolvimento econômico pela própria escassez de força de trabalho alocada em novas profissões e habilidades e pelos impactos sobre os gastos com os sistemas previdenciários. Mesmo com o uso de novas tecnologias que dispensem mão de obra, há um número crescente de atividades no âmbito dos serviços que requerem a presença de trabalhadores, geralmente jovens. Diante das dificuldades em alcançar aumentos significativos nas taxas de fecundidade, resta a adoção de políticas de incentivo à migração internacional, geralmente feita seletivamente, mas com todos os efeitos colaterais que isso implica, já que as resistências ao imigrante estrangeiro são evidentes nos países europeus. Mas os países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) defrontam-se com problemas estruturais de escassez de mão de obra que, ao que tudo indica, só a imigração pode resolver. São geralmente ocupações braçais, de baixa remuneração, em diversos tipos de serviços nas áreas urbanas, em áreas rurais despovoadas, carentes de braços na lavoura, mas também em atividades repetitivas que exigem formação técnica nos setores de transportes, informática, serviços industriais. Os jovens nativos dedicam mais tempo aos estudos, adiam a entrada no mercado de trabalho e querem se ocupar com funções não rotineiras, atividades de administração e gestão etc.

O envelhecimento da população europeia vem provocando, desde os anos de 1960, uma inversão no sentido geral dos fluxos migratórios internacionais. De região de emigração a Europa tornou-se uma área de imigração. Milhões de pessoas, provenientes da África, América Latina, Leste europeu e Ásia, procuram o velho continente. São trabalhadores sazonais, migrantes de retorno, parentes, amigos e familiares com ascendência europeia, falsos turistas, trabalhadores agenciados por máfias internacionais (como a máfia chinesa), jovens pobres desesperados, refugiados de guerra, além de muçulmanos legais e ilegais.

As pressões migratórias vinham crescendo no final do século XX e os números de imigrantes legais e ilegais não cessavam de aumentar. Com o ataque às torres gêmeas do WTC, os atentados e ameaças da Al-Qaeda aumentaram significativamente as restrições à imigração, particularmente aos procedentes de países muçulmanos. Entretanto, persistem os problemas que empurram populações em busca da sobrevivência ou algum tipo de segurança à sua integridade física. São populações originárias de países que, não raro, foram vítimas, no passado, do expansionismo europeu, entre

os quais se incluem vários países muçulmanos. As disparidades “Norte-Sul” atuais envolvem desde ritmos opostos de crescimento demográfico a conflitos étnicos, fundamentalismo religioso, fragilidade política e social, inserção desastrosa nos fluxos econômicos da globalização, graves desequilíbrios ecológicos, catástrofes naturais. Dificilmente a velha península suportará as pressões originárias de países que já foram colonizados pelos europeus. As reações internas de intolerância e xenofobia são conhecidas e causam humilhação, conflitos sociais e instabilidade política. A Europa unida representa uma estrutura institucional mais capaz de enfrentar as múltiplas facetas do paradoxo migratório: de um lado, a necessidade de trabalhadores; de outro, as pressões de entrada dos de fora e a xenofobia dos nacionais (além da oposição de sindicatos, partidos políticos, organizações de extrema direita). Adicionalmente, há conflitos internos de difícil solução em países europeus, como os que desaguarão nas revoltas de jovens franceses em 2005, filhos e netos de antigos imigrantes muçulmanos do Norte da África discriminados e sem oportunidades de ocupação condigna na grande Paris.

Na atualidade, não há nenhuma das regiões mundiais de civilização densa com população rarefeita. Os resultados de séculos de colonização europeia são evidentes e trouxeram formidáveis acréscimos demográficos em vários continentes originalmente pouco povoados. As migrações em massa promovidas por europeus (mediante deslocamentos forçados de africanos, asiáticos e europeus) produziram números impressionantes nas Américas, África e Oceania. Entretanto, a velha península envelhece e precisa de trabalhadores jovens. Mas como não soa plausível nos dias de hoje uma invasão massiva da Europa por migrantes do resto do mundo (uma espécie de invasão de “novos bárbaros”), a reconstituição de sua estrutura etária é possível com base na contribuição do trabalhador imigrante? Na verdade, países com *déficits* de nascimentos dificilmente recompõem sua pirâmide etária pela imigração. Os imigrantes não se sentem compelidos a ter filhos nos países hospedeiros, pois frequentemente pensam em voltar a seus países de origem e, diante das dificuldades que enfrentam, geralmente adotam os padrões reprodutivos da população nativa, o que ratifica a cultura de baixa natalidade. A presença de jovens adultos imigrantes retarda, em certa medida, o envelhecimento da população, mas não recompõe a base da pirâmide etária. Por outro lado, a elevação das taxas de fecundidade dos não migrantes poderia, sim, restaurar o formato de pirâmide da estrutura etária, mas isso não se afigura viável, pois em países democráticos de liberdades civis asseguradas, a ação do Estado, de familiares ou até dos maridos não podem ignorar o que as mulheres pensam sobre aumentar o número de filhos. A França de hoje exibe uma ligeira e comemorada recuperação do número de filhos por mulher, mas ainda se mantém bem abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher).

O dilema é que, nesses lugares, a despeito da falta de trabalhadores jovens, a desconfiança contra os imigrantes é grande. Tolerase a presença de imigrantes descendentes de europeus, inclusive mediante o “instituto” da dupla cidadania, mas o clima de desconfiança predomina. O fato é que, com a piora das condições de vida em vários países da América Latina, assiste-se a fugas de milhares de pessoas à procura de emprego nos países europeus de seus pais ou avós. O exemplo da Argentina de 1999-2000 foi eloquente. O naufrágio econômico, o desemprego e empobrecimento forçaram milhares de pessoas a evadirem do país e a recorrer a sua ascendência europeia, na Espanha, Itália etc.

Não há dúvidas de que as migrações internacionais tornaram-se um grave problema mundial. Em 1990, em torno de 17 milhões de pessoas, da África, Oriente Médio e Leste Europeu, foram consideradas como refugiados necessitados de algum tipo de assistência. Casos recentes de migração em massa na Europa produziram efeitos desestabilizadores, às vezes irreversíveis, nos países de origem e causaram instabilidade sociocultural e econômica nos países receptores. Ao demandarem serviços públicos e de infraestrutura básica, tais migrantes são vistos como um fardo pelos nativos e ficam expostos a discriminações econômicas, raciais, religiosas, além de despertarem antigos sentimentos de ódio e de limpeza étnica, como os que ocorreram, na própria Europa, nos explosivos conflitos dos anos de 1980 e 1990 na região dos Bálcãs.

Com o fim da Segunda Grande Guerra e com o processo de descolonização iniciado nos anos de 1950, aumentou exponencialmente o número de refugiados desabrigados, alvo de perseguições políticas, a maioria procedente de áreas não desenvolvidas. Dados da ONU indicam que de 1,5 milhões em 1951, o número de refugiados chegou a 8,5 milhões em 1980 e perto de 18 milhões em 1992. Nos países da África subsaariana, a pobreza, as guerras e a piora das condições de vida, agravadas pelo o crescimento demográfico, empurram para a emigração ilegal milhares de jovens. Dezenas de reportagens já mostraram ao mundo a visão trágica das praias da Andaluzia, pela manhã, momento em que as patrulhas recolhem dezenas de corpos de africanos mortos após tentativas de travessia a nado, à noite, nas proximidades do Estreito de Gibraltar. Mais recentemente, em 2008, sangrentos conflitos na África do Sul demonstram como pode ser trágica a presença de imigrantes de países vizinhos em mercados de trabalho com geração insuficiente de empregos para a população nativa.

Em todo o século XX, os EUA sempre foram a principal área de imigração, para onde foram cerca de 20 milhões de mexicanos e outro tanto de latino-americanos. Miami, por exemplo, pode ser vista como uma grande cidade resultante do trabalho e gestão de latino-americanos. As projeções das Nações Unidas para os

EUA nos dizem que o país irá conviver com um saldo imigratório de 450 mil por ano durante o período de 1990 a 2025, menor do que o da década de 1980, quando o fluxo anual chegou a 750 mil pessoas, mas muito expressivo apesar das barreiras levantadas na fronteira Sul com o México. Se a taxa de fecundidade americana se mantiver em 1,8 filhos por mulher até 2080, e se o saldo migratório se mantiver em 500 mil por ano, menos de 60% da população dos EUA será de brancos não hispânicos ao final do período. A história ensina que nenhum país próspero pode assistir ao declínio de sua força de trabalho sem uma reposição com imigrantes de nações mais pobres.

Por outro lado, as remessas dos emigrantes aos países de origem têm sido relevantes para seus familiares e sustentado algumas economias locais, a exemplo dos dólares americanos em várias cidades do México. Desde os anos de 1960, as transferências de divisas dos migrantes refletem os grandes fluxos internacionais. Após 1974, os fluxos europeus sul-norte declinaram, enquanto cresciam fortemente as transferências para o Egito, Iêmem, Sudão, Jordânia, Síria, Índia, Paquistão, Coreia do Sul, Bangladesh e Filipinas. A maioria desses recursos vinha de migrantes residentes em países exportadores de petróleo. Após 1974, as transferências parecem ir para investimentos, mas os filhos da primeira geração de emigrantes já se sentiam desobrigados dessa tarefa.

A declaração de Cuenca (de abril de 2008) ressalta que mais de 30 milhões de pessoas têm migrado dentro e fora da América Latina e Caribe, o que representa cerca de 5% da população dessa parte do continente. Em países como Bolívia, El Salvador, Haiti e Nicarágua, os emigrantes ultrapassam os 20% da população total. Em 2007, os dados registram que os emigrantes enviaram aos seus países de origem mais de 67 bilhões de dólares. Além disso, perto de 5 milhões de pessoas vêm sendo deslocadas dentro de seus próprios países em razão de perseguições políticas, violência e conflitos armados.

O século XX foi um período sombrio de migrações forçadas por violência, guerras e catástrofes, algumas motivadas por fatores econômicos, colapso de impérios coloniais, além de desequilíbrios ecológicos, limpeza étnica e intolerância. A ideia de uma comunidade internacional unida na diversidade parece distante, a despeito dos avanços no campo dos direitos humanos e das conquistas tecnológicas e domínio das ciências que melhoram as condições de vida de crianças, jovens e idosos.

Mortalidade, natalidade e dinâmica demográfica em mudança na modernidade

4.1 - GRANDES MUDANÇAS NA DINÂMICA DEMOGRÁFICA NA MODERNIDADE

Não é possível estabelecer uma síntese irrefutável sobre o comportamento dos componentes que definem a dinâmica demográfica nos muitos séculos que antecederam as grandes mudanças dos últimos 200 anos. Para fins didáticos, pode-se assinalar, de maneira bastante genérica, como se comportavam a mortalidade, a natalidade e as migrações na maioria dos continentes nos quais as populações sobreviviam com base na agricultura.

Eram altas as taxas de mortalidade e de natalidade em quase todos os lugares. Em alguns momentos havia oscilações, e não raro a mortalidade superava a natalidade, o que causava *déficits* populacionais e forte redução do ritmo de crescimento demográfico.

A mortalidade foi o componente chave da dinâmica demográfica por milênios. Dela dependiam as estruturas populacionais e a capacidade de aumento populacional, porque nas crises de mortalidade frações expressivas da população desapareciam.

Já a natalidade foi considerada “natural” no passado, sem intervenções significativas voltadas à interrupção da gravidez. Mas, atitudes direcionadas ao aumento do número de filhos por necessidade de reposição de estoques populacionais foram verificadas. Afinal, após uma crise de mortalidade, o chamado efeito compensatório se fazia mediante o aumento da reprodução humana. Em sentido oposto, os controles voltados à redução do número de filhos se instalaram na França do século XVIII, na Inglaterra há mais tempo, no Ocidente mais que no Leste europeu. Fora da Europa esses controles se faziam “naturalmente”, por meio do *coito interrompido*, aleitamento prolongado, celibato, casamento tardio, aborto ou infanticídio.

As migrações, por seu turno, sempre existiram, mas por razões diversas e sem o significado dos últimos 500 anos. Durante muito tempo os povos viveram segregados em seus territórios. Os contatos se faziam, geralmente, por invasões e conquistas, que por sua vez podiam disseminar doenças e epidemias.

De todo modo, a mortalidade e a natalidade foram as componentes mais determinantes da dinâmica demográfica no passado pré-industrial, uma vez que grandes fluxos migratórios internacionais ainda eram episódicos e pouco frequentes.

4.1.1 - As crises de mortalidade e sua superação

Por que o crescimento populacional e o equilíbrio da dinâmica demográfica dependiam tanto da mortalidade no passado? Provavelmente porque viver ou morrer dependia muito das condições de subsistência em um mundo no qual a agricultura produzia excedentes limitados, por ser pouco desenvolvida e estar submetida às condições naturais e às técnicas disponíveis. Os fatores terra – extensões significativas de solo fértil e bem drenado – e clima adequado à prática de agricultura eram decisivos para a expansão demográfica.¹ Fracassos sucessivos nas safras agrícolas traziam a fome e inúmeros foram os exemplos de mortes diretamente decorrentes da falta de alimentos. As dietas eram pobres em nutrientes, os cultivos, pouco variados, o gado, mal alimentado, as técnicas, atrasadas. Esse quadro só começou a se alterar na Europa após o uso das chamadas culturas miraculosas, milho e batata.

A fome aterrorizava. Gerava fugas para as cidades, conflitos e até canibalismo. No Oriente, cenas de canibalismo foram registradas na Índia, e mesmo na Europa havia exemplos dessas práticas. Além disso, debilitava o organismo e abria o caminho para as endemias e epidemias. Doenças como escorbuto, pelagra, beribéri, cólera, difteria, varíola, caxumba, coqueluche, escarlatina, tuberculose e gripes acompanhavam as trajetórias geográficas da fome. As migrações, por seu turno, levavam consigo vírus e bactérias, embora os micróbios também viajassem sozinhos.²

No continente europeu, a varíola atacou inúmeras vezes e foi uma das mais temíveis epidemias, até ser erradicada, no século XX. Mas a peste, de todas, foi a mais impressionante. A Peste Negra hemorrágica, muito mais virulenta que a antiga, bubônica, matava em poucos dias. As crianças eram as mais atingidas e os pobres mais

¹ A produção agrícola extensiva e de baixa produtividade tornava a incorporação de novos territórios uma necessidade para os povos mais prolíferos. Com o crescimento populacional as guerras por novos territórios faziam-se frequentes.

² Várias doenças transmitem-se, até hoje, pelo ar ou pelos pólenes, tendo como vetores os animais selvagens e domésticos ou os seres humanos.

suscetíveis à doença, embora os ricos não fossem poupados. As cidades e os estabelecimentos eram abandonados com a notícia de sua chegada, o que provocava a fuga dos ricos para outras cidades, casas de campo etc. A doença dizimava, às vezes, metade da população de uma aldeia ou cidade. A Europa perdeu perto de 25% de seus efetivos na peste no meio do século XIV. Com o passar dos séculos, a consciência dos riscos representados pelas pulgas do rato negro foi tão importante quanto os cuidados com a higiene para prevenir a epidemia.³

No passado, a chamada *triade maldita* – fome, epidemias e guerras – fazia das crises de mortalidade um fenômeno cíclico. Com a escassez e a má distribuição dos alimentos, logo surgiam doenças, insegurança, disputas e guerras, o que agravava o quadro já desolador, pois os próprios exércitos passavam a ser vetores de propagação de epidemias como tifo, cólera, varíola etc. Ademais, os efeitos indiretos da fome provocavam grandes flutuações no preço do trigo e de outros bens correntes. A agricultura era, na verdade, um termômetro da qualidade de vida; se menos diversificada, menor era a sobrevivência das populações. O exemplo da Escócia é emblemático: muito dependente do cultivo de batatas, padeceu de crise aguda de fome no século XIX, após praga generalizada, que liquidou com a produção desse tubérculo.

Mais contemporaneamente, as chamadas “pequenas eras glaciais” ganharam importância e constituem um fator a mais na explicação de algumas crises de mortalidade. As dinâmicas climáticas de menor duração teriam causado o esfriamento do Globo e o avanço das geleiras no século XVII, por exemplo, momento em que ocorreria uma das últimas crises de mortalidade de ampla magnitude. As coincidências com fomes agudas em diferentes partes do mundo no mesmo período histórico conferem credibilidade ao fator *bioclimático*, como sugere Fernand Braudel.

De todo modo, a partir do século XVIII, as grandes crises de mortalidade declinaram até praticamente desaparecerem, no século XX. As causas que explicam esse declínio são múltiplas, algumas interdependentes e outras ainda são objeto de controvérsias.

O acesso a novas terras em outros continentes permitiu aumentar a diversidade da dieta dos europeus com os novos cultivos e incremento protéico e calórico na alimentação. A agropecuária no Noroeste europeu, particularmente na Holanda e Inglaterra, vinha experimentando avanços extraordinários desde o século XVII, com a rotatividade de cultivos, o desenvolvimento tecnológico dos insumos e a melhoria nos transportes, o que amenizou os efeitos das más colheitas na região.

³ A propósito, uma tragédia ainda pouco documentada foi sem dúvida a resultante da chegada dos europeus no Novo Mundo. Com os contatos interétnicos, a sífilis e a gripe dizimaram um número incalculável de pessoas.

Entretanto, na Inglaterra de fins do século XVIII, um processo massivo de industrialização tornou a situação tão dramática que chegou a inspirar os escritos pessimistas de Thomas Malthus. A industrialização da época requeria a utilização intensa de mão de obra, o que provocou forte migração campo-cidade e fez surgir bairros operários com minúsculos casebres, em cidades insalubres, congestionadas e sem redes de infraestrutura. Os operários eram sacrificados em jornadas de trabalho excessivas, em ambientes poluídos, favoráveis à proliferação de epidemias. Tudo isso fez aumentar significativamente as taxas de mortalidade nas áreas urbanas nas primeiras décadas do século XIX, suplantando as taxas do meio rural.

Mas com o avanço da industrialização, gradativamente esse cenário iria alterar-se, sobretudo a partir de 1848.⁴ Enquanto o ataque à insalubridade se fazia em vários países europeus, a produção agrícola era impactada favoravelmente em decorrência de avanços técnicos, das novas máquinas e formas de energia. Bombas e motores, implementos agrícolas de metal, irrigação, adubagem e silagem incorporavam-se à produção agrícola. A agroindústria ganhava maturidade e a melhoria nos transportes e comunicações completavam o quadro, fazendo expandir a agricultura comercial voltada para a produção de alimentos. Na segunda metade do século XIX, as condições de vida nas cidades melhoravam e a esperança de vida iniciava uma longa trajetória de ascensão. A ação dos Estados nacionais tornava-se mais efetiva nos setores de saúde, ensino, infraestrutura. Daí em diante, a expansão da siderurgia generalizou o transporte ferroviário, o que propiciou a redução vertiginosa dos custos de transporte.

Diante dessas mudanças, o fim das crises de mortalidade foi, durante algum tempo, associado aos avanços da medicina, que se modernizava desde fins do século XVIII. Embora não se deva desprezar esse fator, as evidências não atestam a importância decisiva da medicina como elemento explicativo do declínio das grandes epidemias. Ainda pairam dúvidas sobre o assunto. Teria sido a adaptação do homem às velhas patologias, por meio de uma seleção natural, finalmente efetivada? As práticas higiênicas e de profilaxia e o combate aos focos e vetores tornaram-se de fato eficientes, quando o cientificismo ainda dava seus primeiros passos?

Não há dúvidas de que o advento da Saúde Pública foi essencial para o aumento consistente da esperança de vida, principalmente na Europa da segunda metade do século XIX. Antes disso, a vacina

⁴ Ano em que a Europa foi sacudida por uma série de movimentos insurrecionais, que deixaram como consequências a institucionalização de variados tipos de intervenções planejadas na esfera pública para o enfrentamento das graves condições sociais e sanitárias existentes nas principais cidades da época.

contra a varíola foi sem dúvida um marco na medicina, mas convém ter em conta que, no século XVIII, quando a medicina moderna ainda dava seus primeiros passos, o mundo ainda era dominado pela precariedade, superstição, tradição e vida rural.

Em torno de 1850-1860, ainda estavam muito vivas na memória da população as tragédias sociais da primeira metade do século XIX associadas aos surtos epidêmicos e aos movimentos de revolta contra governos e classes dominantes. Foi se tornando evidente que as máquinas públicas teriam que se aprimorar, incorporar novas funções, pessoal técnico e administrativo em quantidade. Nesse processo, surgiram novas legislações e procedimentos de fiscalização que procuraram eliminar ambientes urbanos insalubres, introduzir noções de higiene, normalizar as construções residenciais, proibir o trabalho de crianças nas fábricas, regular a jornada de trabalho, criar institutos de previdência e tornar a escolarização obrigatória. Com isso, gradativamente melhorou a saúde e o padrão de vida das pessoas. Declinava a mortalidade derivada do tifo, difteria e tuberculose, enquanto, de outra parte, aumentavam os salários e melhorava a distribuição dos alimentos.

Diante do processo de reestruturação nas esferas pública e privada (com o crescimento econômico e do emprego), houve, no século XX, prosseguimento das melhorias técnico-científicas do fim do século XIX, a despeito dos períodos catastróficos de guerra e depressão, como acredita Hobbsbawn em *A Era dos Extremos*. Dessa forma, fora dos períodos das duas guerras mundiais, os níveis de mortalidade nos países mais ricos continuaram em queda, em decorrência das melhorias nas condições de saneamento e no padrão de vida da sociedade. As descobertas da medicina dos anos de 1940 relacionadas às causas infectocontagiosas aceleraram o processo de declínio.

Atualmente há grande estabilidade nas taxas dos países desenvolvidos, mas surgiram novas patologias associadas ao stress, as quais, por sua vez, favorecem a expansão de causas degenerativas, cardiopatias, câncer, acidentes e suicídios. Adicionalmente, persistem os diferenciais por ocupação, classe e origem étnica. Na França, por exemplo, a mortalidade infantil dos filhos de operários e de imigrantes de origem africana ainda é relativamente alta e nos EUA o quadro não é muito diferente.

4.1.2 - Contextos socioespaciais desiguais e diferenciais de mortalidade

Nos países não desenvolvidos, os níveis de mortalidade declinaram de forma rápida e significativa, por causa da importação de técnicas de saneamento e de prevenção de doenças infecciosas. A queda da mortalidade nos países desenvolvidos se deu, entretanto, em prazos mais longos, respondendo às medidas que se conjugaram

com a elevação do “padrão de vida” daquelas populações. No mundo subdesenvolvido, persistem as causas associadas às condições ambientais e às precariedades na oferta de água tratada e esgoto sanitário, tais como pneumonias, bronquites, gripe, subnutrição, diarreias, disenterias e gastroenterites.

É possível rastrear as causas de mortalidade em função de fatores *não médicos* que ocorrem no âmbito da mortalidade infantil e se associam à educação da mãe e à situação socioeconômica, dissociando-os dos fatores associados à atenção médica e ao saneamento. Talvez por isso mesmo, torna-se indispensável considerar a instância político-institucional na qual são forjadas as políticas públicas de caráter social e econômico e as de saúde e atenção à mulher, porquanto podem resultar no combate bem-sucedido da mortalidade a custos relativamente baixos.

Para alguns autores, a importação de técnicas de saneamento e de prevenção de doenças nos países pobres teria atuado na queda geral da mortalidade. Tais práticas, entretanto, impõem elevados custos e prazos de maturação para que deem resultados, especialmente no que tange aos serviços de implantação e manutenção das redes de água e esgoto nas áreas urbanas. Daí a diminuição de ênfase que outros autores colocam no papel da Saúde Pública e nos cuidados médicos, argumentando que sem estarem conjugados com a melhoria no padrão de vida os resultados positivos são pouco consistentes.

Contudo, resta pouca dúvida sobre o papel decisivo da importação de tecnologias médicas na redução da mortalidade em países não desenvolvidos. Causas passíveis de erradicação através da imunização em massa e controle dos vetores, como malária, tuberculose, varíola, sarampo e coqueluche, respondiam por 50% da mortalidade. É provável que quase um terço da queda da mortalidade tenha sido também resultante do declínio das pneumonias, bronquites e gripes. Já outras doenças, como diarreias e gastroenterites, foram controladas por medidas mais onerosas (água tratada e esgotos). Não há dúvidas de que a prevalência dessas causas associa-se mais claramente a fatores socioeconômicos, como desnutrição, habitação precária e falta de conhecimentos de higiene pessoal.

De outra parte, os dados indicam que as diferenças por classes sociais ou ocupação nos países não desenvolvidos são muito maiores que nos países desenvolvidos. Estudos controlando variáveis que refletem padrão de vida (renda, ocupação, local de residência etc.) mostram acentuados diferenciais de mortalidade por setores populacionais.

Muitas análises já comprovaram a importância da educação da mãe como fator de redução da mortalidade. Isso porque a mãe escolarizada habilita-se a ler e entender avisos, bulas, indicações

nos bairros e hospitais, comunica-se com profissionais da saúde e influi nas decisões da família, ampliando seu papel de proteção aos filhos.

A questão da interligação dos fatores sociais e econômicos com o acesso aos serviços de saúde e a difusão de práticas de saneamento foram motivo de debates públicos. As evidências empíricas mostram a importância da participação política, porque pode resultar em ações econômicas de redução das disparidades sociais e regionais combinadas com políticas de saúde e atenção médica à mulher e à família.

Uma última observação sobre os efeitos da migração de tipo campo-cidade em países não desenvolvidos: mesmo nesses contextos, é evidente que a concentração de serviços médicos nas cidades trouxe evidentes ganhos em termos de condições de vida para os residentes urbanos. Todavia, com os fortes aumentos da imigração e da periferação urbana pode ocorrer o recrudescimento das causas de mortes associadas à pobreza. No Brasil, fatores não médicos, como educação, condições sanitárias e situação econômica, influem muito mais na mortalidade infantil. Em São Paulo, após décadas de declínio da mortalidade, houve piora desse indicador nos anos de 1970, quando a imigração alcançou níveis muito elevados.

4.1.3 - Da alta natalidade ao imperativo do filho como custo na modernidade

Durante milhares de anos nos quais a economia e a subsistência das comunidades humanas dependiam da agricultura, a natalidade era, em geral, elevada. Nessas sociedades pré-industriais, o patriarcado, o patrimonialismo e a transmissão de heranças atuavam obedecendo às lógicas de preservação de uma série de costumes e valores. Nelas os filhos representavam um benefício e não um custo. A família como fundamento da estrutura econômica e social dependia dos filhos no apoio às práticas agrícolas e como elemento de amparo à velhice. Havia todo um conjunto de fatores culturais e institucionais que se interpunham na reprodução, seja por meio da cooperação entre as famílias, sanções a comportamentos desviantes, divisão sexual de papéis nas comunidades, ou por formas de transmissão de heranças e patrimônios. Além disso, havia mecanismos reguladores típicos de certas regiões, como a instituição dos *servants* na Inglaterra, a qual funcionava deprimindo os níveis de fecundidade por afastar da vida sexual muitos jovens adultos até os 25 anos. Só a partir de então estariam “emancipados” do serviço doméstico, podendo gozar da poupança acumulada e, até, contrair matrimônio.

A questão da relação *custo-benefício* dos filhos foi sempre um divisor de águas na reflexão sobre a natalidade. Em sociedades pré-industriais há uma racionalidade própria que justifica a presença de muitos filhos, e não o atraso ou irracionalidade, como

alguns acreditavam. John Caldwell (1982) divide essas sociedades em *primitivas* e *tradicionais*. Nas *primitivas*, a terra é comunal e as instâncias econômica e sociocultural são indissociáveis. A cooperação individual e os papéis são claros e permanentes, e é usual o sistema de famílias estendidas de alta fecundidade, sem fortes laços entre os casais. Nas *tradicionais*, as presenças da Igreja e do Estado respondem pela segurança e assistência à comunidade, a produção gira em torno da unidade familiar (voltada tanto ao mercado quanto à subsistência) e o trabalho dos filhos é intenso, o que favorece a alta fecundidade, já que os fluxos intergeracionais de riqueza se dão a favor dos mais velhos.

As causas que explicam o declínio das taxas de natalidade nos países europeus não é uma questão resolvida definitivamente, nem livre de controvérsia. Contudo, o conhecimento acumulado permite arrolar uma série de fatores que atuaram decisivamente no comportamento reprodutivo das sociedades ditas modernas, mesmo que existam circunstâncias diferenciadoras entre os países, entre as regiões ricas e pobres e entre os diferentes períodos históricos em que o declínio ganhou mais intensidade e velocidade.

A tendência de crescimento do custo financeiro das crianças tornou-se uma imposição de um mundo que se tornava urbano-industrial. Reduzia-se a necessidade do trabalho infantil por força de novos valores éticos e morais e pela generalização daquilo que, mais tarde, viria a ser chamado de *sociedade do conhecimento*. Surgiu, na segunda metade do século XIX, o acesso à escolarização universal, o que passou a ser um requisito crescente de qualificação para o trabalho, fazendo dos filhos educados uma virtude. O mundo da escola estruturava-se nas ações do Estado, enquanto difusor de uma nova cultura e de novas ideologias que apostavam na modernização e no consumo. Isso fez com que a *escola* se tornasse uma das mais poderosas ferramentas na mudança do comportamento reprodutivo das populações contemporâneas.

Iniciava-se o que diversos autores nomearam de *individualismo*. Surgia o homem hedonista, crescentemente guiado pela vontade e razão mecanicista, com claras aspirações de mobilidade social. A partir de fins do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos da América, quando urbanização confundia-se com modernização, redução da natalidade começava a ser sinônimo de melhoria das condições de vida, liberdade e consumo.

As lógicas que presidiam a nascente cultura de massa, a numerosa mão de obra originária da transição demográfica europeia no século XIX – que alimentou uma migração transcontinental sem precedentes – e a gradativa inserção da mulher no mercado de trabalho davam sentido à ideia de controle da fecundidade.

O trabalho feminino iniciado na Primeira Guerra Mundial e generalizado com a Segunda tornaria mais próxima a ideia de emancipação feminina e de igualdade sexual.

Em meados do século XX, o “fantasma” da explosão demográfica (especialmente nos países pobres) ressurgiu e introduziu motivações culturais e institucionais em favor do controle da fecundidade. As posições da Igreja e de instituições socioculturais comunitárias tradicionais acabariam cedendo diante da secularização e da cultura de massa, que propagava o ideal de pequena família nuclear de classe média, como mostravam os filmes americanos. Os métodos contraceptivos pré-modernos passam a ser substituídos em meados dos anos de 1960, época em que emerge, para vários autores, a chamada revolução feminista e entra na agenda internacional a questão do gênero.

A fecundidade deixava de ser um fenômeno meramente biológico. A expansão do capitalismo industrial impactou muito mais profundamente a procriação humana do que a atração instintiva malthusiana. As causas que explicam o seu declínio são múltiplas e os chamados fatores não naturais afetam-na mais do que os fatores biológicos. Urbanização, ocupação, escolaridade (sobretudo da mãe), religião, raça e inserção socioeconômica são dimensões importantes que participam da transição da fecundidade, mesmo que as combinações entre elas sejam complexas, dependendo do lugar e do período histórico que se estude.

4.2 - A teoria de Malthus, suas críticas e a ameaça insepulta da fome

Thomas Malthus foi um dos nomes mais execrados na história das ciências sociais desde que seu famoso ensaio sobre população, publicado em 1798, tornou-se conhecido. Foi reprovado, injuriado, demonizado, odiado quando vivo e depois de morto, em 1834. Dizia-se que defendia a morte, a varíola e o infanticídio, a escravidão e a miséria dos pobres. Poucos se aventuraram a um juízo crítico mais consistente da teoria de Malthus, embora a longa vida de suas teses ainda desafiem o entendimento e inquietem os principais analistas do mundo inteiro até os dias de hoje. A grande oposição despertada por sua teoria talvez se associe ao forte pessimismo nela contido em visível contraste com as teses franca e “ingenuamente” otimistas da segunda metade do século XVIII, em sua maioria muito simpáticas ao crescimento populacional. A própria filosofia apostava em um caminho luminoso para humanidade, baseado na lei natural, na razão e no progresso.

A essência de sua teoria é relativamente simples e fundamenta-se em dois pilares bastante aceitáveis na época, o da imperiosidade das leis naturais e o da regulação dada pela moral cristã. O primeiro

rege a reprodução humana e o segundo coíbe “vícios” e práticas condenáveis como o aborto e o infanticídio. A natureza leva a natalidade ao máximo biológico, tendência tida como inelutável. Mas qual seria o limite da reprodução humana? A partir do que se observava nos EUA concluiu que o tempo de duplicação das populações situava-se em torno de 25 anos. A moral cristã-anglicana, por sua vez, consagra o casamento, a família, o trabalho e a previdência e condena a interrupção artificial da gravidez. Com base nesses fundamentos construiu sua teoria, a primeira teoria de população dotada de lógica interna consistente, a despeito de suas críticas e limitações. Seu modelo original contrapunha o crescimento da população com os limites da produção de alimentos. A população se multiplicava em tempo curto, como em uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32 ...), e os alimentos evoluíam mais lentamente, como em uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6, ...). O alimento dependia da disponibilidade de terra agricultável, um recurso limitado e escasso. A terra, ao contrário do ser humano, não se multiplica. A população, em sua trajetória de crescimento exponencial, acabaria sendo barrada pela fome, ou seja, pela impossibilidade intrínseca de a terra responder continuamente pela produção de alimentos requeridos pelo crescimento demográfico. Os chamados *checks positivos* seriam uma das formas de restaurar “naturalmente” o equilíbrio: a tríade maldita se instalaria, e a fome, as epidemias e as guerras seriam uma resultante do crescimento excessivo da população, como uma armadilha sempre presente na história da população mundial. Já os *checks preventivos*, pouco trabalhados na versão original da publicação de 1798, operam noutra direção. Alteram o imperativo biológico, seja por meio da anticoncepção e do aborto, práticas pecaminosas inaceitáveis, seja pelo retardo da idade do casamento ou celibato. Se contra as forças da natureza não se pode lutar, para se contrapor à atração sexual e ao instinto de sobrevivência, só restaria a prudência e a virtude como ideário recomendável, já que a procriação fora do casamento deve ser condenada. Isso significava que mais racional e desejável para a sociedade seria adiar a idade do casamento, já que o celibato se afigurava como uma opção não generalizável.

Malthus pautou suas convicções baseadas nesse arranjo teórico-conceitual e, como economista, influenciou várias gerações de estudiosos, além de ter sido uma espécie de espantalho que assombrou autoridades governamentais por muito tempo. Suas incursões na relação capital-trabalho são conhecidas e suscitaram reações negativas de toda a esquerda mundial em face da associação evidente que fazia entre os meios de subsistência e o equilíbrio dos salários dos trabalhadores. Daí a conclusão de que salários acima do mínimo de subsistência estimulariam o aumento da população, o que forçaria, mais tarde, a redução salarial, dado o excesso de

mão de obra. Instalava-se uma espécie de circuito vicioso, contra o qual nada se poderia fazer, em face das leis da natureza, da força da paixão entre os sexos, da busca pelo prazer etc.

Aferrado a essa lógica, Malthus acabou assumindo a postura anti-pática ao defender o fim da ajuda aos pobres e a não concessão de créditos para a construção de casas populares para os trabalhadores. Tais posições foram assumidas publicamente, não por ódio aos pobres, como tanto se pensou, mas porque, do alto de sua franqueza e coerência teórica, acreditava sinceramente que essas ajudas levariam ao aumento da reprodução, o que redundaria em miséria mais à frente. Curiosamente, sem que soubesse, estava inaugurando uma das bases do pensamento liberal, vivo até hoje e ainda contrário à ideia de concessões de recursos financeiros aos pobres. A ideia de acomodamento dessas famílias assistidas, de sua desistência de lutar contra as adversidades, pavimenta até hoje o ideário liberal (ou neoliberal), nas críticas aos gastos públicos dirigidos ao socorro “desnecessário” aos pobres, tarefa supostamente melhor realizada pelo próprio mercado.

Na maturidade, Malthus reconheceu a importância dos *checks preventivos* como freio ao crescimento demográfico, mais que os *checks positivos*, particularmente no tocante ao controle moral e ao estilo de desenvolvimento econômico que se anunciava à época. Mas a velha pergunta o atormentava: restrições morais são capazes de conter a libido, obstar a imensa paixão entre os sexos? A humanidade conseguirá se livrar da constante armadilha criada pelo excessivo crescimento demográfico?

Essa linha de raciocínio dificilmente se casaria com a ideia de progresso, tão glorificada desde aquela época. Assim, parecia não restar a Malthus outro destino a não ser o de regressista ou reacionário. Nas correspondências que trocava com o seu grande amigo, David Ricardo,⁵ grande inspirador das ideias econômicas de Marx, já se discutia sobre o futuro que se afigurava com a expansão do consumo. O comportamento do consumidor provavelmente seria objeto de uma atenção especial de empresas e governos. Nesse ambiente, alguns dos estudiosos que discutiam as teses malthusianas entendiam que os *checks preventivos* ganhariam expressão como resultado do progresso material e que a queda da fecundidade adviria naturalmente com a expansão econômica e as mudanças nos espaços de alta densidade demográfica, geralmente cidades.

⁵ Também pessimista, Ricardo não foi, entretanto, estigmatizado como Malthus. Mais hábil politicamente, o brilhante economista agradou aos empresários de seu tempo pela crítica contundente aos proprietários rurais, considerados incapazes de dinamizar a geração de riqueza, sempre com ganhos extraordinários às custas dos demais setores da sociedade. Ricardo, favorável ao livre comércio, se opunha à Lei dos Cereais, que dificultava a importação de alimentos e tornava alto o seu preço, o que deprimia as economias urbanas e protegia os donos de terras.

De todo modo, o catastrofismo de Malthus não se concretizou, a despeito das crises epidêmicas (de menor duração) que se abateram nas cidades industriais da Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX. Como vimos em tópico anterior, as condições de salubridade e o padrão de vida melhoraram na Europa, a dieta alimentar diversificou-se, os efeitos da industrialização se generalizaram e a própria natalidade começou a declinar significativamente.

Entre os críticos de Malthus, socialistas utópicos como Robert Owen e Fourier, bem antes de Marx e Engels, destacavam a diferenciação das classes sociais e a miséria dos trabalhadores como resultado da expansão do capitalismo. Daí o elenco de proposições igualitárias voltadas à redução das injustiças sociais, geralmente orientadas para o ordenamento socioespacial e aumentos de produtividade como meios de se evitar a superpopulação.

Desde 1848, ano do Manifesto Comunista, as críticas a Malthus tornaram-se teoricamente mais radicais. Marx diria que não existem leis gerais que expliquem o comportamento da população. A realidade social e econômica de cada contexto histórico é que define as variações no crescimento demográfico. Observava que havia leis históricas que determinavam não só a produção de riqueza, mas também as estruturas sociais, políticas e demográficas. Em outras palavras, cada formação social teria uma lei de população particular historicamente válida dentro dos seus limites. Neste sentido, o fenômeno da superpopulação é produto do processo de acumulação de capital, faz parte de sua dinâmica. É, simultaneamente, uma consequência e uma condição para a preservação do sistema produtivo, pois o excedente de população limitaria as perspectivas de obtenção de maiores salários pelos trabalhadores.⁶ O chamado “exército industrial de reserva” seria, portanto, um trunfo para a classe capitalista. Aqui, Marx deixou uma importante contribuição para os estudos populacionais, embora seja também datada, já que não se aplica a situações dos dias de hoje, em que parte do excedente populacional nem cumpre mais a função de reservatório de mão de obra, estando simplesmente descartado do mundo do trabalho.

Na verdade, as relações entre crescimento demográfico, salários e subsistência eram discutidas desde Malthus e Ricardo, embora com Marx, a discussão teórica tenha se aprofundado. As afirmações de Ricardo, bastante discutíveis na atualidade, ganhavam mais ênfase em Marx, quando dizia que óbitos e nascimentos em uma

⁶ Marx se apoiou na teoria do valor-trabalho de Ricardo, que sustentava que só o trabalho cria valor, e o “preço” de um bem podia se medir pela quantidade de trabalho embutido em sua produção. O próprio trabalho seria uma mercadoria especial, cujo preço, o salário, além de ser regulado pelo mercado de trabalho, levava em conta o nível mínimo de subsistência exigido pela manutenção do trabalhador. Marx viria dizer que o patrão paga aos trabalhadores esse nível mínimo de remuneração (tempo de trabalho “socialmente necessário” para produzir um bem ao mínimo de subsistência), mas impondo-lhe um número de horas adicional, para que assim surja uma mais-valia, um ganho obtido da exploração do trabalhador.

sociedade estão inversamente relacionados com os níveis salariais, o que resulta em diferentes graus de subsistência. Assim, menores salários equivalem a baixo nível de subsistência e maiores taxas de mortalidade e de natalidade.⁷

Mas, afinal, a velha questão de Malthus desapareceu? A agricultura asseguraria a produção de alimentos para grandes populações? Engels chegou a apostar no poder produtivo ilimitado da humanidade. Ciência e trabalho tornariam a agricultura apta a produzir excedentes suficientes para populações muito numerosas, e, nisso, o teórico estava certo. Com isso, entendia que a famosa lei dos rendimentos decrescentes da agricultura, um dos suportes da teoria de Malthus, caía por terra.

De fato, se Malthus estava equivocado em sua lei de população, já que a industrialização resolveu inúmeros gargalos na produção e escoamento dos alimentos, Marx e Engels, embora tenham avançado na análise sobre população e economia capitalista, apostaram muito alto no materialismo histórico, na força da ciência e do trabalho, talvez por não terem em devida conta os significados mais profundos da distribuição das terras emersas e dos solos agricultáveis. Mais ocupados com o tempo e as determinações históricas, não alcançaram a verdade óbvia para os dias de hoje: há limites para a exploração das terras agricultáveis e esses limites nem sempre podem ser resolvidos com mais trabalho e mais tecnologia. Há o problema da escassez relativa de recursos hídricos e os impactos sistêmicos que envolvem a relação sociedade e natureza.

Malthus de fato foi ressuscitado no pós-guerra com os neomalthusianos e a excessiva preocupação dos países ricos com a chamada “explosão” demográfica dos países pobres. As teses de Malthus foram reatualizadas, mas o fundamento de associar pobreza à sobrepopulação permaneceu incólume, assim como a premissa liberal de evitar comprometimentos de gastos do Estado com a assistência aos pobres, considerada inócua e sem retorno para o resto da economia. O enfrentamento da discussão envolvendo padrões de desenvolvimento econômico e dinâmica populacional era evitado.

A atualização da ideia malthusiana de “bomba populacional” se deu pela substituição da ameaça da fome e da insuficiência da produção alimentar pela ameaça ambiental derivada da degradação dos recursos naturais.⁸ Nesse quadro, tornou-se imperiosa a necessidade

⁷ Na atualidade, podem-se encontrar situações em que, mesmo em ambientes de baixos salários e desemprego, as taxas de mortalidade e natalidade são baixas em decorrência de políticas públicas acumuladas ao longo do tempo que fizeram declinar o crescimento vegetativo.

⁸ Contudo, não há dúvidas de que a problemática ambiental veio para ficar. A finitude do planeta foi colocada em causa, inclusive associada às formas de exploração de recursos não renováveis, à destinação dos ganhos dessa exploração e à distribuição da própria riqueza em uma economia mundializada. Por outro lado, a modernidade, ao que tudo indica, não afastou os obstáculos impostos pela natureza ou os tornou desprezíveis. São vários os exemplos de impactos resultantes

de vários países adotarem alguma política de controle da natalidade, como fizeram a Índia e a China, por exemplo. O debate sobre essa questão foi caloroso nos anos de 1970, momento em que organizações não governamentais agiam com vistas ao controle da fecundidade no Nordeste brasileiro (como a BENFAM). Gradativamente difundia-se pelo país um processo de “medicalização” da sociedade, dentro do qual algum tipo de controle da fecundidade passava a ser estimulado, não raro baseado em métodos contraceptivos irreversíveis, como a laqueadura de trompas. Todavia, exatamente nesse período, a fecundidade iniciava sua impressionante trajetória de queda no país, o que acabou diminuindo muito o debate público sobre políticas de natalidade desde então.

Talvez, a principal contribuição de Malthus tenha sido a erradicação da inocência e do otimismo que reinavam em seu tempo. Era um adepto da razão e do progresso, mas mantinha-se cético em relação aos rumos da sociedade; se deixada livre diante das forças da “natureza” ou da ordem das coisas, evoluiria para cenários de miséria e injustiça. Malthus fora honesto em suas postulações, mesmo que remando contra a maré.

Malthus não teorizou sobre o mundo não desenvolvido. Pensava na Inglaterra, Europa e EUA, regiões que, embora não tenha testemunhado, se desenvolveram fortemente no século XIX e afugentaram as ameaças associadas à sobremortalidade e *checks positivos* e reduziram a natalidade com o avanço da modernização urbano-industrial. Mas nos países pobres, onde os efeitos da globalização econômica fizeram diminuir a mortalidade no século XX, embora a natalidade tenha se mantido alta em muitas regiões, a questão populacional tornou-se dramática.

Por fim, em pleno século XXI ressurge a questão da fome em regiões de alto crescimento populacional, como África e Indonésia. Com a alta recente do custo dos alimentos, associada à elevação do preço do petróleo e à utilização de grandes extensões de áreas agricultáveis para a produção de biocombustíveis nos EUA, uma série de países dependentes do fornecimento de alimentos cedidos por países ricos se veem diante da aterradora ameaça milenar da morte por inanição. A questão não é mais a de que grandes populações são sinônimos de pobreza, afinal, a situação econômica da China, e até de boa parte da própria Índia, demonstram o contrário. O que se coloca em questão é para onde vão os ganhos da produção de riquezas no mundo globalizado, como se dá a distribuição de seus frutos e, finalmente, até que ponto um país pode depender das terras agricultáveis de outro

de fatores não econômicos, a exemplo das catástrofes que as “velhas” forças da natureza põem em marcha ciclicamente e que debilitam economias e ceifam centenas de milhares de vidas. Algumas dessas catástrofes vêm sendo associadas aos desequilíbrios provocados por formas predatórias de exploração dos recursos naturais, por si só capazes de causar desertificação, comprometimento de aquíferos, perdas de solos, mudanças climáticas, enfim, alterações ambientais capazes de afetar a saúde humana e as condições de vida de bilhões de pessoas dos dias de hoje.

país, impedido, portanto, de assegurar o mais básico dos direitos, o da sobrevivência humana longe da fome e de doenças oportunistas perfeitamente evitáveis. Estimativas recentes indicam que cerca de 1,2 bilhões de pessoas convivem com problemas de fome, em 2008. O preço das *commodities* passou a ser um regulador dos preços dos alimentos, a grande alta de preços de 2007 repercutiu nos custos de produção no mundo inteiro e a queda no preço das *commodities* em 2008 não trouxe os preços dos insumos agrícolas aos níveis anteriores. Tudo indica que o preço dos alimentos irá se comportar como o das *commodities*. Após o grande aumento de demanda com a inserção de centenas de milhões de chineses e indianos na cultura de consumo de massa do Ocidente, alimentos a baixo preço no mercado internacional tornar-se-ão, em breve, uma vaga lembrança do passado.

4.3 - A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA, A TEORIA E SUAS LIMITAÇÕES

Antes de apresentar a teoria da transição demográfica propriamente dita, expõe-se na sequência o esquema gráfico que traduz o fato transição demográfica em si, isolado de qualquer teoria explicativa, reportando-se apenas às evidências que indicam a redução das taxas de mortalidade e natalidade na modernidade em vários países, por razões variadas e em momentos distintos.

O esquema abaixo, útil apenas para fins didáticos, mostra as defasagens temporais, o nível das taxas, a velocidade diferencial dos declínios e as trajetórias da mortalidade e natalidade em países desenvolvidos e não desenvolvidos.

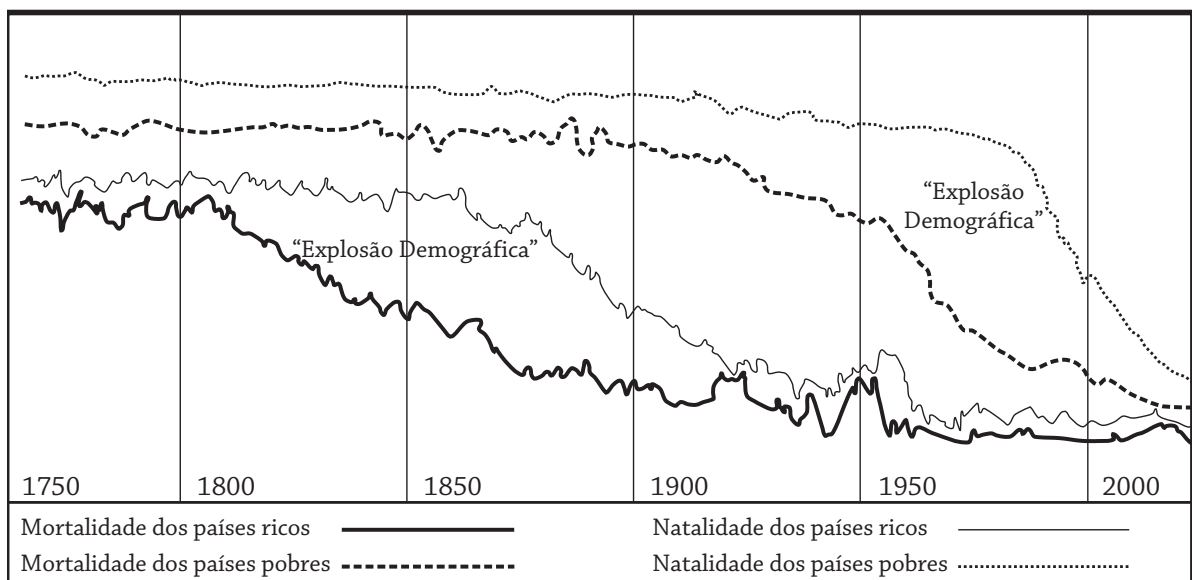


Figura 4.1 - Esquema conceitual da transição demográfica
Elaboração: Ralfo Matos.

A transição demográfica, a rigor, é a simples passagem de uma situação em que as taxas de mortalidade e natalidade eram altas, para outra em que essas taxas tornam-se baixas. Comumente se divide essa passagem em duas etapas: na primeira cai a mortalidade, mas a natalidade permanece alta, o que resulta na produção de elevados excedentes populacionais resultantes da elevação do crescimento vegetativo. Na segunda etapa, a fecundidade declina até se aproximar das taxas de mortalidade e se estabilizar em níveis baixos de crescimento vegetativo. Os países desenvolvidos geralmente experimentaram primeiro essas reduções, às vezes bem antes que os países não desenvolvidos. Há regiões que apenas recentemente começaram a conviver com a queda da mortalidade, embora sem a continuidade verificada nos países ricos. Como visto anteriormente, a Europa viveu, desde as primeiras décadas do século XIX, declínios consistentes da mortalidade, à medida que o saneamento nas cidades se expandia (lentamente, é verdade) e outros fatores atuavam na derrocada das crises de mortalidade, mesmo que isso tenha variado de país a país. Até mais ou menos 1860-1870, a queda da mortalidade antecederia o declínio da natalidade. Por várias décadas, a Europa produziu excedentes populacionais inusitados. A partir daí, até cerca de 1920, a fecundidade completara sua trajetória de queda e a transição demográfica estava consumada. Os EUA acompanharam de perto essas tendências e as famílias americanas nos anos de 1930 já eram bem menores que no passado.

A transição nos países não desenvolvidos é subsequente à dos países ricos, mas incompleta em muitas regiões. Incorpora uma larga defasagem temporal e alta velocidade a partir do momento de queda, especialmente no tocante à queda da mortalidade desde os avanços da medicina dos anos de 1940.

4.3.1 - A teoria

A teoria da transição demográfica foi uma tentativa de desenvolvimento de mais uma teoria de população, com alto grau de generalidade e com uma lógica interna aparentemente convincente. Talvez a necessidade de uma teoria tenha surgido diante das evidências de queda da fecundidade nos EUA e em países europeus, a ponto de preocupar as autoridades com o possível despovoamento de territórios produtivos, ou com a falta de efetivos para as corporações militares etc. Várias teorias procuravam explicar o fenômeno, e a ideia de que sociedades urbano-industriais modernas fazem deprimir a natalidade ganhou força, especialmente se contraposta

à perspectiva de melhora do padrão de vida das famílias de poucos filhos, ao lado da afirmação do próprio individualismo nos países de capitalismo maduro.⁹

A teoria surgiu da simples observação do declínio das taxas de mortalidade e natalidade em países desenvolvidos e da conclusão de que isso seria uma tendência inexorável de todos os povos. Essa explicação gerou muitas controvérsias, não se comprovou efetivamente na prática, embora a ideia de transição continue importante, inclusive porque se tornou usual não só falar em transição demográfica, como também em transição da mortalidade e transição da natalidade. A ideia em si é simples, o declínio das taxas é resultado de um conjunto de razões claras e reconhecíveis na modernidade.

Os dados dos países desenvolvidos levaram Nottestein a acreditar que as transformações impunham um conjunto de ordenamentos que toda a humanidade haveria de percorrer. De um modo ou de outro, a crença nas forças da *globalização* é subjacente a essa teoria, formulada nos anos de 1920. Em uma primeira etapa, na fase pré-industrial, prevaleciam as altas taxas de mortalidade e natalidade. Com a generalização da indústria surgiria uma segunda fase, na qual a mortalidade declinaria, embora permanecesse alta a natalidade. O crescimento demográfico dá origem ao período frequentemente chamado de explosão demográfica. Com a expansão da industrialização e da urbanização, surgiria uma terceira fase a partir da queda da natalidade, o que faria com que as duas taxas se tornassem próximas. Nesse momento, o controle da natalidade já se tornara uma realidade e a transição demográfica estava completa.

A teoria estabelece vinculações entre a modernização dos estilos de vida derivados do processo de industrialização e urbanização dos países ricos e o individualismo e a perda de função das famílias numerosas, já que o bem-estar de todos associa-se com a perspectiva de ascensão social, expansão do consumo, exemplos documentados em sociedades brancas do Ocidente capitalista.

A teoria padece, portanto, de limitações sérias. Seu caráter muito genérico na tentativa de construir uma explicação da dinâmica demográfica para toda a experiência histórica do Ocidente já foi bastante criticado. Vários exemplos contrariam a teoria, como o próprio *baby boom* do pós-guerra em vários países desenvolvidos,

⁹ Durante algum tempo, as explicações eram, sobretudo, de fundo sociocultural. Pensava-se que comportamentos de tipo hedonista favorecessem o surgimento de novos valores e atitudes baseados na razão e no individualismo. Valia a pena então controlar o número de filhos. Posteriormente, como já visto anteriormente, outras dimensões socioculturais e econômicas se juntaram às anteriores e introduziram mais consistência na explicação do declínio da fecundidade. A escolarização universal, a cultura de massas e a inserção da mulher no mercado de trabalho tornaram-se fatores essenciais para a explicação da transição da fecundidade.

além da falta de precisão histórica para casos como os da França, Suécia, Hungria, Espanha, países nos quais a natalidade já declinara bem antes da industrialização moderna, por razões associadas à apropriação de terras e formas de transmissão de heranças. O desconhecimento de particularidades históricas de cada país comprometeu irreversivelmente o alto grau de generalidade pretendido pela teoria.

Os fundamentos da teoria, baseados na passagem inexorável de uma situação *não moderna*, geralmente rural, primitiva, para uma situação *moderna*, avançada, desenvolvida, geralmente em ambientes urbanos, são altamente discutíveis. Há uma falsa suposição baseada na ideia de que “antigo” equivale a contextos onde predominam famílias estendidas, e “novo” equivale a ambientes em que predomina a família nuclear, pequena. Esse viés faz crer que no passado a ignorância e a irracionalidade prevaleciam, enquanto no presente se dá o inverso, o que é uma simplificação inaceitável.

A transição mais essencial, conforme visto anteriormente, foi a da passagem da produção familiar para a produção capitalista, momento em que houve ruptura de padrões sociais e culturais. Tornou-se crescente a dependência de milhões de pessoas dos processos arrolados pelas economias de mercado (assalariamento, monetização e consumo).

4.3.2 - O exemplo brasileiro e a transição em regiões não desenvolvidas

No Brasil e em países chamados *emergentes*, as taxas de mortalidade caíram antes das taxas de natalidade, principalmente em razão da importação de tecnologia médica, o que significa vacinação em massa, uso generalizado de antibióticos no combate às doenças infecciosas, produção em larga escala de remédios industrializados e presença de equipamentos de saúde. Diferentemente dos países desenvolvidos, a mortalidade não declinou como resultado da melhoria das condições de vida, aumentos salariais, avanços na área de saneamento e na Saúde Pública. Assim sendo, em bem menos tempo, a transição da mortalidade praticamente se consumara nesses países, o que repercutiria no incremento do crescimento demográfico.

Mas no Brasil a natalidade não tardaria em diminuir. Se a mortalidade declinara expressivamente desde os anos de 1940, a natalidade iniciou sua tendência de queda já em meados dos anos de 1960.

A despeito do acesso fácil e crescente aos meios contraceptivos modernos é essencial ter em mente que, antes disso, há de haver a propensão ao controle da fecundidade por parte das famílias. Só assim é que os indivíduos procuram informações sobre o assunto e começam a adotar pautas de comportamento associadas à racionalidade econômica típica do capitalismo moderno.

No Brasil, essa questão já suscitou várias discussões há algumas décadas, mas na atualidade é possível arrolar alguns fatores que explicam, em larga medida, essa propensão das famílias em controlar a prole.

A passagem da *subsistência* à economia de mercado é sempre um pressuposto a considerar. Por exemplo, antes, nas áreas de colonização da cafeicultura do oeste paulista, predominavam relações não monetárias e alta fecundidade, porquanto ter mais filhos significava mais renda derivada do trabalho agrícola, e o casamento precoce fazia parte dessa realidade. Mais tarde, com o fechamento das fronteiras agrícolas, esse sistema alterou-se e as mulheres engajaram-se no trabalho, o que teria dado origem a um processo de proletarização das famílias. Nesse contexto, a migração de tipo campo-cidade participou do processo de mudança e constituiu um estímulo à redução do número de filhos, já que nas cidades os filhos tornam-se custos e os ganhos da economia de subsistência desaparecem. As famílias são obrigadas a arcar com gastos em habitação, alimentação, transportes, entre outros.

Nesse ambiente, a inserção crescente da mulher no mercado de trabalho talvez seja o fator mais importante que explique a queda da fecundidade, o que tende a ocorrer em várias regiões pobres que se tornaram urbano-industriais no século XX. Isso porque situações de achatamento salarial e precarização do trabalho em momentos de expansão econômica acabam impondo a necessidade de trabalho excedente (horas extras) e da inserção dos membros da família no mercado de trabalho. Não raro, tal necessidade significava sobrejornada de trabalho para as mulheres, diminuição do tempo de lazer, redução da libido etc.

Mudanças no âmbito econômico-institucional também afetaram a fecundidade, como o fim de velhas profissões e a emergência de novas ocupações; o desenraizamento e a fragmentação do tecido social; a integração social via mercado; maior presença do Estado na vida social e expansão dos meios de comunicação de massa.

O Estado, ao instituir a previdência social, investir na área de educação e saúde, melhorar o saneamento básico e as comunicações, não obstante a deterioração de condições de vida de parte significativa da população, favoreceu inequivocamente a redução da fecundidade.

Por outro lado, a chamada “ocidentalização” do país aprofundou-se com a difusão das comunicações de massa e dos valores associados a famílias pequenas. O modelo seria o da família nuclear de classe média, de poucos filhos, na qual a juventude e a beleza são cultivadas, algo exaustivamente mostrado nas novelas de TV.

Esse conjunto de fatores explica a impressionante continuidade da queda da fecundidade mais recentemente, ao lado da continuidade de práticas médicas e comerciais que favorecem a difusão de métodos contraceptivos modernos no Brasil.

4.4 - POR UM ESFORÇO DE SÍNTESE

Qualquer síntese esquemática do crescimento da população mundial pode ser objeto de controvérsias, dadas as tantas diferenças históricas culturais, econômicas e regionais que participam da dinâmica demográfica nos ecúmenos mais densos, desde o aparecimento do homem moderno no planeta. Algumas generalizações são, entretanto, cabíveis, o que vários autores já tentaram fazer, talvez pelo apelo didático que estas podem exprimir, a despeito das diferenciações existentes; talvez pela tentação de apostar no que é comum a todas as populações humanas, diferentes, mas com muito mais características similares do que a princípio parece.

Assim, é perfeitamente aceitável a premissa de que sob determinadas condições o ritmo de crescimento demográfico pode ser mais expressivo do que em situações nas quais as adversidades são extremas. Não é por outra razão que tantos de nossos ancestrais desapareceram, seja porque não estavam suficientemente equipados em termos anatômicos, seja porque com seus atributos físicos não suportaram as hostilidades que o planeta lhes impunha ao longo das dinâmicas climáticas de longa duração. Sabe-se que o crescimento demográfico das populações pré-históricas que sobreviviam da caça e coleta era muito baixo, sobretudo se comparado com o crescimento resultante do advento da agricultura, a partir do Holoceno. Sobre a caça-coleta se impunha a exigência do nomadismo como regra, e nesse mundo não só era reduzida e quase inexpressiva a produção de riqueza nas comunidades *sapiens sapiens*, mas era relativamente alta a mortalidade e baixa a natalidade. A migração, provavelmente de tipo sazonal e circular, variava com as condições de escassez e abundância da caça e vegetais nos territórios reconhecidos pelas comunidades. Aqui se pode identificar um padrão demográfico peculiar, ou, procurando dar mais abrangência temporal a esse padrão, nomeá-lo de regime demográfico de baixo crescimento demográfico.

Com o fim do degelo e o surgimento da agricultura, outro regime demográfico se afirmaria. Os componentes da dinâmica demográfica alteraram-se e o crescimento das populações que praticavam a agricultura experimentou um novo ritmo de expansão, bem superior ao das comunidades de caçadores-coletores. A natalidade tornou-se alta e sem restrições, enquanto a mortalidade era elevada, mas cíclica, muito associada ao desempenho da agricultura e à produção de riquezas, que se mostrava mais expressiva nas regiões de agricultura e comércio mais desenvolvidos. Os movimentos migratórios são pouco frequentes e geralmente derivam do crescimento demográfico excessivo ou das dificuldades resultantes das crises de mortalidade, guerras etc.

Um terceiro regime demográfico se iniciaria com a emergência das sociedades urbano-industriais a partir de fins do século XVIII. Sua característica mais marcante é o vertiginoso crescimento demográfico posto em marcha pelas transformações deflagradas pela industrialização massiva na Inglaterra e no Noroeste europeu. A mortalidade gradativamente evolui das altas taxas do passado para baixas taxas. Em seguida, a natalidade também se desestabiliza e tende a reduzir-se com o aprofundamento da industrialização e urbanização. Nesse contexto, as migrações tornam-se muito altas, tendem a se tornar altíssimas com a mundialização das economias capitalistas, sustentadas pela produção de inovações e pela dinâmica de ciclos de crise e recuperação. É quando assiste-se a um dos mais formidáveis períodos de produção de riqueza da história do homem. As grandes mudanças econômicas, sociais e culturais, a reconstrução dos países sob o signo dos Estados nacionais promoveram impressionantes deslocamentos populacionais desde o século XIX, aguçados nos períodos de guerras e depressão econômica no século XX.

Um quarto regime demográfico se anunciaria apoiado nas economias urbanas pós-industriais, no qual a grande maioria da população estaria ocupada nos serviços, distante da agricultura e indústria? Nesse mundo hipotético, como sugerem alguns dados das Nações Unidas, as taxas de natalidade e mortalidade seriam baixas, de tipo pós-transicional, o crescimento da população mundial se reduziria significativamente e o envelhecimento da população seria um problema. As migrações seriam menos elevadas, talvez em fluxos de menor distância, e a própria produção de riquezas tenderia a ser menos explosiva, embora importante, estruturada por plantas industriais móveis e por uma agroindústria muito mais dispersa espacialmente, integrada a um sistema capitalista multipolarizado, diferente dos dias de hoje. O quadro abaixo resume essas observações.

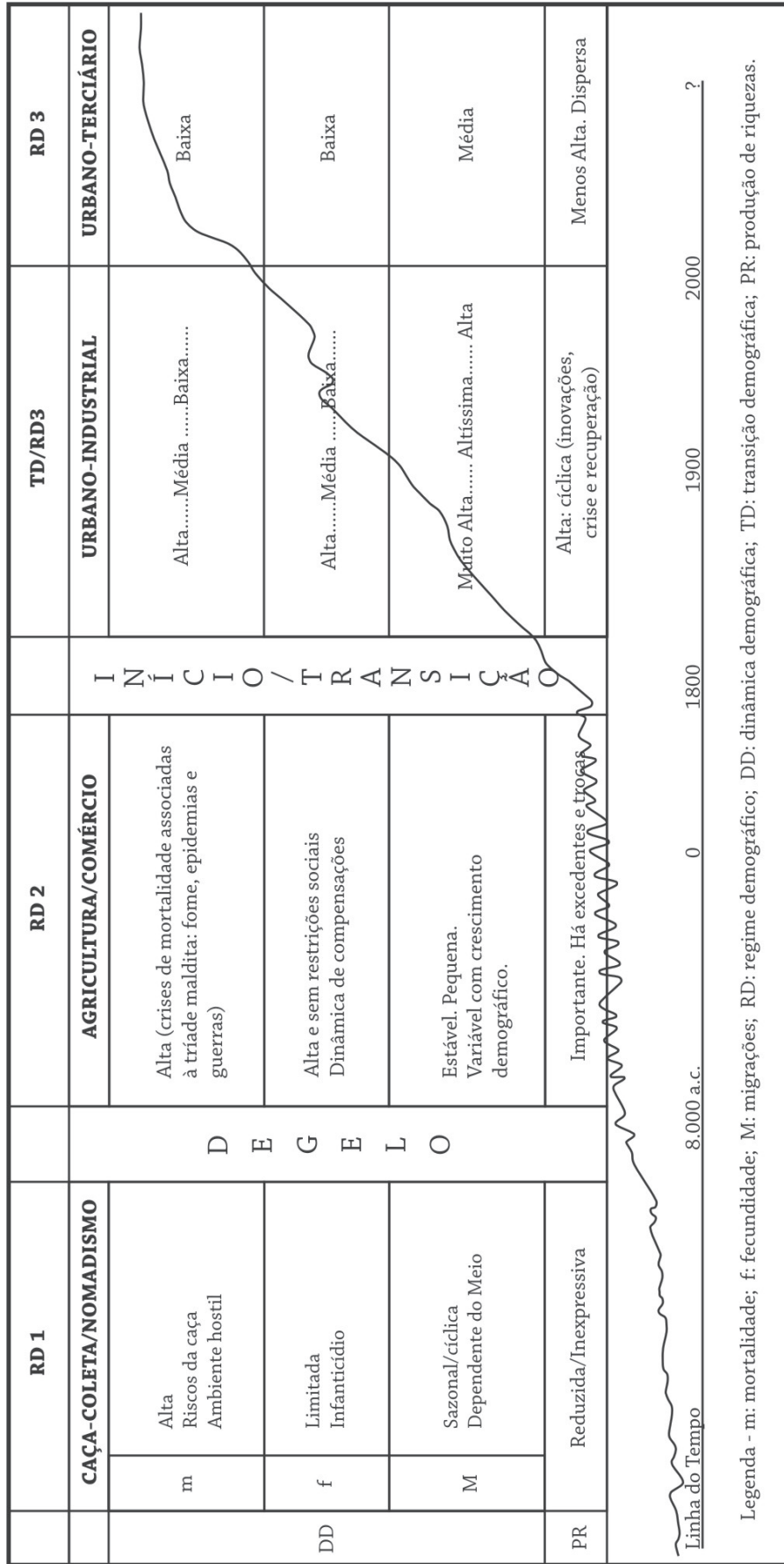


Figura 4.2 - Ritmo de crescimento da população mundial, regimes demográficos e produção de riqueza - Esquema teórico-conceitual
Elaboração: Ralfio Matos.

4.5 - CONCEITOS E MEDIDAS TÉCNICAS DE MORTALIDADE E NATALIDADE

Antes de apresentar as medidas mais usuais de mortalidade e natalidade convém sublinhar a importância da *estrutura etária* das populações humanas – comumente chamada de pirâmide etária por sua forma gráfica mais tradicional –, recurso analítico indispensável para se fazer um reconhecimento preliminar da dinâmica demográfica.

O exame atento da estrutura por sexo e idade de uma população em vários momentos do tempo permite observar uma série de aspectos relevantes, alguns deles enumerados nos itens de 1 a 5:

- 1) Distribuição de homens e mulheres nos vários grupos de idade: se há desequilíbrios na população jovem (0 a 14 anos), ou na população adulta (15 a 59 anos), ou na população idosa (60 anos ou mais);
- 2) Eventos que afetaram uma dada população ao longo do período de tempo coberto pelo gráfico (guerras, migrações, catástrofes naturais etc);
- 3) Casos em que a mortalidade e a natalidade permanecem sistematicamente altas. Vários países pobres apresentavam pirâmides com bases muito largas, seja pela combinação das taxas altas das duas componentes, seja pela redução da mortalidade na infância (o que resultava em maior alargamento da base da pirâmide);
- 4) Casos em que a natalidade começa a declinar fortemente, o que provoca o estreitamento da base da pirâmide, ou situações em que ocorre o oposto, como o *baby boom* do pós-guerra em países europeus;
- 5) Contextos em que a mortalidade e a natalidade reduziram-se há bastante tempo e a própria forma da pirâmide alterou-se com o alargamento do gráfico nas faixas de idade mais avançadas, situação que explicita o envelhecimento mais ou menos acelerado da população.

A estrutura etária pode também ser controlada por subgrupos populacionais, o que permitiria concluir sobre eventuais idiossincrasias associadas a raça, religião, renda etc.

4.5.1 - Crescimento vegetativo

Nas análises demográficas é imprescindível o exame cuidadoso do ritmo de crescimento da população e dos componentes que afetam esse crescimento. Tais componentes, restritos a mortalidade, natalidade e migração, sugerem uma noção conceitual muito conhecida, a do *crescimento vegetativo*.

Baseado no suposto da existência de populações fechadas, ou seja, de populações em que a imigração e a emigração são desprezíveis ou inexistentes, o crescimento demográfico, nesses casos, é totalmente explicado pelas mortes e nascimentos: $P_{t1} = P_{t0} + N\Delta t - O\Delta t$. Assim sendo, as mudanças no estoque de indivíduos da mesma população no períodos t_0 e t_1 , são resultantes da subtração de $N\Delta t$ e $O\Delta t$, respectivamente os nascimentos e óbitos verificados no período Δt .

Esse tipo de conceito é necessário para a realização de estimativas demográficas e para isolar os efeitos da natalidade, mortalidade e migração em um país ou região durante um determinado intervalo de tempo.

Não se deve perder de vista a imbricação das componentes natalidade, mortalidade e migração, sem o que a análise demográfica perde substância, abrangência e profundidade, mesmo que para fins didáticos seja conveniente tratar separadamente esses componentes, como se fará em sequência, dada a complexidade de fatores que intervieram nas variações do número de nascimentos e mortes a longo prazo, ou mesmo nos últimos 200 anos.¹⁰

4.6 - MEDIDAS USUAIS NO ESTUDO DA MORTALIDADE

4.6.1 - Taxa Bruta de Mortalidade (TBM)

A Taxa Bruta de Mortalidade é uma medida de risco dependente da intensidade de óbitos registrados em cada idade e de sua distribuição proporcional ao longo da estrutura etária. Representa o número de óbitos durante um ano em uma população de referência situada no meio deste intervalo temporal e pode ser representada por $TBM = (O_t / P_t) 1.000$.

É útil para ilustrar declínios históricos em uma mesma população, mas é inadequado para efetuar comparações entre países porque não elimina os efeitos das diferentes estruturas etárias. Países com taxas semelhantes podem possuir composições por sexo e idade muito distintas. Regiões com envelhecimento da população muito avançado, por exemplo, tendem a apresentar taxas de mortalidade “naturalmente” altas, próximas às de países pobres.

¹⁰ Para vários autores, esse período coincide com o advento da modernidade, ou modernidade capitalista, algo equivalente à expansão mundial mais vigorosa das economias de mercado baseadas na industrialização e urbanização

Tabela 4.1
Exemplos de taxas brutas de mortalidade em 1976 (por 1.000)

África	América Latina	Ásia	América do Norte	Europa / URSS	Oceania	Países Desenv.	Países não Desenv.
18-20	9	12-14	9	10	9	9	13-14

Fonte: Moreira, Silva e Mclaughlin, 1982.

Tabela 4.2
Estimativas de taxas brutas de mortalidade para o Brasil entre 1840 e 1970 (Por 1.000)

1840/1870	1871/1890	1891/1900	1901/1920	1921/1940	1941/1950	1951/1960	1961/1970
32,3	29,5	27,8	26,4	24,8	20,9	14,2	12,0

Fonte: Moreira, Silva e Mclaughlin, 1982.

4.6.2 - Taxa Específica de Mortalidade (TEM)

A Taxa Específica de Mortalidade é uma medida que resolve a insensibilidade da TBM com respeito às diferentes estruturas etárias de países ricos e pobres. Como o próprio nome indica, trata-se de um indicador que é calculado para os diversos grupos etários de uma dada população, e os resultados devem, preferentemente, ser graficados. As curvas que expressam as taxas específicas de mortalidade geralmente evoluem historicamente de um padrão em U para um outro na forma J, à medida que diminuem o excesso de óbitos de recém-nascidos.

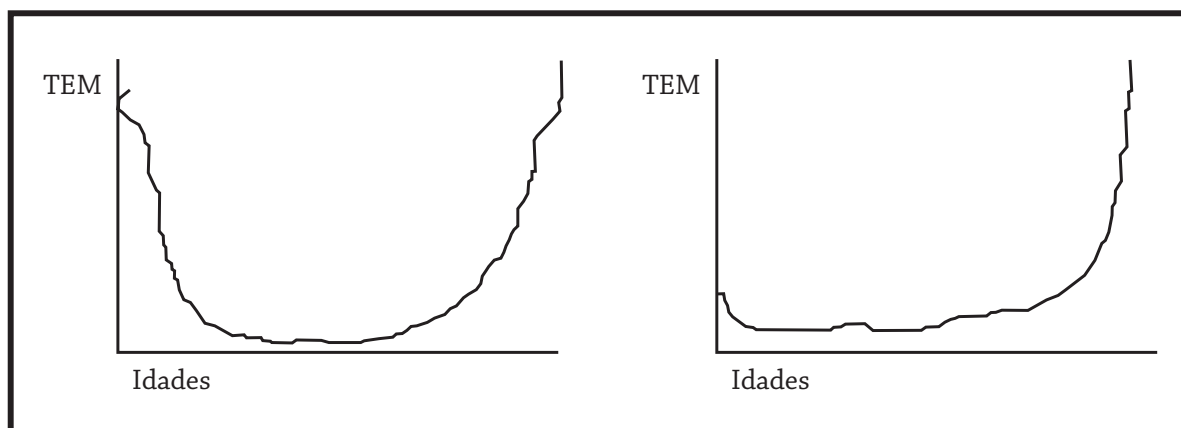


Figura 4.3 - Trajetórias da mortalidade em países pobres e ricos
Elaboração: Ralfo Matos.

4.6.3 - Taxa de Mortalidade Infantil (m)

A Taxa de Mortalidade Infantil é um indicador de grande importância nos estudos populacionais, sendo, frequentemente, utilizado como medida de qualidade de vida. Representa o risco de morte que um nascido vivo tem de vir a falecer antes de completar um ano de idade.

Diversamente das taxas anteriores, m envolve a noção de probabilidade. Difere da Taxa Específica de Mortalidade (TEM) na faixa 0-1 ano, embora ambas tenham o mesmo numerador (óbitos de crianças entre 0 e 1 ano). A TEM possui como denominador a população com idade inferior a um ano, enquanto a m tem como denominador o número de nascidos vivos durante o ano. O denominador desta última, no mesmo ano e lugar, é sempre maior do que o denominador da TEM. Alguns países não desenvolvidos possuem TBMs semelhantes às dos países desenvolvidos, o que não ocorre com as taxas de mortalidade infantil. Nesse caso, as taxas são muito diferentes, sempre maiores nos países pobres. As causas infectocontagiosas explicam boa parte dessas diferenças e se os dados de óbitos puderem ser desagregados durante o ano isso pode ser mais evidenciado.

Nos estudos mais detalhados sobre a mortalidade infantil, é necessário observar as diferenças entre a mortalidade *neonatal* e a mortalidade *pós-neonatal*. Durante o primeiro ano de vida, a mortalidade é claramente diferenciada, os óbitos se distribuem de forma desigual ao longo desse período. O componente *neonatal*, referente aos 28 primeiros dias de vida (0-28), quando menor que o *pós-neonatal* (mais de 28 dias) indica uma incidência de mortalidade tardia, onde prevalecem as causas *exógenas*, como ocorre nas regiões subdesenvolvidas. Nos países desenvolvidos, a mortalidade *neonatal* é a mais expressiva na mortalidade infantil, sendo geralmente associada a causas de difícil erradicação.

4.6.4 - Esperança (ou expectativa) de vida

A esperança ou expectativa de vida é a medida resumo que possui a vantagem de absorver toda a estrutura etária em uma média única, ou seja, *esperança de vida ao nascer* (e_0). Se e_0 for igual a 50, uma criança nascida viva sobreviverá, em média, até os 50 anos, se mantidos os níveis de mortalidade verificados nos diferentes grupos de idade.¹¹ Alguns exemplos:

¹¹ Para o cálculo da esperança de vida, é importante considerar dois conceitos chaves em demografia: a) Coorte, conjunto de pessoas com um mesmo evento em comum no tempo; b) população estacionária, aquela em que o número de nascimento é igual ao número de mortes.

Tabela 4.3 - Taxa Bruta de Mortalidade, Taxa de Mortalidade Infantil e Esperança de Vida dos continentes

Continentes	T.B.M. (/1000)		T.M.I.		Esperança de Vida ao nascer	
	1985-90	2007	1985-90	2007	1990-95	2007
África	15	14	45	86	54	53
América do Norte	9	8	15	6	76	78
América Latina	8	6	29	24	68	73
Ásia	9	7	28	48	65	68
Europa	11	11	13	6	75	75
Oceania	8	7	20	27	76	75

Fonte: United Nations Statistics Division, Demographic Yearbook.

4.7 - MEDIDAS USUAIS NO ESTUDO DA NATALIDADE

Diferentemente da mortalidade, a natalidade depende essencialmente da iniciativa humana. Por essa razão retira-se do evento “nascimento” outros conceitos que suportam melhor a ideia da ação humana. Os significados dos termos fecundidade e fertilidade ilustram bem essa ideia. Enquanto a *fertilidade* representa o potencial reprodutivo das mulheres, sendo, portanto, uma noção mais especificamente biológica, a *fecundidade* diz respeito ao resultado da capacidade reprodutiva das mulheres; refere-se, por conseguinte, a uma fertilidade traduzida em filhos.

Já a *natalidade* indica nascimentos que ocorrem em uma dada população, ou o número de nascimentos em relação à população total. É também um conceito suficientemente claro associado a um evento vital.

4.7.1 - Taxa Bruta de Natalidade (TBN)

A Taxa Bruta de Natalidade é a maneira mais simples de se medirem os nascimentos em qualquer população. Representa o número de nascidos vivos (NV) em um ano para cada mil pessoas da população:

$$TBN = (NV/Pt) \times 1.000.$$

É um indicador muito afetado por três fatores: pela percentagem da população em idade reprodutiva, pela intensidade maior ou menor do número de matrimônios (ou algum tipo de união) e pela idade média em que se casa a população. É, entretanto, uma medida útil para estabelecer comparações para uma mesma região ou país em diferentes momentos do tempo e para fazer algumas inferências preliminares sobre o crescimento da população.

Em 1976, as TBNs dos países mais desenvolvidos giravam em torno de 16/1.000, nos países menos desenvolvidos entre 34 e 39 por 1.000, e em escala mundial, entre 29 e 33 por 1.000.

4.7.2 - Taxa Específica de Fecundidade (TEF)

Ao se trabalhar com indicadores de fecundidade restritos à população feminina em idade reprodutiva, cujo intervalo etário convencionalmente abrange as idades entre 15 e 49 anos, a análise ganha consistência ao utilizar a taxa específica de fecundidade (TEF) como medida. Isso porque permite fazer comparações entre diferentes países e regiões, mesmo nos casos em que a proporção de homens é muito discrepante, por força da emigração ou imigração.

A TEF representa o quociente entre os nascidos vivos de mães pertencentes a um determinado grupo etário pelo número total de mulheres do mesmo grupo.¹² Após o cálculo das TEFs recorre-se à transformação dos resultados em gráfico, o que faculta análises comparativas entre distintas populações (como as das áreas urbanas e rurais mostradas na figura abaixo). Visualmente podem-se observar diferentes cúspides nas estruturas etárias graficadas, o que, inclusive, indica, mediante vários exemplos, a existência de situações de controle da natalidade.

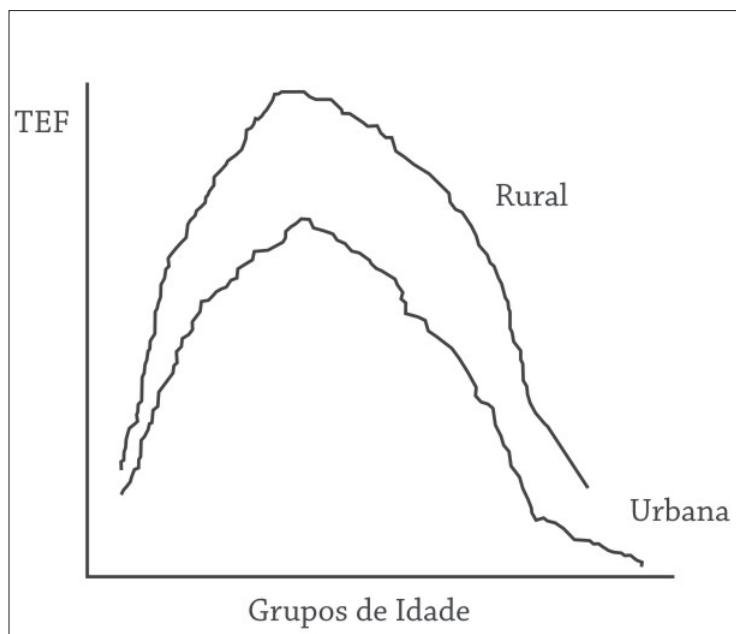


Figura 4.4 - Taxas Específicas de Fecundidade
Elaboração: Ralfo Matos.

¹² Pode-se pensar em uma medida semelhante para os homens, porém como o intervalo fértil masculino é muito mais longo e indefinido ficou consagrado o uso da população feminina nestas medidas.

A TEF é adequada para se fazer comparações, mas é pouco prática pelo fato de requerer sete taxas, uma para cada grupo de idade feminino. A necessidade de uma medida única fez surgir a Taxa de Fecundidade Total.

4.7.3 - Taxa de Fecundidade Total (TFT)

Nos estudos populacionais, a TFT é o melhor indicador de natalidade. Isso porque traduz em uma medida sintética (a exemplo da expectativa de vida nos estudos de mortalidade) toda a fecundidade das mulheres de uma população.

Representa o número médio de filhos que uma mulher teria ao final do período reprodutivo e pressupõe que: a) no período reprodutivo a mulher não esteja sujeita à mortalidade; b) a mulher reproduz segundo as taxas específicas de fecundidade que caracterizam a distribuição de mulheres num determinado período. Trata-se então de uma mulher hipotética que sintetizaria várias coortes. Em outras palavras, a TFT representa os filhos que as mulheres alcançariam se tivessem, a cada ano, o mesmo número médio de filhos relativos às faixas etárias específicas em que se encontram. É uma medida não afetada pela estrutura etária, pois é construída a partir das médias de filhos por mulher em cada grupo etário (TEF).

Grupos de Idade	População Feminina (1/7/1980)	Nascidos vivos	Taxas Específicas (TEF)
15-19	447.604	23.542	0,0526
20-24	398.691	54.676	0,1371
25-29	337.085	48.114	0,1427
30-34	278.654	28.762	0,1032
35-39	231.700	13.602	0,0587
40-44	206.117	4.601	0,0223
45-49	180.169	663	0,0037
TFT	2.080.020	173.960	2,6020

Fonte: Carvalho, J. A. M.; Sawyer, D.; Nascimento, R., 1990.

No exemplo acima, a TFT foi estimada a partir das taxas específicas de fecundidade, através da multiplicação do somatório das TEF, pela amplitude do intervalo de idades (no caso $n = 5$), uma vez que a TEF expressa o número de nascimentos durante um ano por mulher.

No caso do Rio Grande do Sul, em 1980, pode-se dizer que, em termos médios, cada mulher de 20 a 24 anos teve 0,1371 “nascidos vivos”. A fecundidade total situava-se em torno de 2,6 filhos por mulher (número médio de filhos por mulher ao fim do período reprodutivo de uma geração hipotética que experimentasse as taxas correntes de fecundidade de 1980). De cada 1.000 mulheres em idade reprodutiva nasceram, naquele ano, 83,6 crianças vivas e a TBN era 22,44 por 1.000.

Migrações internas: aspectos teóricos e considerações sobre o caso brasileiro

5.1 - INTRODUÇÃO

Em Londres, E. G. Ravenstein publicou sua obra *The laws of migration* com base em observações originárias do censo de 1881, e seus resultados foram apresentados à Real Sociedade de Estatística em 1885. Em 1889, após ter reunido dados para mais de 20 países, voltou ao tema utilizando o mesmo título “leis da migração” para o novo trabalho. Reagindo às críticas do irreverente Humphreys, Ravenstein advertia que as leis econômicas e demográficas não tinham o mesmo rigor das leis físicas.

Suas sete leis podem ser sintetizadas conforme se segue: 1. *Migração e distância*: o autor postulava que a maioria dos migrantes deslocava-se percorrendo curtas distâncias. As distâncias mais longas eram preferentemente em direção a grandes centros comerciais e industriais; 2. *Migração por etapas*: as correntes migratórias com destino aos centros absorvedores de mão de obra deixavam vazios nas áreas rurais emissoras, vazios estes preenchidos por migrantes de procedência mais remota. Estas áreas tenderiam, com o tempo, a sentir diretamente a força de atração das grandes cidades; 3. *Fluxos e refluxo*: cada corrente migratória principal produz uma contracorrente inversa compensatória. O autor verificou parcialmente essa assertiva com dados censitários de Londres, Lancashire, Westmoreland. O refluxo não se comporia de migrantes de retorno desiludidos, mas de indivíduos movidos por razões econômicas, vários deles filhos de antigos residentes locais; 4. *Diferenciais rural-urbano*: Ravenstein afirmava que a propensão à migração entre os habitantes de áreas urbanas e rurais era diferente. Os naturais de cidades migravam menos que os naturais de áreas rurais; 5. *Diferenciais por sexo e distância*: “as mulheres parecem predominar

entre os migrantes que percorrem trajetos curtos”; 6. *Tecnologia e migração*: o incremento dos meios de comunicação e o desenvolvimento industrial e comercial constituíam elementos importantes para fazer aumentar as migrações; 7. *Motivação econômica*: dentre os vários motivos que produzem correntes migratórias (clima, leis opressivas, coerção etc.), nenhum deles compara-se ao desejo “inerente à maioria dos homens de melhorar a sua situação material” (Ravenstein, 1980, p. 286).

O trabalho de Ravenstein foi e continua sendo uma referência teórica importante para os estudos sobre migrações internas até os dias de hoje, ainda que várias de suas leis não mais se apliquem, embora sugiram discussões e linhas de pesquisa de interesse em vários países. Contudo, em países não desenvolvidos há singularidades que ensejam interpretações teóricas específicas. O padrão clássico que caracterizou a história das migrações nos países desenvolvidos é sintetizado por Oliveira e Stern (1980) em quatro fases, inclusive observando os contextos urbano e rural: na primeira, a difusão da Revolução Industrial fez aumentar a demanda de mão de obra nas cidades e as taxas de mortalidade acabaram se tornando altas, dadas as péssimas condições de vida existentes na urbanização da protoindustrialização; na segunda, a expansão da manufatura provocou a ampliação do emprego e dos salários, mas também gerou ganhos de produtividade; em uma terceira fase, mudanças técnicas chegaram ao campo, capitalizaram a agricultura, elevaram a produtividade e os custos de capital. Com isso, estruturas produtivas do passado desapareceram, populações rurais foram obrigadas a sobreviver nas cidades industriais. Aqui, a migração rural-urbana (R-U) foi um mecanismo básico no processo de urbanização e transformação das estruturas agrárias; em um outro momento, efetuada a transição demográfica, a população rural cai até em termos absolutos, enquanto a urbanização se estabiliza e a população cresce mais em termos vegetativos, ou devido ao efeito das migrações de tipo urbano-urbano (U-U). O êxodo rural esgotara-se.

5.2 - O ESTUDO DA MIGRAÇÃO INTERNA E SUAS BASES TEÓRICAS

Nos países não desenvolvidos é seguro dizer que as explicações teóricas possuam não só especificidades, mas também incluam dimensões semelhantes às dos países desenvolvidos, mesmo que em circunstâncias geográficas e históricas diferentes. Daí a importância de conhecer melhor duas vertentes teóricas que se tornaram conhecidas na literatura, a que circunscreve realidades de países não desenvolvidos, a corrente histórico-estruturalista, e a que nasceu em contextos de países desenvolvidos, a dos teóricos da modernização.

5.2.1 - O enfoque da modernização

Com base na obra seminal de Gino Germani (1969), observa-se que, para essa corrente, a migração era tida como um dos processos básicos da mobilidade social, eixo das mudanças do tradicional para o moderno. A ideia de desenvolvimento representaria a passagem de uma sociedade de tipo tradicional para uma de tipo moderno por meio de etapas: ocorreria inicialmente a desagregação da sociedade tradicional; em seguida, a constituição de sociedades dualistas, até que, ao fim do processo, se daria a mobilização das massas, momento em que as migrações emergiriam com maior intensidade.

O momento da “mobilização” incorporaria os seguintes aspectos: o grau de integração da estrutura tradicional; o processo de ruptura ou desintegração; o incômodo psicológico de indivíduos ou grupos sociais; a disponibilidade à migração (mobilidade psicológica) e a mobilização objetiva e reintegração na área de destino.

A teoria enfatiza mais a migração campo-cidade, que era predominante na época, e explicava o crescimento vertiginoso das grandes cidades. A estrutura agrária deficiente e o elevado crescimento demográfico nas áreas rurais deflagravam o processo migratório. A questão da absorção dos migrantes rurais nas cidades (no ambiente moderno) e a desorganização da psique eram temas pesquisados pelos teóricos da modernização. Ao procurar saber por que as pessoas migram, os fatores psicossociais foram particularmente ressaltados no processo de tomada de decisão do migrante, o que envolveria mecanismos psicológicos conscientes e não conscientes.

Deviam-se considerar, além dos fatores de expulsão e atração, as condições socioculturais e subjetivas. Germani propunha que se estudassem as motivações no nível normativo, as pautas, valores e expectativas dos indivíduos; no nível psicossocial, as características, motivações e traços de personalidade. Sugere ainda a necessidade de diferenciar razões econômicas – salários, terras, desemprego etc. – das razões domésticas, das razões educacionais, entre outras. Adicionalmente, conviria checar se a decisão de migrar se dá em caráter permanente ou temporário e qual o grau de inserção do indivíduo na sociedade, pareado com informações sobre idade e sexo.

As dificuldades de obtenção de dados para estudos dessa natureza são evidentes, da mesma forma que podem ser custosas as pesquisas orientadas para os fatores subjetivos da migração. Os estudos produzidos no interior dessa corrente teórica foram muito criticados, considerados limitados, restritos ao nível psicossocial, sem suporte analítico para alcançar questões associadas aos valores, atitudes e comportamentos dentro de um quadro estrutural que os condicionam ou criam.

5.2.2 - O enfoque histórico-estruturalista

Para a corrente histórico-estruturalista, a migração é vista como um processo social, no qual a reconstrução do quadro histórico-estrutural é necessária, para que se enquadrem os vários processos migratórios. A conexão com outros aspectos do processo social, tais como urbanização e industrialização, passa a ser essencial. A conceptualização do desenvolvimento é um dos princípios deste enfoque, quando salienta a relação de dependência entre o centro e a periferia. As possibilidades de expansão e a forma interna de desenvolvimento seriam condicionadas por forças preexistentes nos mercados internacionais e/ou pela divisão internacional do trabalho.

A migração assumiria formas específicas segundo as modalidades do processo de desenvolvimento das sociedades. A observação das relações centro-periferia é algo essencial, considerando que: 1) a periferia depende do centro; 2) a industrialização “central” impactou fortemente a configuração demográfica, espacial e econômica das sociedades dependentes; 3) a decomposição da estrutura agrária é resultante da tradição fundiária arcaica e da pressão demográfica, enquanto a industrialização dependente atuaria acentuando as disparidades regionais, as migrações de tipo R-U, a concentração populacional nos grandes centros urbanos, o que resultaria em uma grande quantidade de excluídos da economia formal.

Alguns pontos chave da abordagem histórico-estrutural podem assim ser resumidos: 1) a migração deve ser analisada em suas inter-relações com outros processos globais; 2) a análise deve ser referida historicamente, sem perder de vista as mudanças dos fluxos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento; 3) as causas devem ser rastreadas não apenas na origem e destino, mas analisadas conforme os fluxos ao nível inter e intra-regional, focalizando as estruturas econômicas, políticas, sociais e demográficas; 4) é relevante analisar as determinações políticas e econômicas dadas pela estrutura de classes e como isso afeta os fluxos majoritários; 5) é importante analisar os efeitos políticos da migração, suas eventuais alterações da configuração de classes e das ações políticas subsequentes.

5.2.3 - A contribuição de Paul Singer

No interior da corrente histórico-estrutural, Paul Singer deixou uma contribuição importante ao procurar determinar as características históricas e estruturais do fenômeno da migração interna no contexto do subdesenvolvimento, quando sublinhava os condicionantes derivados das sociedades de classes. O autor insere-se na linha histórico-estrutural, mas particulariza um pouco mais o fenômeno das migrações internas no Brasil e América Latina.

Concordando com outros analistas dessa corrente, Singer (1976) observa que os fluxos migratórios se revestem de características distintas em distintas *condições e contextos históricos* e respondem a um conjunto de causas e consequências próprias, dependentes do tipo de industrialização em curso. As leis de Ravenstein, por exemplo, não se aplicariam às antigas migrações germânicas ou da América pré-colombiana, conquanto se aplicassem às migrações de numerosos países em processo de industrialização. Isso mostra que existem tipos historicamente definidos de migrações, condicionadas pelo modo de produção vigente.

No capitalismo industrial, os mecanismos de mercado orientam os fluxos econômicos e de pessoas. A indústria, por força da racionalidade locacional, que requer a minimização de custos, procura cidades onde exista uma base comercial significativa. A industrialização usufrui das *vantagens aglomerativas*, acentuando-as, quando deflagra o aumento da escala de produção e introduz crescentes níveis de *especialização e complementaridade* na produção. O grau de interação entre os setores produtivos aumenta a concentração econômica, incrementa o mercado interno e redefine a *divisão social do trabalho*; tudo isso influi sensivelmente na migração campo-cidade. A dinâmica demográfica passa a desempenhar um papel importante nesse processo porque a quantidade de excedente de força de trabalho disponível à emigração nas zonas rurais depende do comportamento das taxas de natalidade e mortalidade.

Contudo, há ainda uma série de características históricas e institucionais que condicionam o processo migratório. No capitalismo, em qualquer de suas fases, o papel do Estado é fundamental, porquanto subsidia o custo da mão de obra através de investimentos em saúde, alimentação, transportes, seguro social etc. De outra parte, controla preços, dissemina favores diferenciados entre empresas, gerando termos de troca desfavoráveis ao campo (em relação à cidade); reforça, portanto, a concentração de capitais no espaço. Essa concentração, na verdade, é fruto do progresso técnico, pela imposição da ampliação da escala da produção, por meio de empresas cada vez maiores. A concentração de capitais se dá em paralelo com a concentração espacial, até que surjam desconomias de aglomeração, as quais passariam a afetar toda a sociedade. As desigualdades regionais são, assim, criadas e recriadas, em meio a uma espécie de efeito circular cumulativo, como conceituava o economista sueco Gunnar Myrdal. As migrações internas fazem parte desse processo, explicitando o esvaziamento de áreas e o desperdício de recursos desde que se intensificam as saídas de pessoas, capitais e atividades das áreas periféricas.

5.2.4 - A emigração rural

A população rural migra em função dos fatores de expulsão e dos fatores de atração. Estes últimos são resultantes da demanda de mão de obra que a expansão urbano-industrial propicia. Surgem, de fato, novas oportunidades econômicas. Já os fatores de repulsão são de dois tipos: os resultantes do *efeito mudança* e os decorrentes do *efeito estagnação*. O primeiro tipo envolve a penetração do capitalismo no campo, a expropriação de pequenos produtores, o aumento da produtividade e a queda do nível de emprego; o segundo focaliza situações nas quais é alta a pressão demográfica sobre as áreas de economia de subsistência, em geral, densamente ocupadas em minifúndios cercados por latifúndios.

O migrante de origem rural no mercado de trabalho urbano não é plenamente absorvido devido a sua não qualificação ou pela insuficiente geração de empregos que a expansão capitalista promove. Singer irá se deter neste último ponto, observando, enfim, que sob os *efeitos de mudança* no campo algo semelhante ao desemprego tecnológico se instala, sinal de que a cidade estaria equipando o campo, criando empregos urbanos, mas sem a garantia de preenchê-los através dos eliminados do meio rural. O destino das mais-valias geradas é que poderia responder à possibilidade de suprir o volume de mão de obra em disponibilidade, tendo em conta que a ampliação do nível de consumo levaria ao aumento da produção através dos arranjos institucionais envolvendo os poderes públicos. A expulsão, associada ao efeito estagnação, varia com o nível do crescimento vegetativo da população e disponibilidade de terra. Por outro lado, a demanda de mão de obra no meio urbano seria função do tamanho e composição do produto na economia urbana, o que geralmente se traduz em maior nível de desemprego por parte daqueles migrantes oriundos de situações de estagnação.

Para Singer, as migrações nos países não desenvolvidos possuem um ritmo e conjunto de efeitos mais amplos do que nos países desenvolvidos. Ramos inteiros de produção são instalados em determinadas regiões, impactando profundamente a economia local e causando desemprego. Singer lembra que o papel dinâmico do comércio externo nos países desenvolvidos não se repetiu aqui, o que força a introversão do desenvolvimento, e o mercado interno se torna a mola propulsora do crescimento. Isso viria a aprofundar a divisão social do trabalho no país. O autor entende que a inserção do migrante vindo do campo nos mercados urbanos é um sinal de desenvolvimento.

O crescimento demográfico decorrente da queda da mortalidade no âmbito da economia de subsistência compõe os *fatores de estagnação*. A disponibilidade de terras pode refrear a pressão sobre as cidades. Contudo, os efeitos destes fatores sobre a demanda urbana

seriam negativos ou neutros se os migrantes absorvidos enviassem parte dos seus ganhos para as áreas de origem, onde seriam pulverizados ou recambiados à economia urbana por meio da compra de bens industrializados. A população não absorvida viria a reproduzir práticas de subsistência no meio urbano de baixa remuneração (carregadores, biscateiros etc.), desintegrados, portanto, da economia formal.¹ Os serviços domésticos e similares deixariam efeitos nulos sobre a demanda urbana por substituírem equipamentos.

Singer também chama atenção, assim como os teóricos da modernização, para os problemas de marginalização correlatos ao processo migratório. A migração deve ser vista como um processo social, no qual a classe social, muito mais que o indivíduo, é a unidade de observação. As causas da migração são estruturais e os motivos individuais, manifestos nas condições gerais que os induzem. Só depois que o grupo já está mobilizado é que surge um segundo momento no qual as condições objetivas e subjetivas determinam quem sai e quem fica: jovens, solteiros, alfabetizados, em oposição aos seus contrários. Quando uma classe social é colocada em movimento, cria um fluxo migratório de curta ou longa duração, que pode englobar vários pontos de origem e destino. Os fatores estruturais é que determinam o desdobramento do fluxo no espaço e no tempo. Tais fatores são os primeiros a ser estudados. A hipótese é de que o fluxo determina os movimentos unitários.²

5.2.5 - Aprofundando o debate teórico: outras referências³

A migração pode ser estudada por profissionais de várias áreas e coloca o desafio da inter e transdisciplinaridade. Oliveira e Stern (1980) destacam a participação de economistas, demógrafos e sociólogos nos estudos migratórios, embora reconheçam que sejam diferentes as perspectivas de compreensão da migração entre esses profissionais. Greenwood (1980), ao promover uma revisão dos estudos sobre as migrações nos Estados Unidos, acrescenta a participação dos geógrafos. Segundo ele, são profissionais que “vêm oferecendo contribuição a mais variada literatura sobre a

¹ A formulação de Milton Santos sobre a dinâmica dos dois circuitos da economia urbana sugere uma crítica ao esquema de Singer, principalmente pela desconsideração da integração existente entre esses dois setores.

² Aqui o autor passa a incorporar os fluxos de tipo U-U, quando sugere um exemplo no qual em alguns momentos do processo de migração por etapas se dá a depressão dos salários dos trabalhadores urbanos devido a afluxos de migrantes.

³ Parte dos escritos aqui apresentados foi resultado da compilação, modificação e reestruturação de textos constantes da dissertação de mestrado por mim orientada, defendida em 2008 (no Mestrado em Geografia do IGC/UFMG) por Severina Sarah Lisboa, intitulada *Da migração à não migração*; o exemplo das pequenas cidades da Zona da Mata.

migração interna” (Greenwood, 1980, p. 473). Vários domínios das ciências sociais se imiscuem com certa intensidade no que se refere ao estudo e objeto das migrações. Hélio Moura observa que esse “objeto de interesse e tratamento não pode ficar predominantemente restrito a uma especialidade científica” (Moura, 1980, p. 11).

A literatura sobre as migrações internas apresenta muitas discussões, formulações teóricas e procedimentos metodológicos, mas não há, sequer, unanimidade quanto ao conceito de migrante. Migrante pode ser a pessoa que fez um movimento entre dois municípios no intervalo de dois censos, ou o que fez diversas mudanças de domicílio ao longo de sua vida. Elizaga (1980, p. 546) já apontou a falta de uma teoria compreensiva ou de um marco de referência sistemático para orientar, organizar e avaliar as investigações. Uma explicação para essa a falta de consenso talvez se deva ao fato de que migração não comporta uma definição unívoca, como ocorre com os outros componentes demográficos, natalidade e mortalidade. O migrante e a migração são passíveis de várias definições, em função de muitos elementos como, por exemplo, o tempo de permanência no local de residência e a distância percorrida no trajeto da migração. Os sociólogos, preocupados com as teorias utilizadas nos estudos das migrações, entendem que a teoria norteadora dos estudos migratórios deveria “levar em conta as inter-relações dos fatores demográficos, econômicos, sociais e psicológicos que intervêm nas diversas fases do processo migratório” (Elizaga, 1980, p. 550).

Muñoz e Oliveira (1980) também discutem essa questão e afirmam que não foram produzidas, até a década de 1980, “formulações teóricas integradas, de modo a orientar as investigações”, mas apenas “esquemas teóricos analíticos setoriais” (Muñoz; Oliveira, 1980, p. 581) que servem de orientação para uma boa parte dos trabalhos. Ao rastrear os estudos demográficos realizados no México, indicam que, até certo ponto, é possível dizer que as investigações vinham sendo realizadas, na maioria dos casos, “sem se recorrer às teorias ou aos marcos teóricos e (...) resultantes das exigências impostas por considerações de ordem prática” (Oliveira; Stern, 1980, p. 251).

Salim (1992, p. 119) afirma que não há consenso quanto à definição de vários termos auxiliares dos estudos migratórios, por exemplo, migrante, mobilidade populacional e corrente migratória. Quanto à identificação e definição da população considerada migrante, Elizaga (1980, 549) recorda que, apesar de haver concordância na desconsideração de trabalhadores estacionais como migrantes, o mesmo não se pode dizer com relação aos estudantes e aos grupos populacionais que vivem em alojamentos para operários. Há vários tipos de mobilidade populacional e “há que se distinguir o que é a migração e eliminar o que se chama de movimentos migratórios e não são” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1980, p. 319).

Tipos de mobilidade espacial como os “movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores, para os quais não existe residência durante período prolongado, como também os deslocamentos temporários (...)” (Lee, 1980, p. 100) não são incluídas, segundo o autor, entre os deslocamentos migratórios. Lee (1980) trata da questão referente à voluntariedade do ato migratório. Para ele, as migrações forçadas, “tais como os movimentos dos refugiados da Segunda Guerra Mundial (...)” (Lee, 1980, p. 99), não têm sido agrupadas juntamente com as chamadas migrações *livres*. Por migrações livres entende-se o deslocamento populacional no espaço realizado segundo a vontade e decisão própria dos migrantes. Embora possam ser muito influenciados pelos aspectos negativos da localidade de moradia, continuam tendo a possibilidade de escolha, o que não ocorre nas migrações forçadas, por representarem formas de garantir a sobrevivência em casos de guerras e perseguições.

A migração, suas causas e consequências, assim como outras questões referentes aos processos migratórios, são interpretadas de formas diferentes, de acordo com as correntes de pensamento ou linhas teóricas. Oliveira e Stern (1980) consideram que o processo de migração interna adquire significado ao ser situado dentro do processo mais geral de transformação socioeconômica. No caso de países da América Latina, essa transformação se refere à mudança de uma estrutura social agrária para uma estrutura industrial. Dentro deste contexto, conforme já visto, os autores distinguem dois enfoques ou marcos conceituais que procuram esclarecer teoricamente as migrações internas: o *enfoque da modernização* e o *enfoque histórico-estruturalista*. No enfoque da modernização, a migração interna é visualizada como um dos “processos fundamentais da ‘mobilização social’, que constitui o eixo principal para a transformação de sociedades ‘tradicionais’ em sociedades ‘modernas’” (Oliveira; Stern, 1980, p. 253). Este enfoque estaria associado à teoria neoclássica, uma abordagem teórica mais ampla, muito discutida e alvo de controvérsias no âmbito dos estudos econômicos. Já no enfoque histórico-estrutural, a migração interna é vista como uma “consequência do processo de desenvolvimento capitalista das sociedades, adquirindo características específicas segundo as modalidades desse processo” (Oliveira; Stern, 1980, p. 253).

Ao discutir os marcos teóricos para estudos migratórios, Salim (1992) elabora uma revisão crítica sobre o assunto. O autor adota a expressão “tronco teórico” para classificar diversas correntes e as resume em três: a) a dos *modelos neoclássicos contemporâneos*; b) a da *perspectiva histórico-estrutural* e c) a da *mobilidade da força de trabalho*. De acordo com os modelos neoclássicos contemporâneos, os movimentos populacionais correspondem à mobilidade geográfica dos trabalhadores devido aos desequilíbrios espaciais dos “fatores de produção” (terra, capital e recursos naturais). Esses

fatores, portanto, influenciam a magnitude dos fluxos migratórios. A migração é vista como positiva, por transferir excedentes populacionais e favorecer a convergência dos salários entre regiões, reduzindo as disparidades socioespaciais: “a migração tem papel decisivo na eliminação dessas mesmas diferenças, atuando como fator corretivo dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço” (Salim, 1992, p. 123). Recusa-se a ideia de que a desigualdade estrutural causa imperfeição e, por isso, entende-se que há uma “propensão ‘natural’ da força de trabalho ao movimento, logo que a diferenciação social se manifesta a nível do (*sic*) espaço” (Salim, 1992, p. 123). A força de trabalho é considerada *capital humano* e caracteriza-se como um dos fatores de produção de mobilidade extremada, e os diferenciais de salários constituem fator básico de migração. Salim conclui que nesse tronco teórico verifica-se que “os estudos da migração pressupõem o cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, ou seja, a mesma lógica locacional das firmas” (Salim, 1992, p. 124). As características desse enfoque teórico coincidem, em alguns aspectos, com o enfoque da modernização.

O tronco teórico da análise histórico-estrutural está enraizado na tradição do materialismo histórico e vê a migração não como um ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno social em que a unidade é o fluxo composto por classes sociais ou grupos socioeconômicos. A migração é movida pela desigualdade regional e ocorre geralmente para redimensioná-la, muitas vezes no sentido de acarretar uma desigualdade ainda maior. Essa abordagem enfatiza a visão da estrutura, isto é, as condições estruturais em termos social, econômico e político que contextualizam a dinâmica populacional e tornam possível ou definem a natureza e direção dos fluxos migratórios. Diferentes movimentos da população explicam-se pelas mudanças no âmbito da estrutura da produção. Percebe-se aqui a tendência de dimensionar a migração pelo aspecto econômico sem considerar processos macrossociais importantes, como os de natureza social e cultural. A mobilidade do trabalho é vista como determinada por fatores estruturais e a migração redistribui a força de trabalho segundo as necessidades específicas do processo de acumulação (Salim, 1992). Enquanto no tronco teórico dos modelos neoclássicos contemporâneos a migração é reduzida ao nível do comportamento individual, na análise histórico-estrutural, a ênfase recai nos grandes fluxos e na ideia de classes ou grupos socioeconômicos em movimento.

No tronco teórico da mobilidade da força de trabalho, o foco de análise é a relação capital-trabalho. A migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado e passa a atuar como agente de transformação. Segundo essa linha teórica, “segmentos da população deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento” (Salim, 1992, p. 131) e assim a força de trabalho adquire a dimensão da mobilidade. A mobilidade

se liga à produtividade e à expansão física do capital, apresentando-se como “condição e consequência do desenvolvimento das forças produtivas” (Salim, 1992, p. 131), as quais exercem um papel essencial no processo de acumulação.

Muitos críticos argumentaram sobre a inadequação da abordagem neoclássica para o estudo dos movimentos migratórios nos países subdesenvolvidos devido às fortes diferenças com os contextos dos países desenvolvidos, onde a teoria foi formulada. A característica de dependência econômica dos países subdesenvolvidos faz emergir heranças históricas iníquas, de difícil superação. Com os impasses derivados das propostas neoclássicas e/ou com as limitações do enfoque da modernização, a análise sob a perspectiva histórico-estrutural ganhou relevância no Brasil, particularmente entre os anos de 1970 e 1980. Apesar de representar um avanço em relação à compreensão proposta pela abordagem neoclássica, a corrente histórico-estrutural padece de um excessivo determinismo econômico, o que acaba por enfraquecer certas considerações importantes do movimento migratório, pois “a vinculação de todas as explicações ao processo de acumulação do capital tornam os fluxos invariavelmente mais importantes que os indivíduos” (Braga, 2006, p. 80).

Embora seja difícil compatibilizar as diferentes correntes teóricas que se dedicam ao estudo das migrações, sabe-se que a dificuldade de definição da migração não foi um obstáculo à produção científica sobre o tema, ao contrário, é um estímulo aos estudos migratórios e ao aprofundamento dos debates. Apesar das divergências, os enfoques sobre a migração são consensuais ao estabelecer que os fluxos migratórios originam-se geralmente de desequilíbrios espaciais de natureza econômica, os quais produzem diferenciais de renda e de emprego entre as áreas de origem e destino (Salim, 1992, p. 121). Singer (1976) compartilha desta ideia ao mostrar que as disparidades “explicam” a migração. O autor chega a considerar a criação de desigualdades regionais como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas e explica como o processo de industrialização favorece a concretização das disparidades no espaço:

(...) qualquer processo de industrialização implica uma ampla transferência de atividades (e, portanto, de pessoas) do campo às cidades. Mas, nos moldes capitalistas, tal transferência tende a se dar a favor de apenas algumas regiões em cada país, esvaziando as demais. Tais desequilíbrios regionais são bem conhecidos e se agravam quando as decisões locais são tomadas tendo por critério apenas a perspectiva da empresa privada (Singer, 1976, p. 222).

Uma síntese dos estudos migratórios no Brasil é apresentada brevemente por Pacheco e Patarra (1997). Nela, mencionam a “teoria da migração” de Everett Lee, de 1966, na qual o autor pretendia defender elementos de generalização da migração em todas as sociedades urbano-industriais, enquanto outros estudos teóricos subsequentes destacaram a importância da quantificação dos movimentos migratórios. A reflexão sobre esses movimentos passou por mudanças a partir da colaboração de estudiosos que tiveram como “ponto de partida o estudo de situações concretas em países em processo de industrialização, particularmente na América Latina” (Pacheco; Patarra, 1997, p. 453), dentre os quais se destaca Singer, com a abordagem histórico-estruturalista. Embora muito adequada ao momento analisado, em que se verificava um intenso êxodo rural, os autores chamam a atenção para o fato de que esta proposta afasta qualquer análise da dimensão psicológica como incentivo ou não da migração, além de apresentar um caráter excessivamente economicista e generalista: “a formulação geral deixava pouco espaço para as especificidades históricas de cada situação” (Pacheco; Patarra, 1997, p. 454).

Mesmo após muitas discussões sobre os significados da migração, não há uma forma única de defini-la. Comumente, entende-se a migração como mobilidade espacial de pessoas, o que implica necessariamente a mudança de residência de uma unidade administrativa para outra. Ao se considerar as unidades administrativas de origem e de destino do fluxo populacional, pode-se analisar a migração utilizando-se unidades de análise de várias escalas: internacional, nacional, regional ou local. No entanto, faz-se uma ressalva à migração do tipo campo-cidade, que não pressupõe necessariamente mudança entre unidades administrativas (municípios), mesmo que sejam frequentes os exemplos de migrantes de origem rural residindo em município diferente do de nascimento. O deslocamento migratório pressupõe ainda uma distância percorrida e determinado tempo de residência na nova localidade. Quando se trata de migração de longa distância, é comum que ela seja realizada por etapas, como salientara Ravenstein, de modo a facultar a residência temporária do migrante em uma localidade intermediária entre a de origem e aquela a que se destina. O migrante pode também estar residindo no local atual há um longo período de tempo (a chamada *lifetime migration*) ou apenas recentemente. Caso o tempo de residência de um migrante em uma localidade seja superior a dez anos, é comum entre os pesquisadores considerá-lo como não migrante, por sua semelhança com os que nunca migraram. Além disso, o deslocamento migratório pode ser realizado individualmente, pela família, por alguns grupos ou grandes contingentes populacionais, tendo como destino a mesma área ou áreas diferentes. A migração em grandes países como o Brasil pode

ser examinada conforme diversas escalas territoriais. Os movimentos de população podem estar limitados a espaços menores, como os setores censitários, ou referirem-se às áreas rural e urbana do município, ou a um conjunto de municípios que definiriam uma pequena região. As migrações internas, portanto, envolvem mudança residencial de pessoas entre as regiões, estados e municípios de um mesmo país.

5.2.6 - Espaços que atraem, espaços que repelem

As migrações internas suscitam, portanto, reflexões a respeito dos espaços que atraem e que repelem população. O que faz com que uma área seja atraente e que outra tenha elementos que incentivam a “expulsão” da população? Alguns espaços possuem características que contribuem para a atração populacional. Noutras áreas os fatores de repulsão prevalecem sobre população residente. Nos lugares em que populações viveram muito tempo e com os quais se identificam, é necessário considerar quais aspectos negativos promoveram a expulsão da população, tornando-a capaz de romper laços simbólicos, afetivos e identitários. Estes aspectos negativos normalmente estão associados à maior oferta de atrativos oferecidos por outros lugares que resultam em melhoria das condições de vida.

No Brasil, vários espaços podem ser enumerados no rol dos que atraem ou repelem população. Historicamente, a população deslocou-se acompanhando as áreas de economia próspera. O período da mineração em Minas Gerais, por exemplo, foi responsável pela vinda de grande contingente de migrantes de várias partes do país em busca das vantagens econômicas que a atividade propiciava. Em período mais recente, as fronteiras agrícolas e as áreas industriais do país exercem o mesmo papel de atração. As áreas de fronteira agrícola são procuradas por despossuídos de terra e por indivíduos em busca de oportunidades derivadas da aglomeração humana em determinados espaços. As cidades grandes e médias, sobretudo da região Sudeste, atraem população de áreas rurais e de outras cidades e regiões, geralmente menos prósperas em termos econômicos. Durante muito tempo, as metrópoles apresentaram forte crescimento populacional decorrente dos movimentos migratórios.

Certamente, a concentração da indústria nas cidades e proximidades foi um poderoso fator de atração populacional, notadamente nos tempos em que a indústria era mais intensiva em mão de obra. Contudo, iniciativas governamentais podem intensificar as migrações, como já observara Singer (1976). Isso porque os investimentos governamentais propiciam a concentração de atividades econômicas em determinadas áreas e, com isso, podem deflagrar

uma série de efeitos multiplicadores sobre a atividade econômica. O crescimento demográfico de cidades suportado por fluxos migratórios é, portanto, afetado por decisões governamentais, geralmente associadas a políticas de fomento ao desenvolvimento (Potengy, 1980).

As áreas rurais, por seu turno, comumente tipificam espaços que repelem a população, principalmente quando apresentam estagnação, alta concentração fundiária, mecanização das atividades agrícolas e/ou precariedade nas condições de trabalho. Estas características constituem os fatores de expulsão, como propõem os histórico-estruturalistas. Além disso, acesso difícil a crédito e técnicas agrícolas, falta de apoio aos pequenos proprietários, baixa presença do Estado e/ou violência no campo podem constituir fatores de expulsão. Coisa semelhante pode ocorrer em algumas cidades, diante da precariedade de serviços urbanos básicos e da deficiência na oferta de equipamentos nas áreas de saúde e educação.

Durante muito tempo, os movimentos populacionais foram analisados com ênfase na migração do tipo rural-urbana. No Brasil, como em outros países da América Latina, o êxodo rural foi um fenômeno ímpar. A migração rural-urbana, que caracterizou uma das fases das migrações internas no Brasil, tinha como principais áreas de destino as grandes cidades do Sudeste. No entanto, a partir da década de 1980, os padrões migratórios brasileiros se alteraram: o caráter urbano-urbano dos movimentos passou a prevalecer.

Com o declínio do crescimento populacional no Brasil por força da redução das taxas de fecundidade desde os anos de 1960, Matos (2005) chama a atenção para a importância dos movimentos migratórios como fator que redinamiza a população de muitas localidades na atualidade e põe em marcha novos espaços de atração populacional, diferentes dos anteriores. O autor destaca o surgimento de tipos de movimentos populacionais que englobam

(...) migrações em direção às regiões litorâneas dos estados, composta principalmente por indivíduos da terceira idade; as migrações para as cidades médias, devido principalmente à intensificação dos investimentos por parte das empresas que fogem das deseconomias de aglomeração características dos grandes centros urbanos, mas também em função do aumento da violência urbana nas grandes cidades; e as migrações de trabalhadores com alta qualificação que se deslocam em direção aos grandes centros urbanos em busca de empregos com elevada remuneração e de um ambiente cosmopolita integrado ao consumo mundial (este último movimento está intimamente relacionado aos impactos das transformações ocorridas nos países centrais sobre o Brasil) (Matos, 2005, p. 126).

As cidades litorâneas, cidades médias e grandes centros se reconfiguram em fins do século XX como espaços de atração de segmentos populacionais distintos. Novos espaços de repulsão também são identificados, como as áreas de deseconomias de aglomeração, das quais as empresas buscam se distanciar, investindo em cidades médias; e áreas de grandes cidades muito violentas e poluídas (Matos, 2005). A identificação dos espaços que atraem e repelem população e das características que conformam esta atração/repulsão contribui para o reconhecimento dos novos processos relativos à mobilidade da população no espaço, além de abrir espaço para a compreensão dos fatores que levam à permanência de pessoas em pequenas cidades.

5.2.7 - Efeitos da migração sobre áreas de origem e destino

Os processos migratórios provocam mudanças espaciais e sociais, principalmente quando os deslocamentos materializam os chamados fluxos migratórios, que vinculam o local que perde população ao que recebe os migrantes.

Ao apresentar uma súpula das discussões sobre processos migratórios, Muñoz e Oliveira (1980) ressaltam algumas consequências dos movimentos migratórios sobre as áreas de origem e destino. Nas áreas de origem, perdas populacionais podem ser um fator de equilíbrio para a vida social, uma espécie de “válvula de escape” para a população não assimilada pelas estruturas econômicas locais. Aqui cabe relativizar essa assertiva, já que, em geral, grande parte dos que emigram representam os melhores quadros do lugar; a migração também opera por filtros seletivos. A perda populacional pode representar diminuição de recursos humanos valiosos para o desenvolvimento local, inclusive porque a maioria dos que saem está em idade ativa. Ao examinar a migração interna na Venezuela, Muñoz e Oliveira (1980) expõem as vantagens para a região receptora e o empobrecimento da região emissora. A saída de jovens adultos quer dizer perda de recursos e prejuízo para as localidades que investiram na formação e na educação desses emigrantes; daí até a estagnação da economia local é um passo. Já no caso de transferência de mão de obra ociosa ou subempregada, os autores ressaltam que os efeitos da emigração podem ser positivos, pois ocorre a diminuição da oferta de mão de obra para o trabalho, podendo acarretar melhorias salariais. Quanto às consequências nos locais de destino, os efeitos sobre o crescimento das grandes cidades são algo evidente, inclusive porque surge um “um efeito acumulativo sobre o crescimento natural da população das cidades” (Muñoz; Oliveira, 1980, p. 600). Contudo, a literatura registra também os efeitos negativos nas áreas receptoras. Todaro (1980) destaca o problema do desemprego e do subemprego urbanos diante da “(...) incapacidade da economia urbana de prover empregos permanentes para a

mão de obra” (Todaro, p. 151), resultantes dos crescentes fluxos de migrantes rurais. As consequências da migração de pessoas de áreas rurais estagnadas para as áreas urbanas são observadas também por Singer (1980). Segundo o autor, a população que abandona áreas de economias de subsistência estagnadas não se insere completamente nas áreas e na economia urbana, já que “(...) não provoca qualquer elevação da demanda pelo produto da economia urbana” (Singer, 1976, p. 231). Os migrantes que conseguem se inserir no mercado de trabalho remetem parte dos seus ganhos para os familiares que permaneceram nas áreas de economia de subsistência. E esses recursos serão utilizados para a compra de produtos da economia local, reduzindo o volume da demanda efetiva da cidade. A parte dos migrantes que não consegue se integrar na economia urbana reproduz na cidade traços da economia de subsistência, ao assumir atividades autônomas de serviços, por exemplo, vendedores ambulantes ou carregadores. O raciocínio de Singer confere com o de muitos economistas no tocante ao efeito do consumo no crescimento econômico. Entretanto, novos hábitos de consumo é tema que suscita controvérsias na atualidade, em face dos efeitos de desagregação sociocultural do tecido social e do meio ambiente que o consumismo pode provocar.

Outro ponto de vista quanto aos efeitos das migrações nas áreas urbanas diz respeito às chamadas populações da periferia excluídas do acesso aos serviços urbanos. Muitos concluem, até os dias de hoje, que as migrações são nefastas diante desse quadro desolador de pobreza e precariedades, como se provocado pelos próprios migrantes. Muitos trabalhos já desmistificaram essa crença, ao demonstrarem que a contribuição dos imigrantes nas áreas receptoras é, na maior parte das vezes, francamente positiva para o desenvolvimento econômico.

5.2.8 - Fatores objetivos e subjetivos que motivam movimentos migratórios

O estudo das migrações internas é importante para o planejamento do desenvolvimento social e econômico do país e o reconhecimento desta importância “tem estimulado a pesquisa, sendo cada vez maior o número de países que vêm publicando dados detalhados sobre migrações” (Lee, 1980, p. 114). As migrações internas podem ser analisadas de forma ampla, considerando a realidade nacional, assim como é possível estudar parte do país, ao selecionar uma área de investigação. Pierre George (1991, p. 101) já salientara que conviria aos geógrafos estudar as migrações contemporâneas que apresentem variabilidade e formas diferentes.

Na busca das bases de um estudo que contribua para a compreensão da dinâmica demográfica brasileira, torna-se imprescindível a análise dos fatores responsáveis por fixar a população em determinado espaço ou colocá-la em movimento. Após a afirmação de Lee (1980) de que “(...) poucos estudos consideram os motivos da migração ou assimilação dos migrantes nos locais de destino” (Lee, 1980, p. 98), muitos avanços neste sentido foram verificados.

Ao promover um esforço de compreensão dos fatores determinantes da migração, e da não migração, os motivos de ordem econômica são amplamente reconhecidos desde Ravestein e podem ser classificados como *fatores objetivos*. Muitos pesquisadores destacaram a oferta de melhores oportunidades econômicas nas áreas receptoras. As principais causas da migração indicadas por Hicks em 1932 abrangem “os diferenciais [entre localidades] nos benefícios econômicos líquidos, sobretudo os diferenciais de salários” (Hicks, 1932 *apud* Greenwood, 1980, p. 473). Martine e Peliano (1980, p. 913) também sublinham como principal motivação para migrar a busca por melhores oportunidades econômicas, principalmente representadas pela busca de emprego.

Os fatores objetivos reuniriam, em primeiro lugar, os que estão diretamente relacionados a questões econômicas que envolvem melhoria de condições de vida material (mudança de emprego, acesso à moradia, energia elétrica, água tratada, esgotamento sanitário, educação e saúde). Outros fatores, como distância das residências em relação aos estabelecimentos comerciais e de serviços, expectativa de aumento da renda e alterações no custo de vida, podem ser considerados como *fatores objetivos*.

Embora os fatores objetivos relacionados aos aspectos econômicos exerçam grande importância e já tenham sido muito analisados, os fatores de ordem subjetiva não podem ser negligenciados. No entanto, poucos estudos se dedicam a explorá-los e entendê-los como parte dos incentivos à migração. Os *fatores subjetivos* são aqueles mais relacionados às questões culturais, familiares, psicológicas, pessoais, paisagísticas etc. e que normalmente apresentam maior dificuldade de mensuração. Incluem itens relativos à cultura esportiva, comunitário-popular, religiosa e cívica. Também são considerados subjetivos os fatores denominados geoculturais, ou seja, os que aglutinam características físicas, espaciais e paisagísticas, a exemplo da beleza das paisagens naturais ou humanizadas,⁴

⁴ A paisagem é um conceito chave na geografia e a sua discussão está presente desde muito cedo nesse campo de conhecimento. De modo simplificado, as paisagens naturais são constituídas por partes de um espaço que ainda mantém muitas características naturais, onde a intervenção humana inexistente ou é muito restrita. As paisagens humanizadas, ao contrário, são ambientes intensamente modificados pela ação humana, a exemplo das áreas urbanizadas que, mesmo quando apresentam elementos da natureza, estes são dispostos pelo homem.

qualidade do relacionamento na vizinhança, elementos identitários que unem população e monumentos ou trechos da cidade etc. Fatores mais tipicamente culturais são múltiplos e mesmo que, não raro, se apresentem mesclados com os fatores objetivos, podem estar associados ao apego à família e vizinhos, à cultura cívica, à participação em festas típicas, associações, clubes esportivos, igrejas, entidades de cultura popular, partidos políticos ou outras organizações.

5.2.9 - A migração como componente da dinâmica populacional

Os estudos que se detém na dinâmica demográfica requerem considerações analíticas sobre os seus componentes principais: a natalidade, a mortalidade e a migração. Mudanças demográficas ocorrem à medida que determinados padrões de comportamento desses componentes são alterados. Segundo Bideau (1984), diversos fatores sociais, biológicos, fisiológicos e culturais podem influenciar a resposta demográfica da população, causando mudanças súbitas (advindas de guerras, pestes) ou graduais (resultantes da adaptação da população aos recursos disponíveis). Quando há um evento que contribui para dizimar parte da população, como episódios de fome, peste ou guerra, a mortalidade assume um papel explicativo de maior peso nos processos demográficos subsequentes.

Embora os três componentes demográficos atuem de forma complementar e sejam igualmente importantes, em alguns momentos históricos um deles pode se destacar. Por exemplo, os padrões de crescimento derivados de uma população que apresente fecundidade alta ou baixa, assim como as alterações nesses padrões, podem ser decisivos para explicar certas características demográficas que irão interferir no envelhecimento ou rejuvenescimento da população. Vários são os elementos que contribuem para alteração no número de nascimentos: tradições locais, inclusão dos filhos como mão de obra familiar, dificuldades financeiras, idade ao se casar etc. Da mesma forma, a mortalidade pode assumir formas diferentes de acordo com o número, idades de prevalência das enfermidades e circunstâncias que acompanham os óbitos. As taxas de mortalidade podem ser influenciadas por condições médico-sanitárias, restrição alimentar, violência etc.

Se a natalidade e a mortalidade podem determinar certas estruturas demográficas em contextos específicos, as alterações migratórias podem introduzir novos padrões estruturais na dinâmica demográfica, embora isso não seja frequente. A relação direta existente entre os processos migratórios e a realidade socioeconômica é mais direta, embora a conjunção dessas duas dimensões interfira fortemente nas demais componentes da dinâmica demográfica. O ideal é que a migração fosse examinada em interação com

os demais componentes demográficos, como destaca Greenwood (1980), já que ela “tanto influencia como, por sua vez, é influenciada por muitos fatores demográficos e sociais, assim como por variáveis mais nitidamente econômicas” (Greenwood, 1980, p. 498). Segundo Salim (1992), a migração relaciona-se às condições históricas das mudanças sociais, econômicas e estruturais, sendo um importante mecanismo de reprodução ou alteração numérica da sociedade. A migração pode “mediar ou refletir processos que incidem sobre outros componentes demográficos, como a fecundidade e mortalidade” (Salim, 1992, p. 119). Ainda a respeito das potencialidades de atuação da migração na realidade socioeconômica e nas variáveis demográficas, Elizaga (1980) acrescenta que os demógrafos, ao se referirem ao movimento migratório, tratam-no como “(...) uma das variáveis fundamentais que atuam sobre a redistribuição espacial da população e sobre as alterações que se verificam nas estruturas demográficas dos distintos segmentos geográficos de cada país” (Elizaga, 1980, p. 545).

A dinâmica demográfica sofreu várias alterações no decorrer da sua história em decorrência de mudanças sociais e econômicas e de profundas alterações nos três componentes populacionais: natalidade, mortalidade e migração. A mobilidade da população nos espaços nacionais, representada pela migração interna, sempre envolve espacialidades e durações temporais específicas. Segundo estudo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o interesse em pesquisar a mobilidade populacional se dá, principalmente, devido à percepção dos “efeitos que exerce sobre a distribuição da população e por sua interação com outras forças demográficas, bem como com outros aspectos das mudanças e das diferenciações sociais e econômicas” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1980, p. 319).

5.3 - MIGRAÇÕES, CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MUDANÇAS ESPACIAIS NO BRASIL

As migrações internas no Brasil se tornaram essenciais para a compreensão da dinâmica demográfica, sobretudo após a queda das taxas de mortalidade, seguida pela queda da fecundidade. A natalidade e a mortalidade foram relevantes no período que antecede a transição demográfica porque contribuíram para a configuração da estrutura etária da população, embora a migração interna já fosse significativa desde fins do século XIX. A partir de 1930, há unanimidade: a migração interna ganhou expressão numérica e passou a atuar fortemente na dinâmica demográfica das principais áreas urbanas do país. Examinando o crescimento urbano, Graham e Holanda Filho (1980) diferenciam o peso exercido pela migração e pelo crescimento vegetativo e assinalam o “marcante crescimento

da importância da migração como componente do crescimento urbano (...)” (Graham; Holanda Filho, 1980, p. 758). Mais tarde, com o avanço da transição demográfica, a migração alcança de vez mais poder explicativo do crescimento das várias localidades receptoras do país.

Segundo Patarra (1994) os estudos demográficos, sobretudo na América Latina, de modo geral, acabaram por proporcionar um “*desenvolvimento relativamente autônomo das ‘demografias especializadas’*” (Patarra, 1994, p. 28) na medida em que o estudo de cada componente da dinâmica populacional se dedicou à produção de suas próprias características e procedimentos. Neste contexto, foram menores os “avanços teórico-explicativos ancorados nas interdisciplinaridades específicas que se foram desenvolvendo” (Patarra, 1994, p. 28).

Após a constatação do processo de transição demográfica em todos os países da América Latina, discute-se sobre seu início e duração. Na literatura atual, ainda persiste uma forte tendência a identificar o declínio da fecundidade nos últimos 30 anos com a própria transição demográfica, principalmente quando ela é analisada sob a ótica da fecundidade. Se o fenômeno enfatiza a evolução da mortalidade, a menção temporal recua aos anos de 1950 (Patarra, 1994, p. 29). De todo modo, transição demográfica, por definição, aglutina as duas transições, a da mortalidade e a da fecundidade, o que nos move para períodos de tempo mais recentes, mesmo considerando que a queda da mortalidade vem de longe.

Apesar de o crescimento populacional brasileiro ter sido inicialmente entendido como explosivo, as taxas de natalidade acompanham o declínio anterior das taxas de mortalidade. Segundo Wood e Carvalho (1994), após um período com taxa de fecundidade alta e constante no Brasil, o ritmo da transição da fecundidade alta para a fecundidade baixa representou o evento demográfico mais significativo da história do país. Segundo os autores, diversos indicadores do desenvolvimento socioeconômico mostram que o Brasil se tornou uma sociedade urbana, com base industrial em expansão e população de nível educacional mais alto e sujeita a taxas de mortalidade mais baixas. Como consequência, a população ajustou o seu comportamento reprodutivo ao crescimento da economia e às transformações estruturais que acompanharam o processo de desenvolvimento.

Ao elaborar uma análise da dinâmica demográfica brasileira no decorrer do século XX, Berquó (2001) identifica quatro fases marcantes, não obstante o fato de o país ter aumentado enormemente sua população em cem anos. No início do século, até

aproximadamente 1940, houve um crescimento populacional significativo, justificado pela elevada contribuição da migração estrangeira, sobretudo até 1920, e pelas altas taxas de natalidade e mortalidade. A partir de 1930, o crescimento vegetativo passa a ser a variável demográfica mais relevante para a dinâmica demográfica e para o crescimento populacional devido à diminuição da migração estrangeira. No período de 1940 a 1960, o elevado crescimento da população é associado à manutenção das altas taxas de natalidade e, principalmente, à queda da mortalidade, o que pode ser verificado pelo aumento de mais de dez anos na expectativa de vida da população. Entre 1960 e 1980, houve a redução do crescimento populacional, em razão da queda da fecundidade, considerada o fator responsável por essa etapa da transição demográfica. Ainda nos anos de 1960 o ritmo de crescimento anual da população começou a desacelerar, associado ao declínio da fecundidade. Enquanto isso, a mortalidade manteve o ritmo descendente do período anterior. A partir de 1980, o papel da queda da fecundidade continuou decisivo na redução do crescimento da população, pois houve diminuição ainda mais acentuada no crescimento populacional em decorrência da drástica redução da natalidade. Em última análise, a autora identifica que, no decorrer do século XX, “(...) as mulheres no Brasil reduziram a sua prole, em média, em 5,5 filhos, enquanto houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros” (Berquó, 2001, p. 17). Essas alterações populacionais afetaram diretamente e de forma significativa a estrutura etária da população, que passou de uma pirâmide de base larga e forma triangular, característica de regimes demográficos de altas taxas de fecundidade e mortalidade, para uma pirâmide etária mais uniforme, típica de regimes de grande redução na fecundidade (Berquó, 2001). A autora salienta ainda que os níveis e tendências da mortalidade e fecundidade apresentaram variações sociais e regionais.

A questão migratória ganhou relevância no final do século XX, e, como destacam Pacheco e Patarra (1997, p. 445), associa-se à “tendência de convergência dos níveis de fecundidade e mortalidade (...)”. Segundo os autores, a partir dessa convergência, a migração apresenta maior expressividade, pois “tornam-se mais nítidas as disparidades da alocação da população no espaço e suas mudanças, em função de movimentos migratórios intensos, variados e em crescente diversidade (...)”. Dessa forma, a migração como dimensão da dinâmica demográfica ganha mais centralidade, por influir mais diretamente nos estoques e na conformação da estrutura etária de várias populações regionais e sub-regionais do país.

5.3.1 - Concentração e desconcentração populacional no Brasil e as migrações internas

As migrações internas intensificaram-se após 1930, em razão de uma série de mudanças econômicas, sociais e políticas derivadas da Revolução de 1930. Inicialmente, o principal destino era São Paulo, estado que exercia grande atratividade, devido ao seu desenvolvimento industrial e à expansão de sua agricultura. A cafeicultura em crise cede lugar ao projeto de substituição de importações que alavanca a industrialização e a urbanização, redefine as articulações internas da economia, pavimenta a expansão do mercado interno, desestabiliza as áreas rurais (favorecendo situações de expulsão de população). Os fluxos migratórios foram se diversificando ao longo do processo de assalariamento da mão de obra, ora para as cidades, logo confluindo para as fronteiras agrícolas da época, até chegar aos fluxos sazonais dos anos de 1950, com a presença do boia-fria, trabalhador rural morador de periferia urbana.

A migração inter-regional aumentou entre 1920 e 1940, permanecendo constante nos anos 1940 e intensificando-se na década de 1950, até começar a arrefecer-se em termos relativos nos anos de 1960. O desenvolvimento industrial paulista atraiu milhares de nordestinos e mineiros, enquanto se intensificava a migração para a “fronteira” do estado do Paraná e posteriormente de Goiás e Mato Grosso.

Com as mudanças econômicas, as áreas rurais estagnadas ou em transformação liberaram excedentes populacionais para áreas agrícolas de fronteira, mas principalmente para o setor urbano. Isso deu origem à chamada concentração urbano-industrial. Contudo, dada a magnitude dos fluxos migratórios a partir de meados dos anos de 1960 (com o advento do Estatuto da Terra), a redistribuição da população brasileira intensificava-se, mais ou menos como propugnava Martine: a redistribuição era inter-regional e rural-urbana. Forças centrífugas conduziam a população para áreas de fronteira agrícola e forças centrípetas faziam com que ela se concentrasse em grandes aglomerados urbanos. Contudo, já nos anos de 1970, iniciava-se a exaustão das fronteiras agrícolas como áreas de atração e de fixação populacional, quando então as áreas metropolitanas se isolavam como destino dos principais fluxos migratórios. (Pacheco; Patarra, 1997).

Até a década de 1970, os estudos destacam o crescente e intenso movimento de concentração populacional. Segundo Baeninger (2000), este movimento se caracteriza por: concentração da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; concentração do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6

milhões deixaram as áreas rurais nesse período (Martine, 1994 *apud* Baeninger, 2000), e concentração da população, associada ao processo de metropolização. Parece evidente que esse período foi marcado pela concentração das atividades econômicas – principalmente industriais – e consequente concentração da população nas grandes cidades do Sudeste, particularmente no estado e na cidade de São Paulo.⁵

As associações entre os movimentos populacionais e o processo de urbanização são muito estreitas, especialmente nos períodos mais recentes. A urbanização brasileira vem se expandindo em todas as regiões, através de uma rede urbana que ganha densidade e complexidade. Com isso, os espaços da migração diversificam-se, e a própria migração metamorfoseia-se. Além disso, a heterogeneidade espacial da economia brasileira também contribui para a dispersão dos fluxos migratórios.

A respeito dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço, Matos (1995), observa que os fatores que conduzem à formação de estruturas espaciais concentradas mudam de sinal e passam a favorecer o processo de desconcentração. No início, a distribuição diferenciada de recursos naturais e populacionais no espaço atua na formação de áreas de maior concentração de atividades econômicas, geralmente intensivas em mão de obra. A distribuição desigual de recursos naturais poderia contribuir para a “(...) cristalização diferenciada de vantagens comparativas inter-regionais” (Matos, 1995, p. 2). Aqui, a população pode ser vista como um recurso capaz de induzir a concentração da produção e assim atrair mais população. No entanto, esse processo de atração da população não se desenvolve indefinidamente, havendo um limite para a concentração populacional. Os problemas gerados pelas intensas aglomerações populacionais acabam por exercer um papel de repulsão, desestimulando a vinda de novos migrantes e estimulando a saída de segmentos da população insatisfeitos com a piora das condições de vida.

As cidades são áreas fundamentais nessa discussão, pois, pela presença de suas infraestruturas, condicionam o crescimento econômico ao mesmo tempo que atraem para si outros fatores econômicos que favorecem a expansão das economias de aglomeração. As migrações internas desempenham um papel chave nesse processo porque

⁵ Neste contexto, Pacheco e Patarra (1997) indicam que as causas determinantes das migrações seriam representadas pelas “(...) mudanças na estrutura agrária e no desenvolvimento econômico das cidades de cada região” (Pacheco; Patarra, 1997, p. 456). Na década de 1970, a migração rural-urbana que atingiu grande intensidade, chegando a alcançar a cifra de 15,6 milhões de pessoas, estava associada ao processo de modernização agrícola. No entanto, esta mesma década convivia com sinais que indicavam desconcentração da atividade econômica e desconcentração populacional (Pacheco; Patarra, 1997).

operam na “formação dos mercados de trabalho e de consumo, colaborando diretamente para o processo de concentração espacial” (Matos, 1995, p. 28). Apesar de as vantagens aglomerativas serem uma realidade nas grandes cidades, há que se considerar a quebra da tendência aglomerativa quando as vantagens não conseguem encobrir os problemas advindos de uma concentração excessiva. Há, portanto, um limite a partir do qual a concentração populacional se torna insuportável.

Após décadas de intensa concentração industrial e populacional, dados sobre o desempenho industrial mostram que a *desconcentração* a partir da Grande São Paulo evoluiu em duas direções: para o restante da periferia nacional, como a região Norte, Centro-Oeste, os estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná e para o interior de São Paulo (Pacheco; Patarra, 1997). Instala-se um processo, ainda em maturação, de reestruturação territorial no país com a diminuição do crescimento das metrópoles e a dispersão de vários ramos industriais. Essa reestruturação foi definida por Redwood (1984) como *reversão da polarização*, enquanto para Diniz (1993), tratar-se-ia de um *desenvolvimento poligonal*, restrito a um polígono delimitado por alguns pontos na região Centro-Sul. Segundo Matos, “(...) áreas de máxima centralidade vêm perdendo expressão demográfica, enquanto outros espaços emergem participando de uma espécie de reestruturação territorial” (Matos, 2005, p. 78). Outras expressões também são utilizadas por outros autores ao se referirem a esse período como descentralização econômica, desmetropolização e desindustrialização. Muitas atividades econômicas industriais procuram cidades do interior dos estados, especialmente de São Paulo, colaborando com a redistribuição da população. Com isso, as cidades intermediárias passam a exibir taxas de crescimento populacional e de emprego mais expressivas do que as grandes metrópoles.

As peculiaridades do processo de descentralização econômica baseado na realocação industrial exigem estudos mais detalhados, isso porque a redistribuição industrial é seletiva, ocorre apenas em alguns tipos de indústrias, enquanto outras permanecem nas grandes cidades devido à disponibilidade de mão de obra especializada, presença de ambiente inovador etc. Por esse motivo não causa estranheza a tese da possível reconcentração industrial a partir dos espaços deixados pelas primeiras indústrias que saíram. “Se paralelamente à desconcentração demográfica também se dá um processo similar de descentralização econômica, pode-se arguir sobre que setores estariam perdendo expressão ou deixando as metrópoles e quais os que se mantêm atrelados aos atributos de centralidade das grandes cidades” (Matos, 2005, p. 78).

Segundo Diniz (1995), Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma desconcentração industrial de São Paulo associada ao surgimento de deseconomias de aglomeração na grande metrópole, expansão do mercado nacional, aumento dos investimentos governamentais em infraestrutura e serviços básicos em cidades e regiões fora da área metropolitana. Algumas metas e investimentos públicos como, por exemplo, o projeto de interiorização do desenvolvimento nacional integrante do Plano de Metas,⁶ permitiram o incremento de novas áreas industriais. Redwood (1984) identifica alguns fatores de incentivo à desconcentração econômica e populacional: o aumento da poluição, do crime e da marginalidade, dos custos da terra, do trabalho e da vida das grandes cidades. Paralelamente à diminuição da importância das metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, aumenta a importância das metrópoles regionais.

A partir de 1980, novos padrões migratórios vêm sendo sublinhados diante da significativa diversidade de deslocamentos populacionais por localidades de tamanho muito variado. Os volumes, fluxos e características da migração no Brasil indicam inversão de tendência no tocante à Região Metropolitana de São Paulo, que, conforme dados do Censo Demográfico de 1991 “passou de um saldo migratório positivo de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas para um saldo migratório negativo de 700 mil pessoas” (Pacheco; Patarra, 1997, p. 458). Paralelamente, níveis mais baixos de crescimento populacional em outras áreas metropolitanas também se tornam evidentes. A queda da fecundidade só explica parcialmente essas novas tendências, porque a mudança no padrão migratório reúne nexos explicativos mais amplos, isto é, incorpora os novos números das migrações intrarregionais e de curta distância, o aumento dos níveis de migração de retorno e emigração de áreas urbanas muito congestionadas para municípios periféricos próximos. Tais alterações sugerem maior equilíbrio na distribuição populacional, maior integração dos mercados de trabalho do país e maior articulação com a economia mundial. Nesse contexto, faz todo sentido a forte expansão de cidades médias e a reconfiguração das periferias no entorno metropolitano.

De fato, várias alterações substanciais nos padrões de crescimento populacional no Brasil se delineiam desde a década de 1960, momento que já trazia os migrantes como protagonistas chave do processo de expansão urbana e da dinâmica de redistribuição da

⁶ O Plano de Metas foi posto em prática em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) no Brasil. Dentre as alterações verificadas a partir da proposta de 31 metas, destaca-se o incentivo ao processo de integração do território nacional com a construção da cidade de Brasília, a nova capital, a fim de favorecer o contato entre regiões até então mais isoladas através dos investimentos em meios de transporte, principalmente rodoviários.

população no espaço com a interiorização da economia do Governo JK e a inauguração de Brasília. A partir dos anos 1970, as migrações internas “deixam de ser majoritariamente de tipo campo-cidade” e os movimentos de caráter urbano-urbano crescem até se tornarem mais significativos em quase todo o território. “Movimentos do tipo campo-cidade perdem a primazia a favor de um padrão mais disperso de tipo urbano-urbano, apoiado na presença de redes urbanas densas e em expansão” (Matos, 2002, p. 50 e 51). Verifica-se também uma alteração no perfil dos migrantes que se deslocam, como resultado do processo de desconcentração espacial iniciado na década de 1970. Esses migrantes exibem melhor qualificação para o trabalho em decorrência de sua experiência migratória entre cidades.

[Os] trabalhadores migrantes integrantes dos fluxos de desconcentração populacional são significativamente mais experientes para o trabalho urbano e mais instruídos que os demais trabalhadores migrantes, operando, portanto, como vetor de redinamização dos mercados de trabalho em termos de qualificação ocupacional, e contribuindo, em alguma medida, para a redução das disparidades regionais (Matos, 2002, p. 52).⁷

5.3.2 - A migração em Minas Gerais

Os estados do Nordeste e Minas Gerais herdaram contingentes populacionais expressivos em determinados períodos históricos. Isso ocorreu, sobretudo, porque essas áreas viveram o esgotamento de antigos padrões de desenvolvimento econômico, pouco adaptados às grandes reestruturações produtivas postas em marcha pela modernização derivada da arrancada industrializante de fins do século XIX, momento em que São Paulo começava a assumir a liderança do crescimento econômico. Com isso, grandes estoques populacionais, gradativamente, deixavam a região Nordeste e o estado de Minas Gerais e rumavam para o Sul. Minas Gerais, que detinha a maior fração populacional do país em fins do Oitocentos, tornou-se um dos maiores perdedores de população por um período que chegou a quase cem anos. Com o fim da escravidão, declínio da cafeicultura da Zona da Mata, avanço do café no planalto paulista e estagnação

⁷ Nas décadas precedentes, excedentes populacionais alimentaram fortes movimentos migratórios em direção às grandes metrópoles e áreas de fronteira de recursos, mas na atualidade os movimentos da população no espaço redinamizaram-se, em uma profusão de áreas de destino, a exemplo dos fluxos que se dirigem a regiões litorâneas dos estados, às cidades médias, paralelamente ao fato de que “as décadas de 1980 a 1990 marcaram a emergência de novas territorialidades que influíram nos movimentos migratórios” (Matos, 2005, p. 126).

da atividade econômica em Minas, já nas primeiras décadas do século XX, a intensificação do processo de industrialização e urbanização no eixo Rio-São Paulo fez aumentar as saídas de mineiros. Um pouco depois, as fronteiras agrícolas do norte do Paraná e do Centro-Oeste do Brasil também atraíram muitos migrantes de Minas. Se, de um lado, a pujança econômica paulista operava como um fator de atração populacional, de outro, a decadência de determinadas regiões mineiras mostrava-se patente, sobretudo nas áreas rurais (Matos, 2005, p. 177).

Após 1930, segundo Pacheco e Patarra (1997), a região Nordeste e o estado de Minas Gerais transformaram-se em áreas tipicamente expulsoras de população. A esse respeito, Matos (2005) salienta que “o dinamismo dos principais centros do Sudeste, as fronteiras agrícolas em expansão e as decorrentes dificuldades econômicas internas foram importantes fatores que explicam a emigração mineira ao longo do século XX” (Matos, 2005, p. 177).

O estado de São Paulo e, sobretudo sua Região Metropolitana, apresentaram, em meados do século XX, a posição de principais áreas receptoras de emigrantes de Minas Gerais. A década de 1970 foi o ponto culminante das migrações internas, e São Paulo apresentou o maior saldo migratório da história, com um ganho de mais de 3,5 milhões de pessoas. Nesta década, Minas Gerais “(...) já apresentava um arrefecimento de suas perdas populacionais, o que se refletia na redução do saldo negativo. (...) Essa tendência de redução se confirmou com os dados de 1980 (...)” (Matos, 2005, p. 178). A pirâmide etária do estado, em 1970, já sinalizava para os primeiros efeitos da queda da fecundidade, ao lado dos efeitos continuados da emigração: base relativamente estreita, lacunas nas faixas etárias da população em idade reprodutiva (25 aos 40 anos).

Mais recentemente, finalmente reverteu-se a tendência secular de perda de população. Os dados do Censo de 2000 mostram saldos positivos nas trocas populacionais envolvendo os estados de Minas Gerais e São Paulo. O estado de São Paulo, principal alvo dos migrantes mineiros, perde população para Minas Gerais. O processo de desconcentração espacial das atividades industriais e de população da grande metrópole deixa seus efeitos em Minas Gerais (Matos, 2005). Baeninger (2000), ao analisar os fluxos populacionais entre os dois estados, observa que, nos anos de 1970, já se podia identificar um incipiente processo de reversão emigratória da área, pois 35,6% dos migrantes de Minas Gerais estavam retornando ao estado. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcou o período de 1970 a 1980 beneficiou Minas Gerais (Baeninger, 2000, p. 4).

O aumento da capacidade de retenção de população pelo estado de Minas Gerais nas últimas décadas foi destacado por Garcia e Miranda Ribeiro (2005), quando mostram que a migração de retorno aos estados de nascimento tem tido um papel importante no cenário atual das migrações internas brasileiras. No estado de Minas Gerais, verificaram que dos 465 mil imigrantes decenais recenseados em 1980, cerca de 167 mil (36%) eram retornados, ou seja, naturais de Minas Gerais (p. 169). Dos quase 800 mil imigrantes decenais recenseados em 1991, cerca de 47,5% (381 mil, aproximadamente) eram retornados, e no ano 2000, a proporção de retornados, dentre os migrantes decenais, é próxima à observada em 1991, de cerca de 45% (426 mil dos 950 mil imigrantes) (Garcia; Miranda Ribeiro, 2005, p. 172).⁸

De estado expulsor de população, Minas volta a ser uma área de atração. Milhares de pessoas procedentes de São Paulo participam dos já conhecidos movimentos de espraiamento ao redor dos grandes polos e isso atinge cidades geograficamente próximas de São Paulo, como as cidades médias do Triângulo e sul de Minas, Uberlândia, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá, Três Corações e Passos. Portanto, além da migração de retorno, que tem mantido sua relevância no interior dos fluxos migratórios interestaduais nas últimas décadas, também se destaca a migração de paulistas em direção a Minas. Boa parte desses migrantes tem como origem as principais regiões paulistas, como Campinas, Ribeirão Preto e, principalmente, a própria Mesorregião Metropolitana. Essa presença de imigrantes paulistas em Minas, mesmo que concentrada geograficamente, pode estar contribuindo para a redinamização de algumas sub-regiões (Matos, 2005).

Em síntese, apesar das diferenças regionais, dos baixos níveis de renda e escolaridade, há sinais de que uma significativa parcela de imigrantes originários de São Paulo (retornados a Minas e paulistas) vem se inserindo no mercado de trabalho local, principalmente nos centros urbanos do Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, além da própria Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (Matos, 2005).

⁸ Os autores também chamam a atenção para as consequências diretas no aumento da população do estado advindas da migração de retorno. No decênio 1970-1980, 30 mil crianças que nasceram em Minas Gerais foram resultado da migração de retorno, ou seja, são filhos de mulheres que retornaram neste período. Entre 1981 e 1991, este número subiu para 55 mil crianças e, no período seguinte, entre 1991 e 2000, foram quase 46 mil crianças. Apesar de o número de mulheres retornadas ter crescido entre 1991 e 2000, a razão criança-mulher diminuiu, o que explica a queda no número de crianças nascidas no decênio anterior ao censo 2000. Isso não aconteceu no decênio 1981-1991, porque o número de mulheres retornadas, observado em 1991, era muito maior que o número observado em 1980, o que compensou a queda da razão entre crianças e mulheres (Garcia; Miranda Ribeiro, 2005).

5.3.3 - Insuficiências teóricas, questões que o tema suscita: da migração a não migração

Os fluxos migratórios internos produziram mudanças profundas na geografia da população brasileira no século XX, e o volume, intensidade, origem e destino desses movimentos marcaram a vida de milhões de pessoas e delinearam a trajetória de inúmeras atividades econômicas. Uma série de questões acompanha a redistribuição da população no espaço. Boa parte delas diz respeito aos arcaísmos da estrutura agrária e fundiária, à incapacidade de absorção dos migrantes nas cidades, às tendências de macrocefalia e marginalização nas grandes metrópoles nos anos de 1970. O país não viveu de fato uma reforma agrária quando a maior parte da população camponesa vivia no campo. Também não conheceu uma reforma urbana quando esse tema ganhou expressão, no início dos anos de 1960. Mas, com o tempo, e a não solução da questão agrária, no período dos governos militares (1964-1985), a maior parte da população pobre rural procurou as cidades e a urbanização praticamente explodiu. Se a falta de terras é um fator de expulsão que envolveu milhões de antigos camponeses que se instalaram nas cidades, restam questões de resposta não trivial, afinal, depois do maciço êxodo rural dos anos de 1950 e 1960, as pressões do campo tornaram-se inexpressivas numericamente? Hoje, quando milhões de pessoas se redistribuem pelas mais diversas regiões do país, convém considerar o ressurgimento da questão fundiária. Há, ainda, na memória de muitos, a possibilidade de regresso ao campo, talvez sobre outras condições de vida. Mas isso é possível em larga escala, mesmo com a presença do INCRA e dos movimentos de luta pela terra, dada a mecanização no campo e a extensividade da urbanização?

O menosprezo de Singer e dos estruturalistas pela perspectiva analítica baseada no indivíduo fora criticada por Mora e Araújo. Alertavam sobre a dificuldade de determinar empiricamente correntes migratórias sem observar a informação sobre a pessoa, agregando-a posteriormente. É duvidoso que seja tão simples descartar a análise individual em fenômenos como estes. Ademais, classe, como unidade de análise, requer uma série de prescrições metodológicas, sem o que fica difícil identificá-la. É óbvio que resultados empíricos podem ser interpretados como classes ou “segmentos” sociais, porém a unidade de análise continua sendo individual. A ideia de classe social é muito cara entre os histórico-estruturalistas, mas nunca foi muito clara.

A dinâmica demográfica brasileira dos últimos 30 anos alterou-se de tal maneira que as concepções teóricas de Singer e dos estruturalistas dos anos de 1970 padecem de insuficiências, embora

sejam ainda instigantes por sua lógica macroeconômica e historicista. Entretanto, são muitas as intercessões teóricas que a dinâmica demográfica e os processos sociais da atualidade introduzem na reflexão teórica. Não há saídas fáceis diante do aumento da complexidade, afinal, são muitas as realidades que carecem de articulação teórica sustentada. Por exemplo, o que dizer do crescimento vegetativo em contextos de baixa fecundidade, da reorientação e dispersão dos fluxos migratórios por grandes extensões territoriais, da própria emigração internacional, da oferta de emprego formal no terciário de milhares de cidades, dos níveis de integração entre a indústria e os serviços em áreas dinâmicas, da feminização de determinados segmentos do mercado de trabalho, da periferização e das novas formas de exclusão?

As reflexões sobre a dinâmica demográfica brasileira e os movimentos migratórios mais recentes suscitam questões de resposta difícil. Quando se menciona na literatura sobre migrações, a capacidade relativa que os lugares possuem de reter população, surge a questão da não migração. Quais os fatores determinam ou explicam uma realidade, só aparentemente sem importância: a maioria das pessoas na maioria dos lugares não migram ou permanecem residindo em um mesmo lugar por bem mais que dez anos (o intervalo intercensitário usual).

Em contraposição, parte da base teórica que explica a migração poderia ser utilizada para a não migração? É bem provável que sim, mas é plausível também a existência de insuficiências e marcos paradigmáticos diferentes, sobretudo se se pensar nas várias situações regionais e territoriais, na existência de áreas não dinâmicas economicamente que podem estar retendo parcelas significativas da população (áreas, inclusive, que não convivem com as velhas pressões demográficas).

Por muito tempo, as áreas rurais brasileiras foram os principais espaços de liberação de excedentes populacionais. A migração do tipo campo-cidade respondia às pressões demográficas associadas à alta fecundidade, ao baixíssimo acesso à condição de proprietários rurais e à chamada modernização conservadora que, a partir dos anos de 1960, impactou grandes extensões de área agricultável do país. De fato, o país experimentou um dos mais impressionantes êxodos rurais de que se tem notícia, uma drástica queda da fecundidade, acelerada transição demográfica, profundas alterações nos padrões migratórios, crescimento e multiplicação de cidades dos mais variados tamanhos. Os antigos excedentes populacionais nas áreas rurais praticamente desapareceram. Se a liberação de população de áreas rurais para as cidades esgotou-se e este fator explicativo chave das migrações

tornou-se desprezível, estaríamos diante de outro momento, em que as migrações internas tornar-se-ão pouco significativas? Se não há excedentes populacionais, seja porque a transição demográfica brasileira está prestes a se completar ou, porque, digamos, quem tinha de migrar já migrou, como explicar a permanência nos lugares dos que não migraram, dos que não querem ou não podem migrar?

Depois de um intenso processo de concentração populacional associada à concentração da atividade industrial, a desconcentração e a dispersão espacial da população assumiram ritmos insuspeitos. Os grandes centros, especialmente São Paulo, não exibem mais alto crescimento demográfico. As cidades do interior, especialmente as cidades médias, crescem a altas taxas. A redistribuição da população no espaço regional ganhou forte expressão, e o próprio crescimento do emprego interiorizou-se pela rede de cidades, inclusive auxiliando na explicação da migração de retorno.

A população, vista como recurso econômico, contribuiu fortemente para a expansão das grandes cidades brasileiras. No entanto, após décadas, esse processo mudou de substância e a própria necessidade de trabalhadores braçais se redefine, em meio ao surgimento de novas tendências que priorizam o trabalho qualificado. As grandes aglomerações populacionais acabaram por assumir uma série de problemas que atuam como inibidores da imigração, tais como: escassez de postos de trabalho, piora das condições de vida das famílias em face do aumento do custo de moradia, dos preços de terrenos, impostos e aluguéis; dos crescentes constrangimentos nos deslocamentos residência-trabalho, na violência e criminalidade. Paralelamente, surgem oportunidades econômicas em localidades menores. No interior do processo de desconcentração, portanto, segmentos não desprezíveis da população foram expulsos dos grandes centros urbanos, o que incentiva a não migração em localidades menores que, inclusive, passam a receber migrantes de retorno (Matos, 2002, p. 51).

APÊNDICE

DEFINIÇÕES, CONCEITOS E TÉCNICAS RELATIVAS ÀS MIGRAÇÕES INTERNAS

Os estudos sobre os movimentos espaciais da população constituem um dos mais importantes temas da demografia e, sem dúvida, um dos mais difíceis. A dificuldade é evidente, especialmente ao se comparar essa componente com as duas outras, mortalidade e fecundidade, que são muito mais facilmente identificáveis, porquanto se referem a eventos vitais.

As definições são necessárias para se empreender qualquer estudo sobre movimentos migratórios, a começar pelo próprio conceito de migração, que deve diferir de outros tipos de movimentos da população no espaço, a exemplo das viagens a negócios, movimentos associados à temporada de férias e aos nomadismos.

Embora não haja um consenso amplo sobre a definição de migração, usualmente o conceito requer considerar a *mudança de lugar de residência* entre localidades distintas, definidas administrativamente. Tais lugares podem variar em tamanho e implicar distâncias diferentes a serem percorridas pelos migrantes. Quanto mais estáveis forem as *divisões político-administrativas* entre tais localidades, mais consistência ganham os estudos sobre esse tema. Por outro lado, é comum encontrar na literatura a menção a um *tempo mínimo de residência* do indivíduo em um determinado lugar para que o deslocamento da pessoa seja considerado um movimento migratório. A referência a *seis meses* ainda é utilizada, embora existam controvérsias sobre tipos de migrações importantes na atualidade, mas com um tempo menor de permanência nos lugares.

Outro ponto essencial nos estudos migratórios diz respeito à definição do intervalo de tempo no qual ocorreram as migrações. Períodos determinados, como os associados aos intervalos intercensitários, são necessários para que os dados sobre migrações não se refiram apenas à migração acumulada (*lifetime migration*) no tempo.¹

¹ A principal e quase exclusiva fonte de dados sobre migrações em muitos países são os censos de população. Pesquisas por amostragem são realizadas mais raramente, em função das dificuldades financeiras e operacionais, no que tange à seleção dos lugares e populações alvos. As principais perguntas dos censos brasileiros relativas a migrações dizem respeito ao lugar de nascimento, de última residência, de residência há cinco anos e tempo de residência no município atual.

Ao longo dos estudos far-se-á necessário delinear as localidades de “origem” – onde o migrante residia no início do intervalo de tempo – e de “destino” – onde residia ao final do intervalo. Note-se que o número de migrações é sempre maior ou igual ao número de migrantes. Tais deslocamentos podem conformar fluxos (ou correntes) migratórios, que nada mais são que um conjunto de migrantes que têm em comum as mesmas áreas de origem e destino.² Uma contracorrente migratória seria o refluxo, ou o fluxo de sentido inverso, a qual dá origem às conhecidas “migrações de retorno” (ao município ou ao estado).

Com relação aos tipos de migração, as *migrações internacionais* referem-se a deslocamentos entre países, enquanto as *migrações internas* se dão no interior das fronteiras de um mesmo país; as *migrações inter-regionais* geralmente reportam-se a movimentos entre unidades subnacionais de tamanho significativo; as *migrações interestaduais* envolvem movimentos entre Unidades da Federação, no caso brasileiro. Os estados podem também ser considerados regiões conforme o critério de definição de região que se utilize. Movimentos intraestaduais podem ser controlados por subspaços, tais como microrregiões (migração intermicrorregional). As *migrações intermunicipais*, que envolvem fluxos entre os municípios, constituem uma importante área de estudos, especialmente a partir do Censo de 1980, quando se pode reconstituir a trajetória dos migrantes até este nível de desagregação. Já as *migrações intramunicipais* foram objeto de muitos estudos no Brasil dos anos 1970, em face da importância que os fluxos de tipo campo-cidade e cidade-cidade assumiam. São importantes até hoje e os censos do IBGE permitem rastreá-las de diversas formas. As *migrações intraurbanas*, finalmente, representam outra importante área de estudos, especialmente no tocante às grandes áreas urbanas nas quais existam dados sobre movimentos populacionais entre diferentes partes da área urbana, a exemplo de bairros e setores censitários.

Além destes tipos, existem as *migrações cíclicas* ou sazonais, geralmente associadas a períodos do ano em que determinado tipo de atividade ocorre e ocupa muita mão de obra, como o corte de cana ou colheita na agricultura paulista. As chamadas *migrações pendulares* também comparecem com frequência na literatura, embora sejam um tipo de movimento que não se conforme às definições anteriores. Associa-se a deslocamentos diários que o indivíduo faz entre diferentes localidades (municípios, por exemplo) para trabalhar e/ou estudar e é muito comum em regiões metropolitanas.

² Nas correntes migratórias, para efeito de mensuração, pode-se dizer que $m_{ij} = (M_{ij} / P_i) \cdot K$ expressa uma taxa que mede a atração de j e nos diz que todas as correntes migratórias se deslocam sob a forma de probabilidades de i para j .

Aspectos quantitativos

Podem-se medir as migrações em um dado lugar através de “taxas” ou “índices” de migração. A taxa refere-se ao número de migrantes (ou migrações) em relação à população total que poderia ter empreendido a migração durante o período especificado. O índice geralmente possui o mesmo numerador, mas exibe um denominador relativo à população atual do lugar onde se está mensurando a migração. Se o intervalo da migração for de dez anos, essa população seria a do momento t_{10} ; no caso de taxa, essa população seria a do momento t_0 .

As taxas e índices podem ser calculados em termos de imigração e emigração, devendo preferentemente se referirem à migração líquida (resultado da subtração entre imigração e emigração).

A mensuração das migrações, particularmente as migrações internas, podem ser feitas por métodos diretos e indiretos. Os *métodos diretos* são formas de expressão quantitativa baseadas nos dados censitários derivados das perguntas feitas sobre migrações. Os dados podem ser organizados para a construção de matrizes de origem e destino, de modo a se obterem saldos migratórios dentro do período examinado. Com isso, podem-se detectar quais são as correntes mais significativas, quais áreas são mais atratoras ou quais vêm perdendo população. Um dos problemas do uso desse tipo de dado associa-se ao fato de que os registros disponibilizados pelo IBGE só captam o último movimento migratório (ou lugar de nascimento), excluem os migrantes falecidos no intervalo intercensitário e apresentam erros de “memória” referentes à declaração sobre o verdadeiro tempo de residência no lugar onde a pessoa foi recenseada.

Os *métodos indiretos* são diversos, mas podem ser resumidos a dois tipos básicos, o *método das estatísticas vitais* e o *método dos resíduos*. No primeiro caso, deve-se dispor das populações em dois períodos e de informações fidedignas de mortalidade e nascimentos. O saldo seria o resíduo dado pela diferença entre o incremento total e o incremento vegetativo. O método baseia-se na equação compensadora: $N^t = N^0 + B - D + I - E$.

$M^{0,t} = (I - E) = (N^t - N^0) - (B - D)$, em que $(N^t - N^0)$ equivale ao incremento total da população no período; $(B - D)$ equivale ao incremento devido ao crescimento vegetativo. A limitação e a vantagem desse método são, respectivamente: só se obtém o saldo (sem discriminar imigrantes ou emigrantes), e a qualidade dos registros sobre nascimentos e óbitos é crucial para a obtenção de boas estimativas; a simplicidade do método computa toda a migração do período, pois considera o efeito da mortalidade nas áreas emissoras e receptoras.

No *método dos resíduos*, comparam-se duas populações em dois momentos e adota-se a relação de sobrevivência para aquela população. Parte-se do suposto de que a população do país deve ser considerada fechada e os dados censitários devem ter boa enumeração. Com isso, não se obtém a discriminação da emigração e imigração, mas sim um balanço líquido entre cada lugar e o resto do país.

Para o uso desse método, é necessário conhecer as probabilidades de sobrevivência do lugar em questão. Nos métodos *forward*, *backward* e média aritmética, parte-se das hipóteses de que os óbitos se distribuem uniformemente, ora no início, ora no fim do período intercensitário.

Referências

- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil: municípios metropolitanos e não metropolitanos. In: II ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1999, Ouro Preto. [Anaiseletrônicos...]. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p535a562.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2006.
- BAENINGER, Rosana. Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganha-dores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. *Textos Nepo*, Campinas, v. 35, p. 1-200, 2000.
- BERQUÓ, Elza. A evolução demográfica da população brasileira durante o século XX. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.
- BIDEAU, Alain. Mecanismos autorreguladores de populações tradicionais. In: MARCÍLIO, Maria L. (Org.) *População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 47-68.
- BOLETIM DO DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. n. 5, p. 139-140, dez. 1950.
- BRAGA, Fernando Gomes. *Sistema urbano, redes migratórias e integração territorial: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil*. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995-1996. v. 1.
- BRETON, Roland J. L. *Geografia das civilizações*. São Paulo: Ática, 1990. 126 p.
- CALDWELL, John C. *Theory of Fertility Decline*. London: Academic Press, 1982.
- CARVALHO, J. A. M., SAWYER, D.; NASCIMENTO, R. *Conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1990.
- COOK, Michael. *Uma breve história do Homem*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005
- CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações: o Oriente e a Grécia antiga*. São Paulo: Bertrand, 2003.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. Belo Horizonte, *Nova economia* (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG), v. 31, n.11, p. 35-64, set. 1993.
- DOBB, Maurice Herbert. *A evolução do capitalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1973.

ELIZAGA, Juan C. Migrações Internas: evolução recente e situação atual dos estudos. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 539-575.

FEBVRE, Lucien. *A Europa, gênese de uma civilização*. Bauru: Edusc, 2004.

FOLHA DE S.PAULO. *Atlas da história do mundo*. 4. ed. São Paulo. 1995.

FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, 18 jul. 1991. Caderno especial sobre migrações.

GARCIA, Ricardo Alexandrino; RIBEIRO, Adriana de Miranda. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno, 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. *Revista Brasileira de Estudos da População*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 159-175, 2005.

GERMANI, Gino. *Sociologia de la modernización*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

GRAHAM, Douglas; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 733-778.

GREENWOOD, Michael J. Migrações internas nos Estados Unidos: uma revisão da literatura. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 467-537.

HERBERT, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1973.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, E. J. *A era do capital, 1848-1875*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEAKEY, Richard E. *A evolução da humanidade*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1982. 256 p.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 89-114.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. *História econômica*. Saraiva: São Paulo, 1983.

MARTINE, George; PELIANO, José Carlos. Migração, estrutura ocupacional e renda nas áreas metropolitanas. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 907-947.

MATOS, Ralfo (Org.). *Espacialidades em Rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2005.

MATOS, Ralfo. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 19, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_3artigo_49_74.pdf>. Acesso em: 22 maio 2007.

MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. 1995. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/matos.doc>. Acesso em: 18 abr. 2007.

MOREIRA, M. M.; SILVA, L. M.; MACLAUGHLIN, R. Brazil. In: LEA, Melo da Silva; MACLAUGHLIN, Robert; MOREIRA, Morvan de Mello (Org.). *Brazil*. New York: The Free Press, 1982.

MOURA, Hélio Augusto de. Nota Prévia. In: _____ (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980, p. 11-16.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965. 2 v.

MUÑOZ, Humberto; OLIVEIRA, Orlandina de. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 577-610.

NEVES, Walter A.; PILÓ, Luís B. *O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos*. São Paulo. Globo, 2008.

OLIVEIRA, O. E STERN C. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migração Interna; textos selecionados*, Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil. 1980. p. 245-65.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna. In: MOURA, Hélio Augusto de. (Coord.). *Migrações Internas: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 311-354.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: I ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. [*Anais eletrônicos...*]. Curitiba: IPARDES/FNUAP. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao>>. Acesso em: 10 out. 2006.

PATARRA, Neide. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Campinas: FNUAP, 1995.

PATARRA, Neide. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Campinas, v. 11, n. 1, 1994, p. 27-40. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_3artigo_27_40.pdf>. Acesso em: 28 maio 2007.

POTENGY, Gisélia Franco. O processo de inserção do migrante na sociedade urbano-industrial. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 871-905.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 19-88.

READER'S DIGEST BRASIL *Atlas de história mundial*. LESSA, Ana Valéria M. (Trad.). Rio de Janeiro, 2001.

REDWOOD, John. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. *Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales*. Santiago, v. 11, n. 32, dez. 1984.

ROBERTS, J. M. *O livro de ouro da história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

RUCH, Gastão. *História geral da civilização: da Antiguidade ao XX século*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1926-1940. 4 v.

SALIM, Celso Amorim. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. In: VIII ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1992, Brasília. [*Anais eletrônicos...*]. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A07.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2006.

SINGER, Paul. Migrações internas; Considerações teóricas sobre seu estudo In: _____. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SMERECSEANYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: Quercus, 1980.

TENORIO, Maria Cristina. *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. 376p.

TODARO, Michael P. A migração da mão de obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio Augusto de (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 145-172.

VAINER, C. B. *A perspectiva da Sociologia sobre migrações internacionais atuais*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. 44 p.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. *A demografia da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1994. pp. 177-206.

Sobre o autor

Ralfo Matos é professor associado do Departamento de Geografia do IGC/UFMG e pesquisador do CNPq. É mestre em Economia Regional e Urbana, doutor em Demografia e desenvolve estudos sobre população, urbanização, rede de cidades, geografia histórica, desenvolvimento e desigualdades regionais.



Para obter mais
informações sobre
outros títulos da
EDITORA UFMG,
visite o site

www.editora.ufmg.br

A presente edição foi composta pela Editora UFMG, em caracteres Chaparral Pro e Optima Std, e impressa pela Imprensa Universitária UFMG, em sistema offset, papel 90g (miolo) e cartão supremo 250g (capa), em janeiro de 2012.

ISBN 978-85-7041-905-7



9 788570 419057



CENTRO DE APOIO
À EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA UFMG

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Ministério da
Educação

Secretaria de
Ensino a Distância

